

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA DO SUDESTE E A
ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

Relatório Parcial (out/89 - jun/90)

Lena Lavinas - IPPUR/UFRJ

Maria Regina Nabuco - CEDEPLAR/UFMG

*A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA DO SUDESTE
E A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL*

Convênio IPPUR/FINEP

Relatório Parcial I:
(out 89-jun 90)

"A Intervenção do Estado no Espaço Agrário Mineiro e Fluminense"

Coordenação: Lena Lavinás (IPPUR/UFRJ)
Maria Regina Nabuco (CEDEPLAR/UFMG)

Assistentes
de Pesquisa: Adriana Freitas Alves (IPPUR/UFRJ)
Altivo Roberto A.A. Cunha (CEDEPLAR/UFMG)
Célia Maria Staut Melo (CEDEPLAR/UFMG)
Manoel Augusto de A. Magina (IPPUR/UFRJ)
Plínio de Assis Pereira Jr. (IPPUR/UFRJ)

Junho de 1990

INTRODUÇÃO GERAL

Este relatório reúne os primeiros resultados da pesquisa A Modernização da Agricultura do Sudeste e a Estruturação do Espaço Regional, coordenada pelas Prof^{as} Maria Regina Nabuco, do Cedeplar-UFMG, e Lena Lavinas, do IPPUR-UFRJ. Trata-se, na verdade, de um esforço de sistematização inicial sobre as formas de intervenção do Estado (a nível federal e estadual) no agro mineiro e fluminense.

Ainda que analisando o período de maior expressão do processo de modernização da agricultura brasileira, isto é a década de 70, este trabalho preliminar centra suas atenções sobre os anos 80, com o intuito de interpretar, ou pelo menos detectar, as inflexões decorrentes da crise e das novas orientações em termos de política agrícola elaboradas para o setor.

Se foi possível reunir com certa facilidade informações acerca deste processo em Minas Gerais, graças à reflexão acumulada pelo Cedeplar neste campo e à memória das agências e secretarias responsáveis pela implementação desta política de modernização no estado, o mesmo não aconteceu para o Rio de Janeiro. Surpreende constatar quão grande é a carência de dados acerca da agricultura fluminense, notadamente junto aos órgãos envolvidos com a questão, como a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Pesagro e outras entidades. Explica-se assim parcialmente as dificuldades que vem encontrando este estado nos últimos anos para elaborar medidas de apoio consequentes que contribuam, de fato, para reverter

o quadro de problemas que afeta negativamente a evolução do seu setor agropecuário.

Uma reflexão a ser desenvolvida num momento posterior deste trabalho diz respeito às relações distintas que ambos os estados construíram com o governo federal e que, sem dúvida, são tributárias de maiores facilidades ou maiores dificuldades, no enfrentamento da questão agrária-agrícola de cada estado. Sabemos que a grande maioria dos recursos destinados ao setor são garantidos por orçamentos federais (programas especiais, crédito rural, etc), que têm assim peso fundamental na valorização das atividades agropecuárias. Como demonstra este trabalho, Minas e Rio são tratados de forma bem "desigual" no que tange à distribuição de recursos. Trata-se de algo "natural" frente às potencialidades da agricultura de cada estado ou, ao contrário, essas potencialidades foram sendo re-criadas à medida que eram favorecidas? Pode-se dizer que o Rio de Janeiro vem sendo efetivamente penalizado no âmbito das políticas federais para o setor agrícola ou seu pouco destaque é resultado da ausência de elites rurais que reivindicuem mais e melhor?

Outro aspecto a ser aprofundado adiante, de igual importância, volta-se para o impacto regional dos programas de irrigação, através do PRONI. Impacto visível não só em termos da reestruturação do espaço regional (novas formas de integração ao CAI), mas também do processo de reterritorialização das classes sociais. Novos capitais investem o agro destes estados, graças a apoios subsidiados, mas não somente. E aí reside a novidade: investimentos privados de grande porte buscam a irrigação como alternativa para novas estratégias de diversificação e acumulação empresariais.

Nosso objetivo neste primeiro relatório parcial foi tão-somente agregar informações dispersas que permitissem avaliar minimamente como vem-se dando a intervenção do Estado na agricultura mineira e fluminense, de modo a orientar os próximos passos da nossa investigação na interpretação das questões ligadas ao abastecimento e à dinâmica do mercado de terras e do mercado de trabalho.

Registramos aqui nossos agradecimentos às instituições que, dentro das suas possibilidades, contribuíram para a realização deste trabalho e que se encontram citadas na bibliografia, e, sobretudo, à Universidade Federal do Rio de Janeiro e à Fundação José Bonifácio que, através da doação de recursos suplementares, asseguraram a manutenção das equipes de pesquisa e a continuidade do projeto.

Junho de 1990.

A Intervenção do Estado na Agricultura:
o caso de Minas Gerais

Coordenação: Maria Regina Nabuco - CEDEPLAR/UFMG

Assistentes

de Pesquisa: Altino Roberto A.A. Cunha (CEDEPLAR/UFMG)
Célia Maria Staut Melo

I. INTRODUÇÃO

O presente texto compõe o primeiro relatório da pesquisa "Expansão e crise na agropecuária na região Sudeste: causas e impactos", coordenada pela Prof^a Maria Regina Nabuco (CEDEPLAR), e interligada a outros dois projetos constituintes da pesquisa "A modernização da agricultura do Sudeste e a estruturação do espaço regional", sob coordenação geral da Prof^a Lena Lavinas (IPPUR), financiada pela FINEP.

Este relatório tem por objetivo identificar a atuação do estado na agricultura mineira nas últimas duas décadas, destacando algumas das principais iniciativas realizadas no período. O destaque a determinadas iniciativas deve-se a dois aspectos, um de natureza teórica e outro de natureza empírica.

Quanto ao primeiro aspecto, procuramos pautar a análise dentro da ótica do processo de modernização recente da agricultura brasileira como o desenrolar de uma estratégia de "modernização conservadora" tal como o descreve Delgado (1985), e que tem como carro-chefe o crédito agrícola.

O período analisado corresponde a dois momentos distintos desta estratégia modernizadora da agricultura brasileira: o período do auge e esplendor do padrão de financiamento do setor, pautado no crédito agrícola farto e difuso (ou o período de "modernização compulsória" como concebe Kageyama (1987), e o segundo período que marca o declínio deste padrão, ao menos em termos quantitativos globais.

Procurou-se, portanto, centrar atenção no instrumento de crédito agrícola, de modo a identificar sua magnitude e direcionamento dentro do estado de Minas Gerais.

O segundo aspecto, de natureza empírica, nos forçou a privilegiar excessivamente o aspecto do crédito, em detrimento de outros fatores, que se não centrais, ao menos foram relevantes.

A exiguidade do tempo, face às dificuldades de obtenção de dados consolidados sobre a atuação do estado na agricultura mineira, fez com que não incluíssemos análises sobre a geração e difusão da pesquisa agropecuária; sobre a aplicação de recursos de fundos administrados pelo Banco do Brasil via incentivos fiscais, como o FINAME (agência especial de financiamento para máquinas e

equipamentos) e o Fiset (fundo de investimento setorial-reflorestamento); sobre programas específicos para determinadas culturas, como o Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais; sobre os recursos e orientações da Política de Garantia de Preços Mínimos (recursos destinados ao AGF e EGF) e de linhas de financiamento para agroindústrias (PRONAGRI).

Sobre estes pontos omissos, cabe destacar dois que tiveram reiterada importância para a agricultura mineira: o primeiro deles é o Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais, que representou um grande impulso à cafeicultura mineira até meados da década de 70, notadamente na região do Sul de Minas, e expresso em substanciais incentivos para o estabelecimento da cultura e adoção de uma tecnologia "racional".

O segundo refere-se às aplicações do Fiset - reflorestamento, ao qual é atribuída a visível expansão do plantio na década de 70 (com taxas de crescimento da ordem de 17% a.a.), notadamente a formação de florestas homogêneas para produção de carvão vegetal para a indústria siderúrgica.

Quanto à organização propriamente dita deste trabalho, optamos pela divisão em quatro itens: crédito rural, programas setoriais, programas de apoio à pequena produção e política agrária.

Tendo em vista as considerações anteriores, procuramos situar o estado de Minas Gerais dentro do contexto nacional da política de crédito, a partir da utilização de diversos quadros que fornecem a posição relativa e os recursos destinados ao estado.

A análise dos dados de crédito rural para Minas Gerais nos mostra que, grosso modo, não há uma diferenciação da tendência nacional, e não revela em si toda a importância da intervenção estatal no setor agropecuário, de modo que, para se ter uma idéia do direcionamento e do impacto do crédito na organização do setor, se faz necessário investigar os diversos canais específicos de difusão creditícia. Tais canais são expressos pelo que chamamos de programas setoriais, no item II, constituídos de programas especiais de desenvolvimento e difusão tecnológica.

Subdividimos os programas setoriais em dois tópicos específicos, os programas de incentivo à irrigação e os programas voltados à promoção da agricultura de cerrado. Tal dicotomia pode ser considerada relativamente arbitrária, uma vez que os diversos programas se interligam numa teia, que via de regra apresenta os mesmos beneficiários, sob uma mesma estratégia de intervenção. De qualquer forma, julgamos que esta divisão favorece uma análise mais clara da intervenção estatal no setor agropecuário mineiro.

Para desvendar o emaranhado de planos, programas e projetos realizados, procuramos apresentar os planos de forma abrangente (cronologicamente) destacando: seus objetivos e metas, operacionalização e recursos, e resultados e avaliações, quando acessíveis. Em seguida, procuramos chegar a determinados programas específicos (com os mesmos destaques), para enfim descrever os projetos de relevância dentro destes programas.

O estado de Minas Gerais apresenta uma característica peculiar na implementação de diversos planos, não apenas por ter sido um grande beneficiário destes, mas por ter sido pioneiro de grande parte dos mesmos. De fato, nota-se que diversos planos nacionais tiveram como modelo e plano piloto iniciativas gestadas inicialmente ao nível estadual. Destacam-se o PROVARZEAS, iniciado em Minas e depois expandido ao nível nacional, e igualmente o PCI (Plano de Crédito Integrado para a incorporação de cerrados), precursor do POLOCENTRO, bem como de diversos PDRIS.

Algumas razões podem ser apontadas para esta tendência de generalização de planos urdidos ao nível estadual. A mais "fisiológica", mas nem por isto menos verdadeira no Brasil, aponta para o fato de que o secretário da Agricultura do estado de Minas Gerais por ocasião do PCI era o Sr. Alisson Paulinelli, futuro ministro da Agricultura e um dos principais idealizadores e defensores do POLOCENTRO.

De qualquer forma, o que é bastante claro é que os programas de incentivo setorial apresentam uma estratégia articulada de modernização e incorporação ao mercado de áreas agrícolas, atrelados a um pacote tecnológico que reforça, num primeiro momento, as relações com a indústria à montante do setor. Se os programas setoriais, calcados em repasses de grande monta do estado para o setor privado, incorporaram de fato determinadas áreas ao mercado, tal incorporação se deu pela marginalização do pequeno produtor local fracamente capitalizado. Os grandes beneficiários foram justamente aqueles empresários rurais aptos à absorção de uma tecnologia intensiva em capital.

A avaliação dos diversos planos indica que se processou no estado um movimento de "reforma agrária às avessas", com a virtual expulsão dos pequenos produtores locais, pela incorporação de grandes áreas para poucos produtores individuais ou pelo desalojamento direto nos programas de assentamento dirigido de colonos "importados" do Sul e Sudeste do país.

O terceiro tópico trata dos programas de desenvolvimento rural integrado, com objetivos e racionalidade diferentes dos programas setoriais. A racionalidade destes programas, cujas avaliações de forma geral apontam para o fracasso dos objetivos perseguidos oficialmente, está muito mais ligada à estratégia de planejamento para negociação, sendo os planos elementos de captação de recursos externos.

O quarto item demonstra a tímida atuação do estado quanto à política agrária, notadamente a reforma agrária via projetos de assentamento e colonização e legalização da posse, com a frustração das expectativas geradas pelo I PNRA da finada "Nova República".

Para finalizar, gostaríamos de agradecer ao economista Rúbio Andrade, do BMDG, pela colaboração e atenção dispendidas.

Bibliografia citada:

DELGADO, Guilherme C.: "Capital Financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985". São Paulo, Icone, 1985.

KAGEYAMA, Angela et alli. "O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais". Campinas, 1987 (mimeo).

FRANÇA, Múcio. "O cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista: a experiência de Minas Gerais". CEDEPLAR, 1984. Tese de Mestrado.

RELAÇÃO DE QUADROS.

- QUADRO 01 - Minas Gerais/Brasil: Crédito rural segundo diferentes modalidades de crédito 1970-1987
- QUADRO 02 - Brasil: Evolução das aplicações de recursos de crédito rural 1980-1987
- QUADRO 03 - Minas Gerais/Brasil: Taxas anuais de crescimento dos valores do crédito rural 1970-1975 - 1975-80 - 1980-85 e 1985-86
- QUADRO 04 - Minas Gerais/Brasil: Crédito rural de acordo com sua utilização em algumas culturas selecionadas - 1970-86
- QUADRO 05 - Minas Gerais: Financiamento ao setor agropecuário e produto interno bruto 1980-86
- QUADRO 06 - Minas Gerais: Participação percentual do crédito cooperativo no crédito agrícola total por modalidade - 1981-86
- QUADRO 07 - Brasil: Áreas irrigadas por estados
- QUADRO 08 - Resultados alcançados pelo PROVARZEAS por região de planejamento em Minas - 1974-85
- QUADRO 09 - Principais projetos de irrigação implantados em Minas Gerais
- QUADRO 10 - Fontes de recursos para os projetos de irrigação implantados até 1986 no estado de Minas Gerais
- QUADRO 11 - Extensão da região atendida pelo PCI
- QUADRO 12 - PCI - Projetos financiados, áreas e valor dos financiamentos
- QUADRO 13 - Comparação dos juros, prazos e limites dos financiamentos para investimentos agrícolas entre o Banco do Brasil e o POLOCENTRO
- QUADRO 14 - Aplicação de recursos do POLOCENTRO em Minas Gerais até 1979
- QUADRO 15 - Metas programadas e realizadas pelo POLOCENTRO - 1979
- QUADRO 16 - Valor dos projetos contratados pelo POLOCENTRO, área beneficiada, contratada e ocupada até 1978
- QUADRO 17 - Estimativa da área plantada, produção e produtividade no projeto piloto do PROCEDER
- QUADRO 18 - Fontes e total de recursos para os PDRIs/MG
- QUADRO 19 - Minas Gerais: Situação das áreas arrecadadas - 1987

QUADRO 20 - Minas Gerais: Projetos de assentamento - 1987

QUADRO 21 - Número de áreas em processo de reforma agrária por microrregião

QUADRO 22 - Minas Gerais: Áreas em processo de reforma agrária

II. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SETOR AGROPECUÁRIO MINEIRO

Um rápido panorama da produção agropecuária mineira indica a posição de destaque do estado no âmbito nacional.

Em 1988, a área colhida no estado correspondia a aproximadamente 10% da área colhida do país, sendo Minas Gerais o principal produtor de café, respondendo por 30% da produção nacional; o segundo produtor de batata e alho (respectivamente 37.16% e 22.8% do total nacional), o terceiro produtor nacional de eijão (13.34%) e o quarto produtor de milho (12.15%) e de cana de açúcar (6.09%).

No âmbito estadual, os produtos mais relevantes quanto à área colhida são o milho (34.73% da área colhida do estado), o café (15.73%), o arroz (13.57%), o feijão (12.24%) e a soja (9.03%).

Quanto à pecuária, o estado possui o maior rebanho bovino do país (16% do total nacional), sendo ainda o maior produtor de leite (respondendo por cerca de 30% da produção total brasileira) e o quarto produtor de suínos.

Uma visão do significado do setor agropecuário mineiro, tanto no âmbito nacional, quanto estadual, no entanto, só pode ser feita se tivermos em vista as transformações que este vem passando ao longo das últimas duas décadas. De fato ocorreu, e vem ocorrendo, um processo de mudança que alterou a posição relativa das atividades agropecuárias, de seus produtos e regiões produtoras no estado.

Após uma tendência decrescente da posição relativa da agricultura mineira, de 1970 a 1980, acompanhada pela redução da contribuição do estado na formação do PIB nacional, no mesmo período, a situação se inverte. Após décadas de estagnação, a agropecuária mineira principalmente a lavoura, retoma o crescimento.

QUADRO I
POSIÇÃO RELATIVA DO SETOR AGROPECUÁRIO
VPA/PIB-MG e VPA-MG/VPA-BR

	VPA/PIB-MG				VPA (MG)/VPA (BR)			
	70	75	80	85	70	75	80	85
AGROPEC	19.3	16.5	12.1	15.4	15.5	13.7	11.3	13.0

A inversão destas tendências espelha o paulatino processo de mudança estrutural que se verifica no estado a partir da segunda metade da década de 70, com a alteração das posições relativas, tanto sob o prisma setorial quanto regional.

O quadro I evidencia a mudança da posição relativa da agropecuária mineira, seja na elevação de sua contribuição no PIB estadual, seja no aumento de sua contribuição ao VPA nacional.

Tal alteração encontra explicações na redefinição da composição intra-setorial (pecuária versus agricultura) e intra-atividades (pecuária de corte versus pecuária de leite; produtos de

mercado interno versus mercado externo e agroindustrial) do setor. Do ponto de vista intra-setorial, é patente a perda da posição relativa da pecuária frente à agricultura, tendo a primeira reduzido sua participação na composição do VPA mineiro de 48% em 1970, para 37,5% em 1986. Dentro da atividade pecuária, é a bovinocultura de corte que tem perdido maior espaço, reduzindo sua contribuição no valor bruto da produção pecuária de 60,5% em 1976, para 38,6% em 1986, cedendo a primazia à produção leiteira, que eleva sua participação de 22,8% para 40,3% no mesmo período. A participação da suinocultura não se altera, permanecendo no patamar de 8,4% do VPA mineiro, ao passo que a avicultura praticamente dobra sua taxa de contribuição, saltando de 6,0% em 1976 para 11,1% em 1986.

O movimento relevante na pecuária, no entanto, não é a migração da produção de carne para leite, mas para as lavouras.

Dentro da atividade agrícola, de acordo com Nabuco e Lemos (1986), duas são as características marcantes desta modificação estrutural: o aumento da participação estadual na produção de grãos, que se eleva de 8,7% em 1981 para 12% em 86; e o dinamismo das culturas de soja, café e cana de açúcar, no plano estadual, tendo suas áreas colhidas crescido 20% de 1981 a 1986. Sob o prisma regional, a produção agropecuária se manifesta desigualmente, tanto em termos de produção como de produtividade. Destaque-se o grande dinamismo das regiões Sul, Triângulo e Alto Paranaíba, em contraste com a estagnação da região do Jequitinhonha.

participação regional na produção agropecuária em Minas Gerais
QUADRO II
CONTRIBUIÇÃO REGIONAL NO PIB AGROPECUÁRIO

REGIÃO	PART. RELATIVA (%)
I . Metalúrgica	11,2
II . Zona da Mata	11,4
III . Sul	19,3
IV . Triângulo	15,6
V . Alto S. Francisco	9,9
VI . Noroeste	13,8
VII . Jequitinhonha	5,0
VIII. Rio Doce	13,8

Tais mudanças estruturais redesenharam a geografia e a pauta de produtos agrícolas no estado, e tiveram como indutores diferentes políticas ao longo das últimas décadas. Embora temporalmente distintas e formalmente desarticuladas, tais políticas cristalizaram, com êxito, a estratégia de modernização da agricultura, expressa "na produção economicamente racional", na integração ao mercado e na forma de produção capitalista.

A primeira etapa do projeto modernizante tem como centro a cultura cafeeira, e como instrumento principal o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), acionado a partir de 69/70. Apesar de ativado ao nível federal, é Minas Gerais o grande beneficiário deste plano, o que em parte se deve aos problemas climáticos (geadas) do Sul do país.

O estímulo para a condução da cultura em bases modernas conduziu o estado ao primeiro posto da produção nacional de café no final da década de 70. A melhoria dos preços internacionais, que têm sua cotação dobrada de princípios de 70 para o início dos anos 80, constitui o elemento exógeno do sucesso desta estratégia modernizante.

Os efeitos regionais se expressam no vicejamento da agricultura do Sul de Minas, responsável por mais de 50% da produção, seguindo-se a Zona da Mata, com participação declinante, não chegando a 20%. A partir de meados de 1970, o Triângulo e o Alto Paranaíba incorporam-se à dinâmica do café, e no princípio dos anos 80 o avanço da cafeicultura atinge o Jequitinhonha.

O segundo impulso decisivo para a agricultura mineira se dá com a incorporação dos cerrados à atividade produtiva.

A conquista do cerrado altera significativamente o cenário regional agrícola mineiro. As regiões características de cerrado como o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, Alto São Francisco e o Noroeste passam, a partir dos anos 80, por uma experiência de crescimento agrícola acelerado. É a soja, sem dúvida, a cultura que vai corporificar a penetração do capital nestas regiões (Nabuco e Lemos 1986), mas também há um crescimento expressivo na produção de cana-de-açúcar, arroz, milho, trigo, sorgo, amendoim e frutas como abacaxi e laranja.

A incorporação produtiva do cerrado é atribuída à crescente participação estadual na produção nacional de grãos, bem como o aumento do VPA no PIB estadual.

QUADRO III
PRODUÇÃO DE CULTURAS SELECIONADAS EM MINAS GERAIS, SEGUNDO REGIÕES DE PLANEJAMENTO - SAFRAS 1980/81 E 1984/85 (Em %)

REGIÕES	Arroz		Batata		Mandioca		Milho		Feijão		Cana		Soja	
	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85	1980/81	1984/85
I	3,2	3,0	5,3	9,4	7,7	5,8	8,7	8,9	7,6	10,6	3,0	2,2	0,5	0,1
II	22,9	16,6	0,9	0,5	1,1	1,4	13,8	11,6	13,3	13,3	21,6	16,8	0,0	0,0
III	21,6	19,9	89,1	86,4	6,3	11,5	26,2	26,2	21,9	21,1	32,1	26,2	10,5	0,3
IV	18,4	16,8	3,5	2,8	3,8	6,3	14,1	16,5	4,0	5,1	7,0	30,6	60,7	62,9
V	8,3	10,6	1,1	0,7	13,3	7,1	11,8	13,0	8,4	11,2	10,3	6,3	25,3	16,2
VI	10,3	17,8	0,0	0,1	37,2	35,0	9,4	11,5	12,0	15,9	15,4	10,4	3,0	20,2
VII	1,6	1,8	0,0	0,1	24,8	23,6	2,3	2,7	12,8	8,9	5,5	3,2	0,0	0,3
VIII	13,7	13,5	0,1	0,1	6,8	9,3	13,7	9,6	20,0	13,9	5,1	4,3	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: GCEA - SEI/SEPLAN, Fevereiro de 1986.

O quadro III dá uma amostra da importância crescente das regiões típicas de cerrados (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba [VI], Alto São Francisco [VII] e Noroeste [VIII]) na produção agrícola.

A incorporação dos cerrados à estrutura produtiva se dá

através de um conjunto de planos e programas de desenvolvimento, a partir de uma estreita articulação dos governos estadual e federal. O plano pioneiro de colonização do PADAP (Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), criado em 1973, se constituiu no piloto de uma experiência que se expandiu através de planos estaduais, como o PCI (Plano de Crédito Integrado) e o Plano NOROESTE, e federais como o POLOCENTRO e PRODECER, cuja estratégia principal foi a distribuição selecionada de crédito farto e barato.

Apesar do fracasso da maioria destes planos quanto às metas previstas, e das distorções na contribuição de crédito farto e barato a um número reduzido de beneficiários, foram criadas as condições tecnológicas e infraestruturais para a evolução do processo de desenvolvimento e exploração agrícola do cerrado (Nabuco e Lemos 1986). [1]

O terceiro impulso à modernização da agricultura mineira tem na irrigação o elemento central. A estratégia modernizante se manifesta pelos mesmos caminhos dos planos anteriores: estímulo do governo federal, embasado em experiência piloto gestada no estado, via crédito barato e seletivo.

Assim, é a partir do PRÓVARZEAS-MG, de iniciativa do governo estadual, que tem origem o PRÓVARZEAS nacional. Projetos específicos de grande porte, como o Jaíba, Pirapora e o Gortuba, emergem com vultuosos dispêndios do governo federal via PRONI e PROINE (Programa Nacional de Irrigação e Programa de Irrigação do Nordeste) em infraestrutura e crédito.

A seletividade dos incentivos é o aspecto marcante dos programas de estímulo à irrigação. Não obstante tenham representado papel fundamental no incremento da produção de arroz no Sul de Minas, e de hortifrutigranjeiros no Noroeste, contribuíram para o acirramento do problema fundiário no estado, que patrocinou uma "reforma agrária às avessas", com o deslocamento da produção rural local da área dos grandes projetos. Tais programas serão detalhados no item 1 deste trabalho.

A mudança estrutural da agricultura mineira representa sem dúvida, uma sinalização do sucesso dos objetivos perseguidos pela estratégia modernizante do estado brasileiro, ou seja, a concepção da agricultura capitalista calcada na grande produção, e conduzida nos moldes empresariais, mas contando com a forte aliança do estado.

Fracassam, no entanto, o que seriam as ações compensatórias à pequena produção, os planos de desenvolvimento rural integrados (PDRIs). Utilizados eficientemente como instrumento de captação de recursos externos, os PDRIs não lograram êxito no intuito de modernizar o pequeno produtor. De acordo com Nabuco (1988), "*a retórica do apoio à pequena produção buscava evitar descontentamentos generalizados no campo e legitimar as oligarquias no poder*". [2]

[1] Nabuco, Maria Regina e Lemos, Mauro Borges (1986). A rota do capital em Minas Gerais na década de 80. In III Seminário de Economia Mineira. Diamantina, 1986. pp. 185.

[2] Nabuco, Maria Regina (1988). Brasil e Minas Gerais - Modernização e modernidade na agricultura. In IV Seminário de Economia Mineira. Diamantina. 1988. pp. 133.

A última mudança na estrutura produtiva estadual reporta-se à região economicamente mais atrasada e carente do estado, o Jequitinhonha. A ação do governo Estadual na segunda metade da década de 80, no entanto, não se dá mais através de planos ou programas, mas como resultado de uma próspera, para seus mentores, aliança entre companhias reflorestadoras e construtoras. Já sem a necessidade de ocultar a apropriação privada do estado, é abandonada a retórica de apoio à pequena produção. A brutal desmobilização do aparato de pesquisa e extensão no estado marca a mudança abrupta na rota de intervenção estatal, onde se suprime o planejamento e a barganha política assume lugar de destaque. Assim, "a agricultura tornou-se matéria de engenharia, questão de estrada, água e energia elétrica" (Nabuco 1988). [3]

O trabalho que se segue procura identificar e detalhar as intervenções planejadas do estado na agricultura mineira ao longo das últimas duas décadas, de forma a compreender os instrumentos pelos quais se processou a mudança estrutural do setor agropecuário em Minas Gerais.

II.1. CRÉDITO RURAL

O crédito rural foi, na década de 70, o principal instrumento da estratégia de modernização da agricultura engedrada pelo governo federal. Minas Gerais não é exceção neste quadro.

Uma análise do volume e distribuição entre as modalidades, evolução das aplicações de crédito rural e taxas de crescimento, bem como culturas beneficiadas, pode ser feita a partir dos quadros a seguir.

O quadro 1 mostra a distribuição do volume de crédito rural segundo as diferentes modalidades nos quinquênios de 70 a 85, e o ano de 86, bem como a participação mineira no total de crédito rural concedido no país.

Os dados demonstram um declínio do crédito para investimentos e comercialização de 70 para 85 (respectivamente 32,45 para 18,90% e 32,63 para 8,75%) e o aumento da participação relativa do crédito para custeio neste mesmo período (34,92 para 72,47%). O ano de 1986 demonstra o incentivo para investimento decorrente do plano cruzado (com um aumento na participação relativa desta modalidade da ordem de 220,9%) e naturalmente não pode ser considerado como tendência e tampouco ano base para análise.

Os dados para Minas Gerais se mostram bastante próximos dos índices obtidos no Brasil como um todo, embora a participação relativa da modalidade de crédito para investimento seja maior ainda que a evolução das taxas anuais de crescimento seja aproximadamente igual, como demonstra o quadro 3. Esta diferença pode ser uma indicação de que os projetos de incentivo setorial (descritos especificamente nas seções II.1 e II.2) pesaram a favor de uma maior participação relativa da modalidade investimento no estado, especialmente na década de 70.

[3] Idem pp. 133.

Por fim, quanto à participação de Minas Gerais no volume de crédito disponível no país, apresenta ao longo período uma tendência ligeiramente decrescente.

QUADRO 1

MINAS GERAIS/BRASIL CRÉDITO RURAL, SEGUNDO AS DIFERENTES MODALIDADES DE CRÉDITO 1970/1987 (Em %)

MODALIDADE	MINAS GERAIS					BRASIL					MG/BR				
	70	75	80	85	86	70	75	80	85	86	70	75	80	85	86
DO CRÉDITO															
INVESTIMENTO	32,45	36,70	21,26	18,90	41,75	27,14	31,25	18,76	12,96	32,05	13,96	12,43	11,40	8,17	12,78
CUSTEIO	34,92	43,86	62,10	72,47	49,50	44,60	43,83	56,58	71,10	55,95	9,14	10,59	11,04	11,70	8,68
COMERCIALIZAÇÃO	32,63	19,44	16,64	8,63	8,75	28,26	24,92	24,66	15,94	12,00	13,48	8,26	6,79	4,34	7,15
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	11,67	10,58	10,06	8,02	9,81

FONTES: DADOS ESTATÍSTICOS. Brasília, Banco Central do Brasil, Dept^o de Crédito Rural, 1970, 1975, 1980 e 1985.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL. Brasília, Banco Central do Brasil, Dept^o de Crédito Rural, 1986.

O quadro 2 mostra a evolução das aplicações de recursos de crédito rural segundo as modalidades de 1980 a 1986 no Brasil e mostra a queda no volume total de crédito concedido. Como pode ser visto no quadro 3, a tendência é acompanhada pelo estado de Minas Gerais.

QUADRO 2

BRASIL EVOLUÇÃO DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS DE CRÉDITO RURAL 1980-87

ANO	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	CZ\$ 1000 ⁽¹⁾	ÍNDICE	CZ\$ 1000 ⁽¹⁾	ÍNDICE	CZ\$ 1000 ⁽¹⁾	ÍNDICE	CZ\$ 1000 ⁽¹⁾	ÍNDICE
1980	164.656.710	100,00	54.587.183	100,0	71.756.451	100,0	291.000.344	100,0
1981	147.978.778	89,9	39.000.487	71,4	65.342.223	91,1	252.321.489	86,7
1982	157.122.108	95,4	32.034.752	58,7	55.103.255	76,8	244.260.116	83,9
1983	114.649.060	69,6	30.784.919	56,4	38.952.262	54,3	184.386.242	63,4
1984	79.421.880	48,2	13.867.622	25,4	19.386.151	27,0	113.675.554	38,7
1985	114.204.633	69,35	20.816.344	38,13	25.594.122	35,7	160.615.079	55,2
1986	113.983.030	81,37	76.750.544	140,6	28.766.964	40,1	239.500.530	82,3
1987	-	-	-	-	-	-	214.700.000 ⁽²⁾	73,8

FONTES: DADOS ESTATÍSTICOS. Brasília, Banco Central do Brasil, Dept^o de Crédito Rural, 1970, 1975, 1980 e 1985.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL. Brasília, Banco Central do Brasil, Dept^o de Crédito Rural, 1986.

(1) Valores constantes a preços de janeiro/87 (IGP. Col. 2 - FGV).

(2) Estimativa do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

QUADRO 3

MINAS GERAIS/BRASIL
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS VALORES DO CRÉDITO RURAL
1970/75 - 1975/80 - 1980/85 - 1985/86 (CZ\$ de 1980 = 100)

PERÍODO	MINAS GERAIS				BRASIL			
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL
1970/75	32,9	30,2	14,5	27,0	29,1	33,2	26,3	29,5
1975/80	8,3	-9,5	-2,1	1,0	7,4	-7,9	1,8	2,0
1980/85	-12,4	-17,1	-25,6	-15,1	-7,0	-17,5	-18,6	-11,2
1985/86	24,6	302,8	85,1	82,4	17,3	268,69	12,39	49,11

FONTES: DADOS ESTATÍSTICOS. Brasília, Banco Central do Brasil, Dept^o de Crédito Rural, 1970, 1975, 1980 e 1985.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL. Brasília, Banco Central do Brasil, Dept^o de Crédito Rural, 1986.

(1) Valores corrigidos pelo IGP, Coluna 2, FGV (março 1986=100).

O quadro 4 dá a utilização de crédito segundo as culturas, e indica que a predominância do crédito de custeio está relacionada à importância da cafeicultura e da lavoura de milho no estado, que demandaram em conjunto 34,5% do total de crédito de custeio estadual em 1985. Aponta também para o crescimento da participação das culturas como algodão, batata e soja na parcela do crédito estadual.

Como indicador da importância do crédito rural na formação do produto interno das atividades agropecuárias, e sua "produtividade", temos as relações entre o valor dos financiamentos ao setor agropecuário e seu PIB, como mostra o quadro 5.

QUADRO 4
MINAS GERAIS/BRASIL
CRÉDITO RURAL DE ACORDO COM SUA UTILIZAÇÃO
EM ALGUNS PRODUTOS SELECIONADOS
1970/1986 (Em %)

PRODUTO	MINAS GERAIS					BRASIL					MG/BR				
	70 ⁽¹⁾	75	80	85	86	70 ⁽¹⁾	75	80	85	86	70 ⁽¹⁾	75	80	85	86
ALGODÃO	0,92	2,50	3,21	6,72	5,05	4,33	4,09	5,51	6,37	5,99	2,48	6,46	5,86	7,37	9,34
ALHO	-	-	-	0,05	0,04	-	-	-	0,04	0,11	-	-	-	13,49	8,04
ARROZ	4,27	7,11	5,49	8,45	5,90	4,69	7,89	8,19	14,6	9,18	10,63	9,54	6,74	4,90	6,31
BATATA	-	0,71	1,71	1,58	3,13	-	0,48	0,60	0,60	1,07	-	15,70	28,68	25,30	28,73
CAFÉ	6,64	11,22	24,53	18,27	9,73	7,52	6,89	8,55	4,11	2,83	10,30	17,24	28,38	36,45	33,67
CANA-DE- AÇÚCAR	0,42	1,29	1,55	4,16	2,65	3,10	3,65	3,56	6,88	4,55	1,39	3,74	4,28	4,86	5,71
FEIJÃO	1,33	1,24	4,14	1,58	1,55	0,82	0,48	2,96	2,75	2,54	19,03	3,70	14,06	4,63	6,43
MANDIOCA	0,21	0,17	0,63	0,78	0,42	0,34	0,14	1,08	1,04	0,53	16,45	12,66	5,85	3,66	7,90
MILHO	9,06	8,96	11,06	16,25	13,69	5,26	4,81	6,72	10,81	9,37	20,10	19,74	16,50	13,59	14,34
SOJA	0,09	1,24	2,32	8,99	6,03	1,68	2,60	13,56	18,87	11,99	0,63	1,04	1,46	4,50	4,86
TOMATE	-	-	-	0,28	0,37	-	-	-	0,41	0,43	-	-	-	10,77	8,42
BOVINOS (CARNES)	-	14,10	3,36	1,05	4,17	-	8,92	4,73	1,22	5,21	-	16,73	13,44	7,90	7,76
SUÍNOS	0,36	0,86	1,06	0,66	0,77	0,34	1,03	1,75	0,45	0,82	12,27	8,82	6,11	11,82	9,22
LEITE	15,48	8,90	4,60	1,52	11,04	2,64	3,42	1,55	1,00	4,85	24,23	31,84	29,74	12,18	25,56
AVES E OVOS	0,73	1,70	2,02	0,76	0,68	1,11	1,68	2,29	1,33	1,50	7,72	10,52	8,87	4,26	4,46
TOTAL	29,51	60,00	65,68	71,10	65,24	31,83	46,08	61,05	70,68	60,97	-	-	-	-	-

FONTES: DADOS ESTATÍSTICOS. Brasília, Banco Central do Brasil, Departamento de Crédito Rural, 1970, 1975, 1980, 1985.
 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL. Brasília, Banco Central do Brasil, Departamento de Crédito Rural, 1986.

(1) Dados referentes somente ao custeio.

(2) Inclui também a pecuária de corte.

QUADRO 5
MINAS GERAIS
FINANCIAMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO E PRODUTO INTERNO BRUTO
1980-86 (Cz\$ 1.000 de 1986)

ANOS	VALOR DOS FINANCIAMENTOS (A)	PIB AGROPECUÁRIO (B)	A/B 100
1980	28.278.703,0	37.920.633,0	74,6
1981	17.049.589,0	50.255.579,0	33,9
1982	17.720.481,0	39.393.752,0	45,0
1983	12.489.936,0	49.364.454,0	25,3
1984	8.013.424,8	41.465.523,0	19,3
1985	10.038.769,2	54.786.591,0	18,3
1986	18.328.930,4	54.525.801,0	33,6

FONTES: DADOS ESTATÍSTICOS. Brasília, Banco Central do Brasil, Dept^o de Crédito Rural, 1970, 1975, 1980 e 1985.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL. Brasília, Banco Central do Brasil, Dept^o de Crédito Rural, 1986.

Esta relação indica um coeficiente decrescente ao longo do período de 80 a 86, caindo de 74,6 para 18,3% em 1985. Note-se que o coeficiente já apresentava esta tendência a partir do pico de financiamento, 1975, onde teria atingido, para o Brasil, 108%!! (dados de Sayad). Tal tendência poderia indicar um aumento da "produtividade" do crédito e/ou um aumento da capacidade de auto-financiamento do setor.

Quanto ao sistema de crédito cooperativo, a participação desta modalidade no volume total de financiamento ao setor tem sido pequena historicamente, tanto ao nível nacional como estadual, mas apresenta tendências de crescimento face à perda de capacidade de financiamento do setor público (quadro 6). Em 1988 foi autorizado o financiamento de 12 novas cooperativas de crédito rural, que vêm-se somar às 27 já existentes no estado. Tais cooperativas trabalham com recursos próprios e como repassadoras de recursos federais alocados junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).

QUADRO 6
MINAS GERAIS
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO CRÉDITO COOPERATIVO NO CRÉDITO AGRÍCOLA
TOTAL POR MODALIDADE
1981-1986

MODALIDADE	1981	1982	1983	1984	1985	1986
CUSTEIO	0,88	0,31	0,64	0,88	0,01	0,41
INVESTIMENTO	0,05	0,03	0,21	0,02	-	0,26
COMERCIALIZAÇÃO	0,41	0,15	0,39	0,70	-	0,42
TOTAL	1,34	0,39	1,24	1,60	0,01	1,09

FONTES: DADOS ESTATÍSTICOS. Brasília, Banco Central do Brasil, Dept^o de Crédito Rural, 1970, 1975, 1980 e 1985. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL. Brasília, Banco Central do Brasil, Dept^o de Crédito Rural, 1986.

A análise dos dados de crédito rural para o estado de Minas Gerais, grosso modo, não se diferencia da tendência nacional, e não revela em si toda a importância da intervenção estatal no setor agropecuário minerio. Para se ter uma idéia do direcionamento e do impacto do crédito na organização do setor, é necessário investigar os diversos canais específicos de difusão creditícia.

Tais canais são expressos pelas linhas de financiamentos específicos atreladas a programas especiais de desenvolvimento e difusão tecnológica. Ressaltam em importância os programas de estímulo à irrigação, os programas de incentivo à agricultura de cerrados, bem como os programas de desenvolvimento rural integrado, abordados nos próximos tópicos.

Bibliografia a respeito pode ser encontrada em:

- Anuário estatístico do crédito rural. Brasil. Banco Central do Brasil. Depto. de crédito rural.
- Banco de desenvolvimento de Minas Gerais. Agropecuária in Economia mineira 1989 - Diagnósticos e perspectivas. Belo Horizonte, jun/89. Não publicado.
- Sayad, J. Crédito rural no Brasil: Avaliação das críticas e propostas de reforma. FIPE/PIONEIRA. 1984.

II.2. PROGRAMAS SETORIAIS

1. Programas de estímulo à irrigação

O setor público teve um papel marcante e decisivo em Minas Gerais no processo de modernização da agricultura. Os programas setoriais de incentivo à irrigação, nestes termos, representaram o grande esforço realizado, com a implementação de diversos programas e diversas linhas de financiamento, que se entrecruzam em diversos pontos (para um exemplo do esforço realizado no estado, ver o quadro 7, que mostra as áreas irrigadas por estado no Brasil).

Para desvendar o nó de programas e linhas de financiamento, optamos por separar setorialmente o estímulo à irrigação, embora houvesse uma combinação de programas específicos com cerrados e outros. A exceção será feita àqueles que se destinam à pequena produção, como o PROSPERE, por apresentarem características distintas dos demais.

QUADRO 7

BRASIL ÁREAS IRRIGADAS POR ESTADOS 1986

ESTADOS	ÁREA IRRIGADA (Em ha)
RIO GRANDE DO SUL	781.218
MINAS GERAIS	286.421
SÃO PAULO	232.352
SANTA CATARINA	81.066
RIO DE JANEIRO	78.318
GOIÁS	63.692
ESPÍRITO SANTO	54.536
MATO GROSSO DO SUL	51.924
PARANÁ	51.000
MATO GROSSO	23.372
PARÁ	14.641
DISTRITO FEDERAL	7.240
RORAIMA	3.058
AMAZONAS	1.999
AMAPÁ	348
RONDÔNIA	310
ACRE	112
ESTADOS DO NORDESTE	338.776
TOTAL	2.070.378

FONTE: PROGRAMA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO. Tempo de irrigar: manual do irrigante. São Paulo, Fundação Victor Civita, 1987.

4.1. PROVARZEAS - MG

A. Objetivos e metas

Surgido no âmbito estadual em 1974, o programa de aproveitamento de várzeas tinha por objetivo incorporar à produção agrícola áreas economicamente inaproveitadas representadas pelas várzeas, através da promoção de obras de saneamento agrícola, irrigação e drenagem.

A meta básica era de recuperar e incorporar ao sistema produtivo cerca de 70 mil ha de várzeas, com um prazo de implantação de quatro anos, cobrindo o período 1976/1979.

O programa considerava como beneficiários produtores rurais, cooperativas agrícolas e empresários de modo geral. Como beneficiários indiretos estavam as empresas privadas, cuja participação nas obras e trabalhos de motomecanização era prevista na ordem de 75% do total.

Sua área de abrangência, que em princípio compreendia o estado como um todo, concentrou-se numa hierarquia de prioridades que privilegiava a Zona da Mata e, em menor escala, as regiões Sul, Metalúrgica e Rio Doce.

B. Operacionalização e recursos

O programa centrou-se na prestação de serviços inerentes à recuperação de várzeas, na assistência técnica e financiamento com crédito rural subsidiado.

A operacionalização ficou a cargo de dois órgãos públicos, a RURALMINAS, a quem cabia a elaboração de projetos executivos e execução de projetos em áreas piloto, e a ACAR, precursora da EMATER.

Sua execução envolvia recursos da ordem de Cr\$ 1.136 milhões (preços de 76), com 15% destinados à viabilização institucional dos dois órgãos e os 85% restantes referiam-se a crédito rural, que do total destinado ao estado, representava 40% em linha de financiamento especial para investimento (ficando os 60% restantes destinados a custeio e comercialização).

C. Resultados e avaliações

Em 1979, ao final de seu período original de implantação, as estatísticas oficiais contabilizaram um total de 42,4 mil ha implantados e 4,5 mil ha em implantação, representando 67% das metas propostas, sendo que a maior parte dos projetos, referia-se a obras de saneamento agrícola, com drenagem correspondendo a 18% e irrigação a 12%.

A avaliação do PROVARZEAS-MG se mostra favorável à despeito

das dificuldades tecnológicas encontradas por um programa pioneiro ao nível nacional, isto é trabalhando sob a condição de "indisponibilidade de estoque de conhecimento técnico internalizado". A participação privada nas obras de motomecanização não atingiu suas metas propostas por este mesmo motivo.

O ganho de produtividade dos produtores contemplados foi sensível, ainda que a nova tecnologia não fosse inteiramente assimilada.

1.2. PROVARZEAS nacional/PROEIR

O estado deu prosseguimento às suas ações após 79. Em 1981 este processo originou o PROVARZEAS nacional, que preservou as características básicas do programa, estadual, reforçado pela criação do PROFIR - programa de financiamento para a aquisição de equipamentos de irrigação. Os dados consolidados para os resultados alcançados pelo PROVARZEAS encontram-se no quadro 8 à seguir.

QUADRO 8

RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PROVARZEAS POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO 1974/1985

REGIÃO	PROJETOS							
	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM		DRENAGEM		SANEAMENTO		TOTAL	
	ÁREA (ha)	BENEFI- CIÁRIO	ÁREA (ha)	BENEFI- CIÁRIO	ÁREA (ha)	BENEFI- CIÁRIO	ÁREA (ha)	BENEFI- CIÁRIO
TRIÂNGULO MINEIRO	957	41	2.996	64	785	7	4.708	112
ZONA DA MATA	1.981	310	20.846	1.600	5.863	581	28.695	2.491
RIO DOCE	2.037	255	10.768	249	6.687	150	19.492	654
SUL	4.025	518	10.301	675	29.875	1.348	44.204	2.541
ALTO SÃO FRANCISCO	3.699	159	7.211	291	3.104	170	14.014	620
METALÚRGICA CAMPOS DAS VERTENTES	787	29	1.429	55	-	-	2.216	84
JEQUITINHONHA	400	36	707	62	153	15	1.260	113
NOROESTE	2.499	25	2.409	36	45	2	4.953	63
TOTAL	16.385	1.973	56.637	3.032	46.520	2.273	119.542	6.678

FONTE: FUNDAÇÃO RURALMINERIA (RURALMINAS), DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES HIDRÁULICAS (DPOH) E DIVISÃO DE IMPLANTAÇÃO (DVM).

(1) Contém projetos conveniados com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

A. Objetivos do PROFIR

O PROFIR constituiu-se de uma linha de financiamento que visava elevar o nível de produtividade das lavouras destinadas ao consumo básico, mediante a utilização de irrigação (de acordo com os objetivos "oficiais"). Financia: máquinas e equipamentos de irrigação, obras e instalações hidráulicas, inclusive construção de pequenas usinas, material para conversão e proteção de rede elétrica, custo do projeto, etc.

1.3. PRONI/PROINE/SERTANEJO

A implementação recente do programa de irrigação nacional - PRONI, e do programa de irrigação do Nordeste-PROINE, vem-se juntar à malha de linhas de financiamento e programas de irrigação.

Formalmente, o PRONI visa elevar o nível de garantia das safras e aumentar a oferta de alimentos básicos para abastecimento do mercado interno, via irrigação, bem como elevar a produtividade e promover o uso racional de recursos naturais e técnicos, sendo o setor privado, através de estímulo creditício, o grande beneficiário e implantador deste programa.

O PROINE é o programa regional do Nordeste, que se estende por 78,5 mil ha da região Sudeste.

Ainda interagindo, há o programa especial de apoio ao desenvolvimento da região semi-árida do Nordeste (projeto SERTANEJO), contemplando diversos municípios mineiros da região do Polígono.

1.4. EMID

Estímulo adicional à agricultura irrigada ainda é proporcionado pelo Plano Mineiro de Irrigação e Drenagem, concebido em 1986 para orientar as instituições oficiais e privadas quanto aos programas e metas para a utilização agrícola dos recursos hídricos. Prevê a irrigação de vários projetos e continuidade de outros, com investimentos da ordem de US\$ 850 milhões entre 1986 e 1990, priorizando as macrorregiões do Noroeste, Jequitinhonha e Rio Doce.

1.5. Projetos específicos

Dentro do PROVARZEAS e do espectro de ação desta intrincada teia de planos e linhas de financiamento, diversos projetos específicos de grande magnitude foram conduzidos pelo estado. O quadro 9 destaca os principais.

QUADRO 9

PRINCIPAIS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO IMPLANTADOS EM MINAS GERAIS

LOCALIZAÇÃO REGIÃO MUNICÍPIO	INÍCIO IMPLANTAÇÃO	INICIATIVA	OBJETIVO	BENEFICIÁRIOS	REALIZADO
Região SUDENE Janaúba Gorutuba Porteirinha	79	CODEVASF	Árrea irrigada 10,0 milha Beneficiamento de área de 60 milha Direcionamento para produtor alimentares	380 famílias área média 8 ha 41 empresas, área variando 200 a 100 ha Predomínio de médios e pequenos	Irrigação 5,2 milha 3,9 milha preparado p/ cultivo de sequeiro Total: 9,1 milha
Região Sudene Pirapora	79	CODEVASF	Árrea 1,7 milha 14,0 milha irrigadas 80 % irrigados por aspersão visando, fruticultura 20% inundação arroz	Associados da CUTIA (+ de 750 ha) Empresa FRUITROP (500 ha) Pequenos empre- sários área total de 120 ha	Completo Obs.: Gerido a partir de 1987 pela as- sociação dos irrigantes
Região Sudene Janaúba/ Carambinho			Beneficiamento de 100 milha 1ª etapa visava irrigar 15,0 milha Produtos alimenta- res e frutícolas	Assentamento de 3000 famílias de pequenos produtores	450 ha irrigados 370 famílias assentadas

Destacam-se ainda os projetos Jequitai no município de mesmo nome, que deverá abranger 56.250 ha, sendo 40.000 irrigados, e o projeto de aproveitamento hidroagrícola do vale do Sapução, englobando 26 municípios do Sul de Minas, destinado a beneficiar 40.000 ha, sendo que já foram realizados a retificação de mais de 100 km dos rios da região, construção de 18 km de diques nos "polders", e o projeto do preto em Unai (900 ha).

A. Resultados preliminares e avaliações

Para uma visão global dos resultados obtidos, ver os quadros 7, 8 e 10.

O fato é que não há, ainda, uma avaliação fechada do desempenho dos projetos e suas consequências, mas algumas podem ser antecipadas:

- Relativa marginalização do pequeno produtor enquanto irrigante, especialmente no projeto GORUTUBA, implicando em conflitos sociais.

- Concentração da área irrigada em um número restrito de produtores, acentuadamente no projeto PIRAPORA, refletindo um alto custo social, uma vez que a maior parte dos custos corresponde a aplicação de recursos a fundo perdido.

A complexidade desta teia de programas e linhas de financiamento obstrui uma avaliação mais precisa do grau e magnitude reais da intervenção do estado e do favorecimento deste a regiões, setores ou iniciativa privada.

É até possível que seja este, precisamente, um dos objetivos implícitos da complexidade burocrática (na tônica de "privatização das agências estatais").

QUADRO 10
FONTES DE RECURSOS PARA OS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO IMPLANTADOS
ATÉ 1986 NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANO	RECURSOS PRÓPRIOS		RECURSOS BANCÁRIOS	
	Nº de Projetos	Área (ha)	Nº de Projetos	Área (ha)
1981**	464	-	1.160	-
1982**	-	1.692	-	10.060
1983**	230	-	643	-
1984**	611	3.939	274	2.772
1985***	-	7.900	-	1.761
1986**	396	2.260	789	8.650
1986*	7.796	133.547	318	10.525

* Fonte: RURALMINAS

** Fonte: EMATER

*** Estimativa obtida a partir de dados fornecidos pela Secretaria da Agricultura de Minas Gerais

Bibliografia sobre a questão pode ser encontrada em:

- . Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Agropecuária in Economia mineira 1989 - Diagnósticos e perspectivas. Belo Horizonte jun/89. Não publicado.
- . Empresa brasileira de pesquisa agropecuária. Departamento de estudos e pesquisas. Diagnósticos e prioridades de pesquisa em agricultura irrigada. Região Sudeste. Brasília/EMBRAPA. Doc. 33.
- . RURALMINAS Programa de aproveitamento de várzeas - PROVARZEAS. Belo Horizonte 1975.
- . MINAS GERAIS SEPLAN. Avaliação do programa de inovações tecnológicas de apoio ao setor agropecuário na região do Sul de Minas. Belo Horizonte 1984.

III. PROGRAMAS VOLTADOS A PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE CERRADO

Os programas para as áreas de cerrados podem ser considerados modelares do estilo de desenvolvimento agrícola perseguido e realizado pelo Estado no bojo da estratégia de modernização conservadora.

O slogan da "utilização economicamente racional dos cerrados" pode ser considerado acertado, desde que não se imputem os imensos custos sociais representados pelas verdadeiras doações, realizadas a poucos favorecidos, no "economicamente", e desde que "utilização racional" se entenda por intensificação da produção de acordo com as tecnologias geradas na indústria à montante da agricultura.

Os principais planos, programas e linhas de financiamento são descritos a seguir.

III.1. Programa de crédito integrado e incorporação dos cerrados - PCI

O PCI pode ser considerado como o primeiro grande esforço do desenvolvimento dos cerrados brasileiros. Surge em 1972, criado pelo EDMG e integrado à lógica do I PND referente ao programa federal do "corredor de exportações".

A. Objetivos

O PCI propunha o desenvolvimento de uma agricultura de mercado, intensiva em capital, e fundamentada no princípio da administração empresarial e na "racionalidade técnica" realizada via aumento de produtividade. A abrangência inicial compreendia apenas o triângulo mineiro, mas depois foi estendido às microrregiões do Alto Paranaíba (contemplada por um projeto especial, o PADAP), Paracatu, Alto São Francisco, Alto Médio São Francisco e Metalúrgica. A proposta do plano evidenciava como beneficiários os agricultores aptos à incorporação de nova tecnologia, ou seja justamente aqueles que eram os maiores e mais capitalizados.

B. Operacionalização e recursos

A operacionalização do programa ficou a cargo dos diversos órgãos estaduais, capitaneados pelo BMDG. Constavam desta rede a CAMIG (Companhia Agrícola de Minas Gerais), CASEMG (Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais), a ACAR (precursora da EMATER) e PIPAEMG (precursora da EPAMIG). As fontes de recursos partiram do Banco Central via PESAC (Plano Estadual para Aplicação de Crédito Rural), bem como do BIRD, que forneceu 38,8% dos recursos iniciais por empréstimos do montante de 32,9 milhões de dólares (preços de 1973), isto sem considerar os recursos destinados a ulteriores investimentos.

C. Resultados e avaliações

A confrontação dos dois quadros seguintes (quadros 11 e 12) dá uma medida das metas cumpridas em reação ao planejado (infelizmente não dispomos de dados desagregados por região). A superposição dos dados indica a porcentagem dos objetivos atingidos em termos de metas de áreas contempladas. Em 1972, cumpriram-se 52.28% da meta estipulada, subindo para 60.91% em 1973, reduzindo-se para 12.41% em 1974, no período que compreende o auge do programa.

As avaliações encontradas destacam o forte caráter seletivo e excludente do programa que representou uma grande transferência de recursos para grandes proprietários. Por outro lado, favoreceu o consumo de insumos e máquinas onde a agricultura era incipiente e com baixíssima capacidade técnica. As áreas contempladas foram efetivamente incorporadas à produção nacional.

Dentro do PCI, cabe destacar um projeto específico, de grande impacto regional, com estratégia de assentamento dirigido, o PADAP.

QUADRO 11

EXPANSÃO DA REGIÃO ATINGIDA PELO PCI (1972/1975)

Regiões*	Área Total (km ²)	Área programada			
		1972	1973	1974	1975
Triângulo	52.760	21.804	52.760	52.760	52.760
Alto Paranaíba	34.899	-	34.899	34.899	34.899
Paracatu	51.271	-	14.104	51.271	51.271
Alto Médio					
S. Francisco	63.504	-	10.287	10.287	10.287
Alto São					
Francisco	53.946	-	-	-	41.245
Metalúrgica	36.418	-	-	-	2.906
TOTAL	292.798	21.804	112.050	149.217	192.368

FONTE: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (1975:24).

* Com exceção das zonas Metalúrgicas e Alto São Francisco, todas as áreas mencionadas foram incorporadas, a partir de 1975, pelo POLOCENTRO.

QUADRO 12

PCI - PROJETOS FINANCIADOS, ÁREA E VALOR DOS FINANCIAMENTOS
(Cr\$ 1.000,00/1980*)

Ano	Nº de projetos financiados (A)	Valor Total (B)	Área total constatada (ha) (C)	Valor Médio (B/A)	Área média (C/A)
1972	26	276.205	11.401	10.623	439
1973	74	966.952	31.368	13.067	424
1974	130	2.407.811	68.256	18.522	525

Fonte: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (1975:6,81).

* Inflacionado segundo o índice Geral de Preços (IGP) col. 2 (FGV), base 1970.

III.2. Programa de assentamento dirigido do Alto Paranaíba - PADAP

Fruto de uma articulação entre o governo estadual, em especial a secretaria de estado da agricultura, o BMDG e a RURALMINAS, e a cooperativa agrícola de Cotia - CAC, foi proposto em 1972/73 marcando o início da exploração moderna e capitalista na região.

A. Objetivos

O PADAP visava introduzir a atividade agropecuária e agroindustrial em bases empresariais, através da associação do setor público com o capital privado. A programação incluía investimentos na infraestrutura econômica - construção de estradas, linha de transmissão de energia elétrica, armazenamento, etc. - e infraestrutura social, como escolas, postos de saúde etc. e um grande aporte de recursos via crédito rural. A área de abrangência compreendia quatro municípios do centro-oeste mineiro: Campos Altos, Ibiá, São Gotardo e Rio Paranaíba.

B. Operacionalização e recursos

Contando com a cooperação das agências estatais descritas e da CAC na execução das ações, os encargos eram divididos da seguinte forma: à CAC cabiam o encaminhamento dos colonos para seleção (em função da capacidade de assimilação de tecnologia), a coordenação de todas as atividades do projeto (beneficiamento, industrialização e comercialização da produção e o fornecimento de insumos). Ao estado cabia o apoio infraestrutural e o grosso dos recursos financeiros. Os recursos envolvidos eram da ordem de Cr\$ 580.093 mil (preços de 1973). Deste total, o estado responsabilizou-se por 84% dos recursos, sendo 82% referentes a crédito rural e os 2% restantes a investimentos a fundo perdido. Os empresários produtores entraram com os restantes 16%.

C. Resultados e avaliações

O plano original previa a desapropriação de 61 mil ha, dos quais 2 mil ha seriam destinados às instalações agroindustriais, 23 mil ha destinados ao assentamento de colonos selecionados em módulos de 250 ha, (92 cooperados) e os 34 mil ha restantes destinados ao atendimento de pequenos e médios produtores atingidos pelas desapropriações (esperava-se assentar 296 famílias).

A eficácia refletiu, obviamente, os interesses da CAC, no assentamento de colonos. Iniciado em 1973, o processo evoluiu rapidamente e ao longo do tempo os cooperados cresceram em número (aumentaram de 96 previstos para 180), em capitalização e em tamanho das propriedades (área média sobe de 250 ha para 344 ha).

O programa no entanto não cumpriu a contrapartida social, isto é, a construção de infraestrutura social e reassentamento de trabalhadores locais deslocados pelas desapropriações. Se por um lado, do assentamento dos cooperados, os resultados lograram êxito, por outro lado houve um verdadeiro deslocamento dos produtores rurais locais, (uma "reforma agrária às avessas", desalojando os trabalhadores instalados e dando lugar ao capital). Ao PADAP, ou a sua inserção original ampliada, o PCI, é atribuída a paternidade do POLOCENTRO.

III.3. Programas de desenvolvimento dos cerrados - POLOCENTRO

Surgido na esfera federal em 1975, o POLOCENTRO amplia a atuação prevista pelo PCI, com a mesma orientação básica deste, diferenciando-se apenas pelo gigantismo e pela ampliação das já enormes facilidades financeiras e repasses por parte do estado. Diferencia-se da estratégia do PADAP por não apresentar um plano de assentamento dirigido, calcando-se no apoio e estímulo ao grande produtor individual.

A. Objetivos

Sem diferir da orientação dos programas anteriores, o POLOCENTRO visava a "ocupação racional e ordenada dos cerrados", com a seleção de pólos de desenvolvimento agropecuário em áreas que apresentassem potencialidade.

Em Minas Gerais, contemplou as mesmas áreas do PCI, com exceção das zonas Metalúrgica e Alto São Francisco. Oficialmente, consistia na conjugação de pesquisa, experimentação e promoção agropecuária e incentivo ao reflorestamento, calcado no crédito rural subsidiado e nos incentivos fiscais do FISET, bem como o reforço da infraestrutura básica de apoio, como estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem, etc.

B Resultados e avaliações

Tomando como carro-chefe o crédito rural fortemente subsidiado (ver quadro 13, que apresenta uma comparação entre as taxas de juros e as condições do crédito corrente à época em comparação com as oferecidas pelo programa), o POLOCENTRO efetivou em Minas Gerais 867 contratos (46% dos contratos realizados nacionalmente), com uma área de 368.000 ha até 1978 (ver quadro 14).

QUADRO 13

COMPARAÇÃO DOS JUROS, PRAZOS E LIMITES DOS FINANCIAMENTOS PARA INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS ENTRE O BANCO DO BRASIL (SITUAÇÃO EM 1977) E O POLOCENTRO

Condições Básicas	Banco do Brasil (1)	POLOCENTRO (2)
1. Juros	até 50 MVR: 13% a.a. acima de 50 a 1.000 MVR: 15% a.a. acima de 1.000 a 5.000 MVR: 18% a.a. acima de 5.000 MVR: 21% a.a.	até 2.000 MVR: 10% a.a. acima de 2.000 a 5.000 MVR: 12% a.a. acima de 5.000 MVR: 14% a.a.
2. Prazos		
capital fixo	12 anos	12 anos
capital semifixo	5 anos	8 anos
3. Limites	até 200 MVR: 100% acima de 200 a 5.000 MVR: 90% acima de 5.000 MVR: 75%	até 2.000 MVR: 100% acima de 2.000 a 5.000 MVR: 90% acima de 5.000 MVR: 75%

FONTES: (1) CONCREDE, extraído de Peixoto (1977:12, 15, 18).
(2) Cerrados.. (1979).

QUADRO 14

APLICAÇÃO DE RECURSOS DO POLOCENTRO EM MINAS GERAIS (POSIÇÃO EM 31.12.79)

Atividades	Valores corrigidos a preços de dezembro/79 (Em Cr\$ 1.000)	%
Armazenamento	606.773	7,2
Estradas vicinais	545.583	6,4
Eletrificação rural	415.591	4,9
Pesquisa agropecuária	380.081	4,9
Assistência técnica	240.583	2,8
Crédito rural	6.658.801*	74,7
TOTAL	8.658.891	100,0

*

FONTE: Comissão Estadual de Coordenação e Acompanhamento de Minas Gerais.

A transformação tecnológica favoreceu, sem dúvida, a produtividade das propriedades contempladas. As avaliações realizadas revelam, porém, que a violenta concentração de recursos em poucas propriedades de grande dimensão revela um programa ineficiente na difusão tecnológica e na incorporação contínua de novas áreas produtivas. De um modo geral, a concentração de recursos e a concentração fundiária são as consequências diretas do programa. Uma avaliação realizada pelo Ministério da Agricultura mostra as metas programadas e executadas até 78 (quadros 15 e 16).

QUADRO 15

METAS PROGRAMADAS E REALIZADAS PELO POLOCENTRO (POSIÇÃO EM 31.12.78)

Discriminação	Previsto até 31.12.78	Realizado até 31.12.78	Relação entre o realizado e o previsto (%)
Área ocupada (milhões de ha)	2,2	2,4 (1)	109
Pesquisa agropecuária			
Implantação ou fortalecimento de instituições de pesquisa (unidades)	14	14	100
Assistência técnica			
Escritórios (unidades)	106	106	100
Campos de demonstração (unidades)	89	89	100
Agricultores assistidos (mil)	30	34	113
Armazenamento			
Capacidade estática concluída (mil toneladas)	335	434	122
Transportes			
Estradas concluídas (km)	1646	3011	183
Eletrificação			
Linhas tronco de transmissão concluídas (km)	1554	1962	126

FONTE: IPEA, conforme Brasil. Ministério da Agricultura (s.d.: 154).

(1) Inclui área de lavoura (1122 mil hectares), pecuária (811 mil hectares) e reflorestamento (440 mil hectares).

QUADRO 16

VALOR DOS PROJETOS CONTRATADOS PELO POLOCENTRO, ÁREA BENEFICIADA, CONTRATADA E OCUPADA (POSIÇÃO APROXIMADA EM 31.12.78)

Estado	Nº de contratos (A)	Valor (em Cr\$ 1.000) (B) **	Área total beneficiada (C) ha	Área contratada (D)	Área já ocupada	C/A (ha)	D/A (ha)	B/A (1000)
Goiás	413	5.414.730	368.000	218.000	154.000	891	528	13.110
M. Grosso*	598	9.808.779	713.000	597.000	513.000	1.192	998	15.567
M. Gerais	867	8.897.602	436.000	368.000	296.000	503	424	9.686
TOTAL	1.878	23.121.111	1.517.000	1.183.000	963.000	808	630	12.311

FONTE: Cerrados... (1979) e Alencar (1979:46).

* Corresponde a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

** Valores inflacionados pelo IGP, coluna 2 (F6V), base 1970, e preços de 1980.

III.4. Programa de cooperação não-brasileira para o desenvolvimento do cerrado - PRODECER

Retomando o modelo de assentamento dirigido, que tem no PADAP a matriz referencial, o PRODECER é formalmente instituído em 1979 a partir de um acordo de cooperação firmado entre o governo federal brasileiro e o japonês.

A. Objetivos

A proposta básica do PRODECER era a criação de grandes unidades agrícolas, com sólido suporte empresarial, ao lado de fazendas de pequeno e médio porte, fundamentadas no sistema de operação cooperativista. A filosofia da incorporação "economicamente racional dos cerrados" ao plano produtivo se fazia igualmente presente e se refletia na exigência de emprego de tecnologias avançadas e intensivas em capital; da mesma forma eram previstos investimentos em infraestrutura (ferrovias, rodovias, silos e armazéns).

Dividido em duas etapas, o PRODECER I constituiu a experiência piloto e atinge uma área de mais de 50.000 ha no estado de Minas Gerais. A segunda etapa (PRODECER II) está condicionada ao volume de empréstimos do governo japonês e deverá extrapolar o estado de Minas Gerais na direção do Centro-Oeste (inclusive oeste da Bahia). Em Minas Gerais, atinge os municípios de Irai, Paracatu, Coromandel e Unai (como pólos de MRHs), sendo que os mesmos já se encontram na área do POLOCENTRO.

B. Operacionalização e recursos

O ineditismo do programa se refere à sua operacionalização,

a cargo da CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola), binacional criada a partir de duas holdings, uma brasileira, a companhia de participação agroindustrial - BRASAGRO, detentora de 51% das ações e composta por 44 acionistas, dos quais se destacam o BNDE, BNCC, BMDG, a CIBRAZEM e empresas produtoras de insumos e maquinaria agrícola; e uma holding japonesa, a JADECO (Japan Brazil Agricultural Development Corporation), detentora dos 49% restantes e constituída por 49 acionistas liderados pela JICA (Japan International Cooperation Agency), e contando com a participação de empresas como a MITSUI, MITSUBISHI, Banco de Tóquio e outras.

A CAMPO cabe a responsabilidade de planejar, coordenar e implementar as ações do programa, envolvendo a implantação de infraestrutura, pesquisa, seleção de produtores e até aquisição de terras. Sua programação financeira previa recursos da ordem de U\$ 50 milhões, dos quais 50% oriundos de financiamento contratado junto ao governo japonês. O Banco Central, tomador oficial de empréstimo externo, repassa os recursos ao BMDG, que constitui o agente financeiro do programa através do qual processa o financiamento de todas as atividades previstas via crédito subsidiado.

C. Resultados e avaliações preliminares

Com a implantação iniciada a partir de 1980, o PRODECER havia incorporado até 1986, 58.754 ha. Em linhas gerais, os resultados obtidos podem ser agregados em:

1. Três grandes projetos de colonização com uma área total de 38.810 ha para assentamento de 94 produtores em áreas de 404 ha em média.

2. Dois grandes projetos individuais de grandes empresas, nos quais a CAMPO tem participação societária com uma área total de 14.960 ha.

3. Uma fazenda de 5.785 ha de propriedade da CAMPO, onde se realizam experiências através de mini-estação experimental e a produção em escala de sementes melhoradas.

4. Construídas diversas obras de infraestrutura em setores de energia e transportes.

Não há ainda avaliações oficiais quanto ao grau de desempenho, mesmo por que esta tarefa se torna mais difícil por não haver a preexistência de metas estabelecidas para os investimentos.

As considerações de SALIM (1986) alertam para o crédito fortemente subsidiado (praticamente se assemelham às condições do POLOCENTRO acrescido de um crédito fundiário (financiamento com prazos de até 20 anos, incluídos 6 anos de carência com juros de 12% a.a.). O papel especulador de terras da CAMPO levou à valorização das terras e concentração fundiária. Os colonos selecionados, cujo perfil era o de mutuário com potencial empresarial e capacidade técnica de gestão nos parâmetros estabelecidos pela CAMPO, constituíam-se basicamente de produtores oriundos do Sul-Sudeste (RS, SP, PR), jovens e com alto nível de instrução. É evidente a exclusão do produtor local e seu deslocamento para ou-

tras áreas de menor pressão.

Quanto à resposta produtiva do programa, ver quadro 17 de estimativas da EPAMIG de produção e produtividade após estabilização.

QUADRO 17

ESTIMATIVA DA ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE NO PROJETO PILOTO DO PRODECER, APÓS ESTABILIZAÇÃO

Produtos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade kg/ha
Soja	28.448	59.741	2.100
Trigo	10.511	16.100	1.532
Feijão	118	472	4.000
Arroz	956	1.721	1.800
Milho	1.241	4.468	3.600
Café em coco	2.057	7.586	3.688
TOTAL	48.331	90.088	3.688

FONTE: EPAMIG

Bibliografia a respeito pode ser encontrada em:

- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Agropecuária in Economia Mineira 1988: Diagnóstico e perspectivas. Belo Horizonte jn/1989. Não publicado.
- Salim, Celso Amorin. As políticas econômicas e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. Cad. Dif. Tecnol.. Brasília, 3(2): 243-296, mai/ago, 1986.
- França, Múcio. O cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista: a experiência de Minas Gerais. Belo Horizonte. CEDEPLAR, 1984. (dissertação de mestrado).

III. PROGRAMAS DE APOIO A PEQUENA PRODUÇÃO

A política de apoio à pequena produção têm-se pautado por duas linhas básicas de ação: os programas de desenvolvimento rural integrado, que prevêem uma intervenção ampla e multissetorial, e os programas ou projetos específicos, fundamentados no acionamento de um número restrito de atividades.

IV.1. Os planos de desenvolvimento rural integrado - PDRIs

As primeiras experiências de elaboração de planejamento integrado foram realizadas pela Fundação João Pinheiro entre 1975 e 1978. Dentre os PDRIs destacam-se o PRODEMATA, o MGII, e o Programa de apoio ao pequeno produtor da região mineira do Nordeste - PAPP.

IV.1.1. PRODEMAIA

A. Objetivos e metas

Instalou-se no período 1977/1984 na Zona da Mata mineira como programa para promoção de pequenos produtores.

Seu principal objetivo era o de revitalizar a economia agrícola regional. Como beneficiários estavam os pequenos agricultores (aqueles cuja propriedade não excedesse 100 ha). Visava atingir diretamente 25,5 mil produtores. Pelos critérios estabelecidos, 22,9 mil (89%) deveriam ser produtores com menos de 50 ha, incluindo parceiros. A programação contemplava os diferentes municípios integrantes da região da Zona da Mata, num total de 128.

B. Operacionalização e recursos

O programa centrou-se nos serviços de apoio à produção, principalmente um amplo fornecimento de crédito rural, além de serviços de assistência técnica e extensão rural, pesquisa agrícola e assistência cooperativista, bem como previa um projeto de recuperação de várzeas, com previsão de atingir cerca de 8 mil ha.

Os recursos globais programados somavam U\$ 139 milhões financiados através de empréstimos tomados junto ao BIRD, sendo a maior parcela (60% do total) destinada à provisão de crédito rural. A proposta de implantação era de cinco anos, com início em 1976 e término em 1981.

C. Resultados e avaliações

O cronograma previsto não foi cumprido, tendo seu prazo dilatado de cinco para oito anos. Em termos gerais pode-se considerar o PRODEMAIA como integralmente implantado, isto é, oficialmente é um programa já fechado.

O relatório final de avaliação, elaborado pela Universidade Federal de Viçosa, indica que seus impactos, principalmente ao nível econômico foram praticamente irrelevantes. Os critérios de avaliação se pautaram na comparação dos produtores contemplados pelo programa que foram beneficiários do crédito rural. Constituído na maior parte de crédito orientado para lavouras, numa região tipicamente pastoril, não foram constatadas diferenças significativas entre os produtores beneficiários e não beneficiários.

IV.1.2. Programa estadual de promoção de pequenos produtores rurais - MG II

A. Objetivos e metas

A proposta do MG II contempla 18 projetos agrupados em seis itens:

1. Serviço de apoio à agricultura (assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária, recuperação de várzeas, regularização fundiária, apoio ao sistema cooperativista e reflorestamento).

2. Assistência creditícia, envolvendo crédito rural para custeio, investimento e eletrificação rural.

3. Apoio a pequenos negócios não agrícolas, com assistência técnica e creditícia para micro e pequenas empresas e artesões.

4. Infraestrutura econômica, prevendo investimentos em recuperação e conservação de estradas vicinais e telefonia rural.

5. Infraestrutura social, com o reforço dos serviços de saúde, educação e construção de centros comunitários.

6. Gerenciamento do programa com montagem de uma estrutura de administração e monitoria, e constituição de uma equipe de avaliação permanente.

O programa visava atender diretamente 30 mil produtores, distribuídos por 102 municípios do Estado, localizados na região Nordeste, Rio Doce, Zona da Mata, e Sul de Minas.

Não tomados como beneficiários diretos os produtores sem regularização fundiária, e aqueles com propriedades com área inferior a 100 ha, nas regiões Nordeste e Rio Doce, e inferior a 50 ha nas regiões da Zona da Mata e Sul de Minas.

B. Operacionalização e recursos

A programação global previa recursos da ordem de US\$ 242 milhões, que incluíam, além de US\$ 63 milhões financiados pelo BIRD, US\$ 171,2 milhões dos governos Federal e Estadual e US\$ 8,4 milhões oriundos dos próprios beneficiários.

O período de programação era de cinco anos (junho/80 a junho 85).

C. Resultados e avaliações

O desempenho operacional do programa, desde o início de sua execução se colocou em nível inferior ao previsto. A explicação oficial se pautava em dois pontos principais:

1. As dificuldades de aporte de recursos da contrapartida local de acordo com os requerimentos previstos no programa;

2. O relativo superdimensionamento da programação financeira frente às necessidades reais.

O Estado propôs uma reprogramação global do MG II (mantendo, porém as metas principais), que se consistiu em:

1. Redução global dos recursos previstos para U\$ 102,1 milhões, sendo U\$ 33,6 milhões relativos ao financiamento externo (cancelamento de U\$ 30 milhões);

2. O prazo de execução foi estendido por mais dois anos e meio;

3. A programação física sofreu modificações qualitativa (simplificação e redução de procedimentos e arranjos operacionais).

A avaliação do MG II realizada pela UF de Viçosa indica que não ocorreu um processo de transformação mais amplo e mais generalizado (como o pretendido) com a implementação do programa.

IV.1.3. Programa de apoio ao pequeno produtor da região mineira do Nordeste - PAPP/MG

O PAPP/MG insere-se no contexto da intervenção pública no meio rural do Nordeste, implementadas através da SUDENE. Pode ser considerado como desdobramento de iniciativas anteriores, mais especificamente do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Nordeste - POLDNORDESTE, que em Minas Gerais traduziu-se no Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Gorutuba - PDRI Gorutuba.

A. Objetivos e metas

Formalmente, o PAPP/MG procura centrar seu enfoque na resolução da legalização da propriedade da terra. Acoplado à diretriz fundiária, estão os projetos de apoio à pequena produção (assistência técnica, crédito rural, etc.), bem como a implementação de projetos de irrigação e saneamento hídrico, além do apoio às pequenas comunidades rurais.

O programa atua nos 42 municípios que integram a região mineira da SUDENE, a sendo 13 destes incluídos nas atividades de ca-

dastramento e distribuição constituindo a área de atuação intensiva do projeto.

Os beneficiários incluem trabalhadores rurais, posseiros, parceiros e pequenos proprietários.

QUADRO 18

FONTES E TOTAL DE RECURSOS PARA PDRIS/MG (US\$ Milhões)

Fontes de Recursos	Programas	PRODEMATA 1976/83	MG II 1980/87	PAPP 1988/96	Total
Externo		42,0	33,6	55,0	130,6
Governo Federal e Estadual		97,2	65,1	58,5	237,4
Privado		-	8,4	-	8,4
TOTAL		139,0	107,1	113,5	359,6

B. Operacionalização e recursos

A programação global previa recursos da ordem de US\$ 113,5 milhões, sendo 55 milhões referentes a empréstimo tomado junto ao BIRD, e os US\$ 58,5 milhões restantes oriundos do governo Federal. O prazo de execução previsto corresponde ao período 1988/96.

C. Resultados e avaliações preliminares

A implantação efetiva do programa foi iniciada em 1987/88. O curto período transcorrido não permite análises mais conclusivas sobre seu desempenho.

O PAPP/MG dispõe de um esquema forma de avaliação, a cargo da Fundação João Pinheiro. O primeiro relatório técnico produzido destaca os resultados obtidos ao nível da participação dos trabalhadores, ressaltando os avanços realizados neste sentido.

IV.2. Programas específicos de apoio a pequena produção

A experiência estadual de projetos específicos é mais restrita, já que o esforço da atuação pública concentrou-se nos PDRIs. Fazem parte destes programas o PRODECOR - Programa de Desenvolvimento de Comunidades, o projeto SERTANEJO, e o PROSPERE, Programa de Irrigação de Pequenas Propriedades, que será abordado a seguir.

IV.2.1. Programa de Irrigação de Pequenas Propriedades - PROSPERE

A. Objetivos e metas

O PROSPERE foi instituído pelo governo Federal em 1984. Seu objetivo básico consiste na extensão da atividade de irrigação para os pequenos produtores, através da implantação de projetos demonstrativos e de crédito, utilizando recursos do FINSOCIAL, tendo como repassadores o BNDES e o BDMG.

A área original de abrangência limitava-se a região mineira do Nordeste; posteriormente foi estendida ao Vale do Jequitinhonha e ao Médio São Francisco.

B. Operacionalização e recursos

O PROSPERE não tem uma proposta plurianual de intervenção. As metas estabelecidas a cada ano são função do montante de recursos negociados e alocados ao programa. Para viabilizar suas ações, conta com duas agências básicas a EMATER e o BDMG.

Nas condições de financiamento, que envolvem um período de carência de um a quatro anos, é facultado ao mutuário proceder à liquidação do empréstimo sob a forma de produto.

O programa incorpora um subsídio correspondente a 50% do valor do financiamento.

C. Resultados e avaliações

Do início de sua implementação até dezembro de 1987, foram atendidos 495 produtores, com uma área irrigada correspondente a 927 ha com predominância de projetos individuais.

O programa não dispõe de um esquema sistemático e formal de avaliação, mas um relatório conjunto do BDMG e da EMATER, órgãos executores, apresentou os seguintes destaques:

1. A viabilização do financiamento aos pequenos e micro proprietários, embora ressaltem os estreitos limites de abrangência do atendimento.

2. O grau de cumprimento na execução dos projetos, sendo praticamente todos implantados de forma integral.

3. A efetiva modernização do público alvo, à partir do emprego de tecnologia de irrigação "adequada às condições sócio econômicas".

Resta esperar uma avaliação de órgãos não envolvidos na condução do programa.

Bibliografia a respeito pode ser encontrada em:

- . Informe agropecuário. Pequena produção agrícola. Belo Horizonte, 14 (157). 96 p.
- . Universidade Federal de Viçosa. D.E.R. Relatório final do PRODEMATA. Viçosa, 1986.
- . _____. D.E.R. Relatório de avaliação do MG II. Viçosa, 1987.
- . BMDG (1989). op. cit.

V. POLÍTICA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS

A forma de intervenção estatal referente a política fundiária em Minas Gerais segue a tônica predominante a nível nacional: é onde o aspecto conservador da modernização agrícola se revela com toda força.

A avaliação do BDMG ressalta a marginalização do processo de reforma agrária em Minas decorrente de:

A) Falta de engajamento efetivo do governo estadual na questão da reforma agrária;

B) Desarticulação com órgãos federais (também em função das constantes mudanças na estrutura e nas equipes de governo);

C) Escassez e deficiência de recursos humanos;

D) Criação de comissões com órgãos executores do estado que se mostra pouco operantes.

A avaliação dos resultados explicita esta situação:

- Em Minas Gerais, estima-se que o número de beneficiários potenciais (incluindo apenas os trabalhadores sem terra) seja da ordem de 485.000. Atualmente existem apenas oito projetos de assentamento beneficiando 756 famílias (48.340 ha) e mais dois projetos em implantação totalizando 50.304 ha para 808 famílias beneficiadas.

- No estado, configuram-se 191 áreas de conflito (1987) sendo que apenas 14,8% (28 áreas) estão em processo de reforma agrária em seis situações diferentes, que vão da simples aprovação da comissão agrária até os assentamentos. E apenas três áreas onde não se registram conflitos estão em processo de reforma agrária.

- O total de áreas vistoriadas até 1987 foi de 713.000 ha, abrangendo 130 estabelecimentos. Deste total 250.600 ha foram arrecadados (35%), mas representando somente 18% da meta estabelecida para o período.

Os dados evidenciam uma atuação bastante tímida do estado no tocante à reforma agrária. Na realidade, Minas Gerais não se diferencia de outros estados na manutenção do viés conservador do processo de modernização mantendo a mesma linha predominante ao nível nacional.

Os quadros seguintes são demonstrativos do nível de atuação do estado na questão fundiária. (Quadros 19, 20, 21 e 22)

QUADRO 19

MINAS GERAIS
SITUAÇÃO DAS ÁREAS ARRECADADAS
1987

CATEGORIA	NÚMERO	ÁREA	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Projetos Criados	8	48.340,0	756
Projetos em fase de criação	2	1.964,0	52
Área em fase de imissão de posse	5	45.155,3	4.924
Áreas com decreto de desapropriação com problemas judiciais	4	19.269,4	432
Áreas com processo em Brasília	15	67.793,0	1.191
Áreas aprovadas pela Comissão Agrária em tramitação na DR/06	10	68.128,7	967
- TOTAL	44	250.128,7	8.322

FONTE: LANDO, A.M., op. cit.

QUADRO 20

MINAS GERAIS
PROJETOS DE ASSENTAMENTO
1987

PROJETOS	MUNICÍPIO	TAMANHO	NÚMERO
CRIADOS			
Saco Grande	Unai	6.146	185
Vereda Grande	São Francisco	8.746	127
Barreiro	Iturama	3.300	123
Aliança	André Fernandes	2.681	
Lagoa	Pedra Azul	3.029	68
Fruta d'Anta	João Pinheiro	20.000	150
Bálsamo	Unai	3.338	60
Córrego Comprido	Padre Paraíso	1.100	43
SUB-TOTAL		48.340	756
PROJETOS EM FASE DE CRIAÇÃO			
Cachoeirinha (Caitité)	Varzelândia	964	32
Mocambinho	Manga	1.000	20
SUB-TOTAL		1.964	52
TOTAL		50.304	808

FONTE: LANDO, A.M., op. cit.

- (1) Perímetro demarcado
- (2) Selecionado
- (3) Existente
- (4) Previsão

QUADRO 21

NÚMERO DE ÁREAS EM PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA
POR MICRO-REGIÃO

MICRO-REGIÃO	Nº
157 - São Francisco de Januária	06
158 - Serra Greal de Minas	01
160 - Chapadões do Paracatú	10
161 - Alto Médio São Francisco	02
162 - Montes Claros	03
164 - Pastoril de Pedra Azul	03
166 - Médio Rio das Velhas	01
167 - Mineradora de Diamantina	01
170 - Uberlândia	01
177 - Pontal do Triângulo	01
181 - Calcário de Sete Lagoas	01
187 - Espinhaço Meridional	01
TOTAL	31

Bibliografia sobre a questão pode ser encontrada em:

- . BDMG - Relatório diagnóstico da economia mineira 1988. Não publicado. Mimeo.
- . Lando, A.M. A questão política e a reforma agrária em Minas Gerais. Informe Agropecuário. Belo Horizonte 14(157), 1988.
- . Fernandes, M. et alii. As lutas sociais no campo em Minas Gerais - A luta pela terra. Mimeo. Belo Horizonte. 1987.

A Intervenção do Estado na Agricultura:
o caso do Rio de Janeiro

Coordenação: Lena Lavinas - IPPUR/UFRJ

Assistentes

de Pesquisa: Adriana Freitas Alves - IPPUR/UFRJ
Manoel Augusto de A. Magina - IGEO/UFRJ
Plínio de Assis Pereira

I. INTRODUÇÃO

Com vistas à elaboração de um quadro mais geral de atuação do poder público no processo de modernização do agro fluminense, o projeto de pesquisa Expansão Urbana e Intensificação da Agricultura no Sudeste, coordenado pela Prof^a Lena Lavinas no interior do convênio FINEP sobre A Modernização da Agricultura do Sudeste e a Estruturação do Espaço Regional, voltou-se, na sua primeira fase, para a sistematização de dados acerca desta questão, dando lugar a este primeiro relatório.

Por serem amplamente conhecidos os efeitos das políticas públicas voltadas para a modernização da agricultura fluminense na década de 70, buscamos centrar nossos esforços numa caracterização das inflexões ocorridas nos anos 80, de modo a poder inferir sempre que possível os impactos das novas políticas de crédito, preços mínimos, etc sobre a dinâmica da agricultura do Rio de Janeiro. Com essa finalidade, redigimos algumas notas iniciais sobre a agricultura brasileira nos anos 80.

Em seguida, buscamos caracterizar, grosso modo, o setor agropecuário fluminense, enfatizando aspectos ligados à estrutura agrária, grau de modernização e culturas principais. Fica clara a dificuldade em atualizar tais informações uma vez que os dados censitários de 1985 ainda não foram consolidados e publicados na sua integralidade. Daí nem todas as informações disponíveis estarão sempre referidas a uma data padrão.

Na terceira parte do documento, tentamos reunir algum conhecimento sobre os enfoques dados ao setor agrícola fluminense, a partir da sua fusão, por parte dos distintos governos estaduais que se sucederam. Neste sentido, foram cobertas quatro gestões e analisadas suas metas e diretrizes para o setor agropecuário. Infelizmente, não existem registradas informações acerca do que foi efetivamente realizado por cada um dos governos. Isso, evidentemente, tornou impossível contrapor metas e objetivos atingidos. Mas nem por isso uma primeira leitura das propostas elaboradas para o setor deixa de ser relevante, pois permite captar mudanças significativas nas prioridades e formas de financiamento adotadas, bem como aproximar intencionalidades locais com diretrizes nacionais.

A parte final refere-se ao volume do crédito rural empregado no estado pelo Banco do Brasil, uma vez que, apesar de inúmeras tentativas, não nos foi possível recolher os anuários do Banco Central onde encontram-se agregadas estatísticas relativas a todas as fontes de financiamento. Da mesma forma, a consulta feita ao Banerj, solicitando liberação das informações sobre a atuação de sua carteira rural, ainda não foi concluída. Neste item, apresentamos também as linhas gerais adotadas para o estado do Rio em três programas federais: PRONI, PROVARZEAS e PROFIR e as orientações que precederam à sua política agrária. E, por último, uma retrospectiva sumária da participação do estado nos programas de desenvolvimento implementados pelo BNDES ao longo dos últimos anos, com ênfase para o setor agrícola e agroindustrial.

Enormes dificuldades acompanharam a realização deste relatório, notadamente no que diz respeito à coleta de dados oficiais. Surpreende e preocupa constatar quão deficiente é o sistema de acompanhamento das atividades agropecuárias por parte do governo estadual. É bem verdade que este setor tem peso extremamente reduzido no PIB estadual (2%), mas a gravidade dos problemas relativos ao abastecimento das áreas metropolitanas, à solução de inúmeros conflitos pela posse da terra e à melhoria das condições de vida da população trabalhadora rural exigem uma atenção e compromisso ainda ausentes.

A agricultura brasileira nos anos 80

II.1. Introdução.

Os anos 80 ficarão conhecidos na história econômica do Brasil como os anos da crise - dívida externa, dívida interna, hiperinflação - em cujo nome as autoridades econômicas mencionavam o termo "ajuste" como panacéia para todos os males.

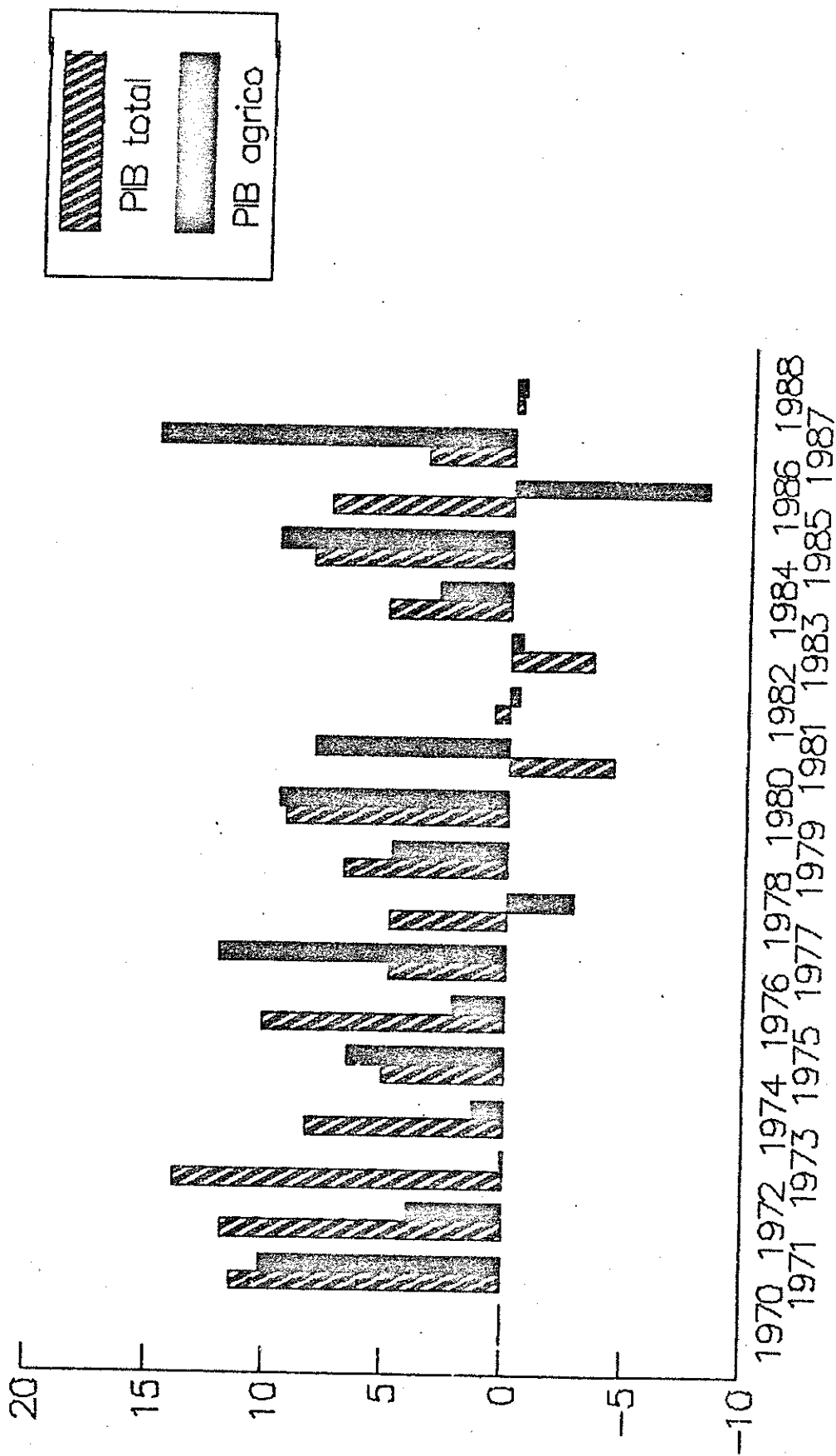
Em 1982, com a moratória do México, teve início um processo de desarticulação do sistema financeiro internacional, pois ficaram os países devedores submetidos a programas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional que buscavam, dentre outras medidas, a geração de superávits comerciais, ao mesmo tempo em que os principais países credores adotavam políticas protecionistas. Nessa estratégia de ajuste, em que a dívida externa passa a ser o fio condutor da política econômica dos países endividados, aparece um outro componente perverso - a inflação - numa combinação explosiva que resulta em políticas de arrocho salarial, aumento da pobreza, recessão e, em alguns países, crescimento da dívida interna (como no caso brasileiro).

Em meio a tal cenário de crise, a economia brasileira deixa de crescer nos níveis verificados até o final dos anos 70 (7% aa, em média), e entra em recessão em 1981 e 1983, passando a apresentar, nos anos 80, um crescimento médio em torno de 2% aa, um pouco superior à taxa de crescimento demográfico no mesmo período, conforme se pode observar no Gráfico (Grzybowski, 1989).

(*) Economista

PRODUTO INTERNO BRUTO - 1970/1988

TAXAS REAIS DE VARIACAO ANUAL DO PIB (%)



ANO

Fonte: IBGE

A agricultura registra um resultado ligeiramente superior (em torno de 4% aa), cabendo destacar a expansão verificada no Centro-Oeste do país, onde se instalaram grandes empresas agropecuárias. Na verdade, a crise dos anos 80 na agricultura teve um caráter paradoxal, a partir da coexistência de "super" safras com a redução do volume do crédito rural, eliminação dos subsídios creditícios e redução do salário mínimo real. Mas, como veremos adiante, esse desempenho da agricultura não resultou em aumento expressivo da renda agrícola e manteve o caráter excludente da modernização, no seio do qual se inserem diversas frentes de luta dos movimentos sociais no campo. Neste sentido, a violência contra trabalhadores rurais passa a fazer parte do cotidiano, explicitando, de forma cruel, as contradições do processo de modernização.

II.2 Aspectos da crise econômica dos anos 80 e suas implicações sobre a agricultura.

2.A) A crise da dívida externa

Quando, no início dos anos 80, a dívida externa brasileira começa a crescer de forma autônoma e acelerada, e , após a moratória do México, ocorre uma mudança nas condições de financiamento , com o refluxo dos capitais internacionais, o país passa a praticar uma política de geração de superávits na balança comercial para cobrir o serviço da dívida. Neste sentido, o setor agrícola e a agroindústria processadora passam a deter um grande peso no processo de ajuste, pois o saldo do comércio exterior agrícola passa a responder, entre 1983 e 1986, por mais de 75% dos juros brutos da dívida externa brasileira (Delgado, 1988), conforme se pode observar na Tabela 1. Cumpre registrar que ocorreu um progressivo aumento nas quantidades exportadas - estimulado pela política de desvalorização cambial, que incluiu uma maxidesvalorização em 1983 - e uma redução nas importações de insumos e bens de capital para o setor agrícola (Tabela 2). Desta forma, foi possível compensar as quedas nas cotações internacionais das principais commodities, verificada na década de 80.

Balança Comercial da Agricultura e Serviço da Dívida Externa
1980 a 1986

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. Exportação (x)							
1.1 - Total (US\$ Milhões FOB)	20.132,4	23.293,0	20.175,1	21.899,3	27.005,3	25.639,0	18.447,4(1)
1.2 - Da Agricultura (US\$ Milhões FOB)	10.408,0	10.699,6	8.955,5	10.038,1	11.720,3	10.489,2	7.191,3(2)
- Participação (% do Total)	51,7	45,9	44,4	45,8	43,4	40,9	39,0
2. Importação (M)							
2.1 - Total (US\$ Milhões CIF)	24.960,6	24.079,0	21.069,3	16.800,6	15.209,8	14.331,8	10.361,5(3)
2.2 - Da Agricultura (US\$ Milhões CIF)	4.781,5	3.911,1	3.241,1	2.479,2	2.743,2	2.413,3	2.030,5(4)
- Participação (% do Total)	19,2	16,2	15,4	14,9	18,0	16,8	19,6
3. Saldo							
3.1 - Total (US\$ Milhões)	-4.828,2	-786,0	-894,2	5.098,7	11.795,5	11.307,2	8.085,9(5)
3.2 - Da Agricultura (US\$ Milhões)	5.626,5	6.788,5	5.714,4	7.558,9	8.977,1	8.075,9	5.160,8(5)
- Participação (% do Total) 3.1				148,75	76,11	71,42	63,82
- Razão (%) M/X	45,94	36,55	36,19	24,70	23,41	23,01	28,24
4. Serviço da Dívida							
4.1 - Total (US\$ Milhões)	14.146	17.801	20.766	15.557	14.315	13.486	12.908 (6)
4.2 - Juros Brutos (US\$ Milhões)	7.457	10.305	12.551	10.263	11.449	11.092	10.000 (6)
4.3 - Razão (%) 3.2/4.1	39,77	38,14	27,52	48,59	62,71	59,88	
4.4 - Razão (%) 3.2/4.2	74,45	65,88	45,53	73,94	78,41	72,81	

Fonte: Para os itens 1.1 e 2.1 - Banco do Brasil S.A., Carteira de Comércio Exterior (CACEX), Comércio exterior - exportação, (1) 1985, Ibid. Exportação - janeiro/setembro, 1986, e Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, CIEF, Balança Comercial - janeiro/setembro, 1986. Para os itens 1.2 e 2.2 - Christine V. Guimarães, CAA-IPLAN-IPEA, Levantamentos anuais das exportações e importações do setor agrícola (1.143 mercadorias exportadas e 955 mercadorias importadas), com base em dados dos anuários do Banco do Brasil S.A., CACEX, Comércio exterior - exportação e do Ministério da Fazenda, SRE, CIEF, Comércio exterior - importação. Para os itens 4.1 e 4.2 - Banco Central do Brasil, Relatório de 1985, (22) 1986, e ibid., Brasil, programa econômico (12), agosto de 1986.

Notas da fonte original:

- (1) Valor com base nos dados FOB por capítulo da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM); refere-se ao período janeiro-setembro.
- (2) Valor estimado com base nos dados FOB por capítulo da NBM; refere-se ao valor acumulado entre janeiro e setembro de 1986, que variou -7,6% com relação a janeiro/setembro de 1985.
- (3) Estimativa do valor CIF até setembro, com base no valor CIF acumulado entre janeiro-agosto, acrescentando a variação do valor FOB de setembro com relação a agosto.
- (4) Estimativa até setembro (nota 3): compreende os principais itens relevantes com base nos dados por capítulo da NBM e exclui alguns produtos técnicos e matérias-primas para a fabricação de fertilizantes, os defensivos e produtos técnicos, as máquinas agrícolas e seus componentes.
- (5) Os saldos se referem ao período de janeiro a setembro de 1986.
- (6) Projeções do Banco Central para o ano de 1986.
- (7) Todos os valores absolutos se referem a US\$ milhões correntes.

TABELA 2.

RELACIONES DE TROCA DO COMERCIO AGRICOLA: 1980 - 1985

1982 = 100

ANOS	EXPORTACAO TOTAL		IMPORTACAO TOTAL		RELACIONES DE TROCA			
	PREÇOS (Px)	QUANTIDADES (Qx)	PREÇOS (Pm)	QUANTIDADES (Qm)	Px/Pm [1]	Qx/Qm [2]	PxQx/PmQm [3]	PxQx/PmQm [4]
1980	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1981	85,87	129,04	165,94	77,78	81,06	154,33	97,30	125,10
1982	77,10	111,65	90,73	74,21	84,98	150,45	94,88	127,85
1983	77,23	125,59	84,37	60,33	91,54	268,17	114,96	198,55
1984	85,17	132,51	80,83	66,64	105,37	198,84	139,62	209,51
1985	75,50	134,10	78,49	59,52	96,19	225,30	128,99	216,72

FONTE : Tabelas 2 e 5.

NOTAS :

[1] Relacao entre precos de exportacao e de importacao.

[2] Relacao entre quantidades exportadas e importadas.

[3] Capacidade de Importacao em termos de quantidades.

[4] Saldo relativo de divisas.

B) O crescimento da inflação

Como foi observado anteriormente, a economia brasileira ingressou nos anos 80 com um processo de inflação ascendente, que culminou, ao final da década, com índices que caracterizavam um processo de hiperinflação. Neste sentido, a política agrícola se reorientou para os objetivos de curto prazo, ou seja, controlar o impacto do crescimento dos preços dos produtos agrícolas sobre a inflação (além do ajuste frente ao serviço da dívida), ficando em segundo plano um dos principais estandartes que a caracterizaram na década anterior - a modernização.

O principal instrumento empregado nos anos 70 para a promoção do processo de modernização - o crédito rural subsidiado - foi praticamente extinto na década seguinte. O controle da liquidez decorrente dos acordos com o FMI e as avaliações negativas dos resultados alcançados com os subsídios explicariam esta mudança. A partir de 1984 passam a ser cobradas taxas de juros reais, e o volume do crédito rural sofre acentuada contração ao longo da década.

(Tabela 3)

A política de preços mínimos se torna o principal instrumento de política agrícola, a partir da safra 84/85. No entanto, só em 1986 teve início uma política de garantia de preços remuneradores à época da safra, quando o Plano de Metas criou o sistema de preços mínimos plurianuais, com indexação mensal pela DTN.

CRÉDITO RURAL — EVOLUÇÃO DOS RECURSOS					
ANOS	VALORES CORRENTES		VALORES CONSTANTES		
	Cz\$ 1,00	VARIAÇÃO ANUAL	Cz\$ 1,00 (*)	Cz\$ 1,00 (**)	VARIAÇÃO ANUAL
1969	9.247.980	42,52	7.642.959	178.290.141.783	17,37
1970	12.838.711	39,15	8.570.785	210.685.954.387	18,44
1971	18.668.785	45,06	11.383.405	266.021.971.984	25,14
1972	20.333.919	62,48	15.717.056	399.208.882.459	38,24
1973	48.272.761	59,14	19.309.104	452.026.134.004	22,76
1974	89.997.117	85,43	28.681.502	670.355.225.599	48,30
1975	130.226.160	44,70	28.939.147	677.455.134.075	1,06
1976	165.858.671	27,38	26.078.407	610.769.580.197	-3,62
1977	233.942.454	41,05	26.404.340	618.323.942.469	1,24
1978	368.730.694	51,81	32.898.159	769.986.315.632	24,53
1979	859.193.128	91,47	31.483.808	737.153.336.098	-4,26
1980	1.564.090.171	82,04	27.301.277	639.165.448.379	-13,29
1981	2.960.272.886	89,26	26.431.008	618.756.238.631	-3,19
1982	5.687.785.916	92,14	19.952.243	467.080.978.421	-24,51
1983	11.138.665.520	95,83	12.192.460	285.372.610.622	-38,90
1984	51.705.203.329	364,29	17.379.900	405.919.650.128	42,59
1985	186.780.085.648	261,24	25.915.979	607.035.278.357	49,18
1986	478.278.934.444	155,07	20.430.639	478.278.934.444	-21,21

(*) A preços de 1969 — Deflator = Média IGPIDI — FGV
(**) A preços de 1987 — Inflator = Média IGPIDI — FGV

Nota: As diferenças verificadas nos "valores constantes" e nas "variações percentuais", em confronto com as edições anteriores devem-se às alterações ocorridas na nova base de cálculo dos índices, disponibilidade interna, publicada pela revista "Conjuntura Econômica" da FGV, bem como a problemas de arredondamento.

Fônte; Publicado em "O Estado de São Paulo",
edição de 24/05/89.

O biênio 86/87 na agricultura foi marcado pelos efeitos do Plano Cruzado e do Plano de Metas. O primeiro combinou um aumento no consumo de alimentos com a concessão de crédito rural barato, sem correção monetária. O segundo estabeleceu uma política de incentivos à comercialização e deu prioridade ao investimento agrícola.

II.3) A nova face dos subsídios à agricultura nos anos 80.

Se o crédito subsidiado foi praticamente extinto ao longo dos anos 80, conforme mencionamos anteriormente, isso não quer dizer que o mesmo aconteceu com os subsídios à agricultura de uma forma geral. A Tabela 4 mostra que, entre 1984 e 1987, as despesas governamentais nos quatorze programas que compreendem a chamada "função agricultura", como definida nos Balanços Gerais da União, cresceram cinco vezes, tendo atingido o volume de 8,9 bilhões de dólares em 1987 (Gasques, Villa Verde, Silva, 1988). Cabe esclarecer que as despesas da "função agricultura" correspondem a gastos assumidos pelo governo, já tendo sido deduzidas as receitas das operações realizadas.

Pode-se observar, ainda, na Tabela 4, que o programa "Abastecimento" vem respondendo por percentuais em torno de 75% (tendo atingido 84% em 1985) do total das despesas governamentais na "função agricultura", ou seja, é o programa para onde é canalizada a maioria dos subsídios. Neste programa estão incluídos, entre outros, o programa do trigo (compra dos produtores e revenda aos moínhos pelo sistema de cotas), a formação de estoques reguladores, a aquisição de produtos agrícolas para a política de garantia de preços mínimos, o PROASAL (Programa de Apoio ao Setor Sucro-alcooleiro, que inclui a aquisição de açúcar para exportação, a equalização de preços do açúcar e do álcool para o Nordeste e o saneamento financeiro de usinas e do IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool), o programa de merenda escolar, etc. (Silva, 1988). Este programa recebe mais recursos do que outros tão importantes como a reforma agrária. A propósito, cumpre registrar que ela não foi realizada por falta de vontade política do Governo Sarney,

não procedendo o argumento da falta de recursos (Pereira Jr., 1989). A Tabela 4 mostra, ainda, que a reforma agrária não é concebida enquanto um programa governamental que cumpra uma função econômica na área do abastecimento.

É importante observar que os subsídios do programa "Abastecimento" têm sido direcionados, prioritariamente, para dois complexos agroindustriais (o do trigo e do açúcar e álcool), conforme se pode observar na Tabela 5, que não estão diretamente relacionados ao abastecimento.

Esses dados permitem concluir que a modernização da agricultura nos anos 80 não perdeu seu caráter seletivo, pois continuou se restringindo a determinados produtos, regiões e produtores e, ao mesmo tempo, excludente, no sentido de não beneficiar os trabalhadores rurais.

TABELA 4 DESPESAS REALIZADAS PELO GOVERNO DA UNIAO NA FUNCAO AGRICULTURA, POR PROGRAMAS, 1980-1987 (1000 DOLARES)

PROGRAMAS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
ADMINISTRACAO	58.006,5	129.002,1	72.567,5	53.716,6	48.452,3	63.634,8	79.006,5	261.448,8
ADMNISTR. FINANCEIRA	93.297,4	46.723,2	86.046,4	78.203,8	99.701,0	78.076,4	151.550,6	130.462,2
PLAN. GOVERNAMENTAL(1)	19.571,0	23.711,2	20.964,9	15.085,2	11.766,2	13.419,0	18.165,7	660.671,5
CENCIA E TECNOLOGIA	86.372,3	149.157,2	102.220,1	132.386,9	131.832,0	129.027,5	149.923,7	162.574,6
AGRICULT. AGRARIA(2)	15.930,9	15.073,4	22.147,2	12.923,0	24.712,3	41.806,3	136.523,6	209.006,8
PRODUCAO VEGETAL	4.971,5	77.674,5	110.210,5	70.615,9	45.389,2	39.346,7	71.663,4	52.939,2
PRODUCAO ANIMAL	30.872,8	63.501,0	79.303,7	56.104,2	44.023,2	32.638,2	29.875,4	32.848,1
AGROPECUARIAMENTO	2.079.134,2	2.056.550,2	1.842.358,7	574.082,9	1.171.423,6	3.103.339,3	5.001.887,1	6.778.444,3
RECURSOS, REPOZICAO	14.468,2	11.899,0	18.489,4	13.041,9	12.975,7	17.658,7	21.373,7	1.554,6
PROG. EXT. RURAL(3)	534.390,4	153.111,6	284.722,3	180.665,2	128.410,9	105.688,9	520.596,0	266.079,5
INFORMACOES	104,7	203,7	194,5	106,7	82,4	102,2	138,3	147,8
PROGRAMAS INTERMEDIOS	17.695,5	48.217,8	107.344,0	63.239,1	52.070,0	52.963,9	100.033,3	29.192,6
SERVICIOS FINANCIROS	3.643,3	1.808,9	1.222,6	498,5	345,2	173,5	162,2	84,0
ASSISTENCIA(4)							36.630,2	406.068,4
RECURSOS HIDRICOS(5)								

TOTAL FUNCAO AGRICULTURA 3.759.470,1 2.776.633,7 2.827.991,8 ***** 1.771.184,1 3.677.875,5 6.317.530,5 9.991.520,7

Fonte : PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Ministerio da Fazenda - Balancos Gerais da Uniao (Varios Numeros)
 BANCO CENTRAL DO BRASIL - Boletim Mensal: VOL.15 No.12 Dez.1982; VOL.20 No.12 Dez.1984; VOL.23 No.12 Dez.1987
 FECC - Departamento Economico do Banco Central
 (1) - Em 1987 esta incluida a conta Equalizacao dos Encargos Financeiros do Credito Rural no valor de 204 milhoes de dolares.
 (2) - Operar de 1986 este Programa inclui as acoes do MIRAD.
 (3) - Inclui as despesas do PROAGRO.
 (4) - Referese a Assistencia Medica e Sanitaria
 (5) - Site 1985 as despesas com esse Programa eram incluidas na Funcao Desenvolvimento Regional.

TABLA 5

DISPENSÍOS GOVERNAMENTAIS COM ALGUMAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS, 1986/1987

(1000 DOLARES)

ESPECIFICACAO	1986		1987	
	DISPENSÍOS TOTAI	COM. DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	DISPENSÍOS EFETIVOS	DISPENSÍOS TOTAI
1. TRIGO-Aquisição de Trigo Multigrain	2.385.376,0	608.740,4	1.776.635,6	2.138.059,6
2. CREDITO FUNDADO - FAVALIZACAO DE ENCARGOS FINANCEIROS (1)	43.282,1		43.282,1	600.558,9
3. ESTOQUES REGULADORES	596.570,7	222.285,0	374.285,7	415.545,3
4. Aquisição de produtos agrícolas (2)	388.300,6	260.571,3	127.737,3	(nao disponível) (nao disponível)
5. PRORRGO	443.603,5		443.603,5	138.124,8
6. PRORRGO - Programa de Apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro	1.037.447,3	503.003,7	534.443,6	1.235.607,7
7. ISenamento de Financiamentos de Açúcar e Alcool	108.366,3		108.366,3	90.510,5
8. Aquisição de Empréstos de Financiamento de Exportação de Açúcar e Alcool	2.046,3		2.046,3	
9. Aquisição de Empréstos de Financiamento de Dividas Externas do IAA	146.990,5		146.990,5	66.172,5
10. Apoio financeiro a Lavourea Sucre-Alcooleira	3.479,9		3.479,9	
11. Esquema de Acumulação para Exportação e Beneficiamento	529.700,4	447.399,3	82.301,2	774.604,5
12. Políticas de Preço Nac. Equivalente de Açúcar e Alcool	237.553,1	55.604,4	181.948,7	294.671,6
13. Controle de Comércio e Adm. do IAA	9.230,8		9.230,8	9.568,5
14. PESQUISA DE INVESTIMENTOS (OL. 0637/83)	7.355,3		7.355,3	

T O T A L 5.939.390,7 1.594.600,4 3.387.343,1 4.519.896,2 35.949,7 4.483.946,5

FONTES: MINISTÉRIO DA FAZENDA - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN)
 BANCO CENTRAL DO BRASIL - Boletim Mensal: VOL. 23 No. 12 Dez. 1987
 (1) - Referência somente nos empréstimos do Banco do Brasil.
 (2) - Dados sujeitos a ratificação.

II.4) A mecanização da agricultura nos anos 80

Uma rápida observação dos dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985 confirma o nosso comentário anterior de que a modernização manteve o seu caráter seletivo, pelo menos na primeira metade da década, no que se refere à mecanização. Com efeito, o ritmo de transformação da base técnica de produção arrefeceu no período 80/85, conforme se pode observar na Tabela 6, pois o número de tratores cresceu apenas 20%, contra um crescimento relativo de 69% no quinquênio imediatamente anterior. E a proporção de estabelecimentos com trator em 1985 se manteve inalterada em comparação com o resultado de 1980 (7%). Se desagregarmos esse dado ao nível de unidade da federação, fica mais evidente o caráter seletivo da modernização, pois no estado de São Paulo em 1985 havia um trator para cada hectare de lavouras, enquanto que as regiões Norte e Nordeste, no mesmo ano, acusavam a existência de um trator para cada 300 hectares (Silva, 1988).

A propósito do arrefecimento do ritmo de mecanização no primeiro quinquênio da década de 80, Silva (1988) aponta três fatores que contribuíram para esse resultado: o primeiro seria a recessão que assolou a economia brasileira nos primeiros anos da década; o segundo teria a ver com a eliminação dos subsídios no crédito rural e a redução no volume dos financiamentos, especialmente para investimento, que fomentaram diretamente a modernização na década anterior; finalmente, o terceiro fator seria a existência, em determinadas regiões, de elevados níveis absolutos de tecnificação, como é o caso de São Paulo. Em tópico posterior, faremos algumas observações sobre a permanência do caráter excludente da modernização da agricultura nos

anos 80.

TABELA 6 ALGUNS INDICADORES DA MODERNIZACAO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Indicador	1975	1980	1985
Mil Tratores	323	545	652
Milhes ha. de lavouras	40	49	52
Numero de Estabelecimentos com Trator (%)	4,3	7,0	7,2
Pessoas Ocupadas/Trator	63	39	36
Area Lavouras/Total (%)	12,3	13,5	13,9
Credito Investimento	100	51	19
Credito Custeio	100	136	95
PIB Agricola	100	128	126

FONTE DOS DADOS BASICOS: Censos Agropecuarios e Coordenadoria de
Agricultura/IPEA

II.5) Algumas observações sobre o comportamento dos preços da terra, dos arrendamentos e dos salários rurais na década de 80.

A recessão econômica do início dos anos 80 deixou suas marcas sobre os salários rurais, conforme se pode observar na Tabela 7: em termos reais, tanto os salários do pessoal especializado (tratoristas), como dos volantes decresceram no período 80/83, recuperando-se somente a partir de 1984. No entanto, não se registrou um aumento real expressivo até 1987, ao contrário do que ocorreu ao longo da década anterior (Silva, 1988; Nabuco, 1988). Na verdade, seu comportamento seguiu de perto a variação do PIB agrícola e dos preços recebidos pelos agricultores (Gasques; Paiva, 1987).

Os preços da terra e dos arrendamentos cresceram entre 1980 e 1985 (Tabela 7); em termos reais, cabendo registrar o expressivo incremento observado em 1986, quando o Plano Cruzado estimulou a busca de bens imóveis, na medida em que diminuiu a inflação até então ascendente. Esse crescimento parece ter diminuído após 1986, mas indica que o comportamento dos preços da terra e dos arrendamentos no Brasil sofre pouca influência dos preços e do produto bruto, estando relacionado a variáveis externas ao setor agrícola (Gasques, Paiva, 1987). Na verdade, a variação do preço da terra no Brasil continuou apresentando um componente especulativo, mas seu valor parece ter sido determinado, nesta década, pela renda fundiária proveniente de reinvestimentos de capital no mesmo solo (renda diferencial II), tendo em vista que a renda originária da expansão da fronteira agrícola (renda diferencial I), perdeu seu ímpeto anterior da década de 70.

7 INDICES DE EVOLUCAO DOS SALARIOS RURAIS, DO PRECO DA TERRA E DOS PRECOS RECEBIDOS
 PELOS AGRICULTORES, 1980/86

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987 ^{b/}
Salario Tratorista	98	96	98	86	94	106	94	106
Salario Volante	103	99	91	83	88	100	103	122
Preco da Terra de Lavouras	107	117	110	95	119	142	212	196
Preços do Arrendamento	105	119	117	112	134	141	131	152
Preços Recebidos pelos Agricultores	105	78	66	84	102	101	106	70 ^{c/}

Valores Reais Deflacionados pelo Índice Geral de Preços (DI de Preco (DI) da FGV.

b = Estimativas preliminares para 1o. semestre.

Refere-se apenas a Lavouras. A estimativa preliminar da queda real para o conjunto dos produtos agropecuarios no ano e de 28,0% (Agroanalysis, fev/88).

FUENTE DOS DADOS BASICOS: CEA/FGV.

II.6) Os "anos de chumbo".

Para os milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra a crise econômica dos anos 80 e o próprio caráter excludente do modelo de desenvolvimento econômico não ofereceram muitas alternativas de sobrevivência, tanto no campo como na cidade.

Não bastasse essa forma de exclusão, a violência contra trabalhadores rurais se incorporou no cotidiano das relações sociais no campo, partindo tanto de setores latifundiários (como a UDR - União Democrática Ruralista); como dos setores ditos "modernos" (empresas agrícolas, ligadas a grupos empresariais urbanos e bancos privados).

Segundo um documento da Anistia Internacional, publicado em 1988, no período 1980/1985 foram cometidos 721 assassinatos contra trabalhadores rurais e assessores dos movimentos, e só nos anos 1987/1988 esse número chegou a 235 assassinatos (Grzybowski, 1989).

Em meio à violência que impera no campo, existe uma diversidade de movimentos sociais, que expressa a forma como os trabalhadores rurais respondem às formas de integração subordinada e expulsão a que foram submetidos ao longo do processo de expansão capitalista na agricultura. Suas lutas se dão em três frentes - contra a subordinação, a expropriação e a exploração - e tendem a assumir um caráter de busca de novas formas de integração, o que lhes confere unidade e sentido político. A primeira frente se refere à situação dos produtores integrados, que detêm a propriedade dos meios de produção mas cujo trabalho está subordinado ao capital - leia-se as agroindústrias processadoras. Na segunda frente se destacam as lutas dos posseiros e seringueiros da Amazônia e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (que possui uma atuação a nível nacional) contra a expropriação da terra. Finalmente, na terceira frente se enquadram as lutas dos assalariados agrícolas - cabendo destacar os assalariados na lavoura da cana-de-açúcar de Pernambuco, Paraíba e São Paulo - contra a exploração do trabalho pelo capital. O movimento de mulheres trabalhadoras rurais também cresceu e consolidou-se expressivamente em todo o país, notadamente nas regiões Sul e Nordeste, reivindicando novos direitos sociais e o reconhecimento de uma nova categoria social: a de "produtora rural".

II.7) Os desafios para a década de 90.

Em recente estudo (1), a economista Maria José Cyhlar Monteiro, do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas, analisou o comportamento da agricultura brasileira ao longo da última década, e concluiu que o produto real (quantidade produzida) da lavoura teve um crescimento de 35%, mas os preços pagos ao produtor e o valor da produção declinaram, respectivamente, 27% e 21%. Em seu estudo, foi avaliado o desempenho de 16 lavouras (feijão, mandioca, arroz, milho, trigo, café, cacau, soja, laranja, amendoim, banana, tomate, cebola, batata-inglesa e fumo). A economista alega que o aumento da produção e da produtividade foi obtido às custas das pesquisas de novas variedades agrícolas desenvolvidas pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) nos anos 70, e que, devido à queda dos investimentos nos anos 80, não se pode esperar um cenário favorável na próxima década, vista a deterioração da renda do produtor apontada em seu estudo.

Nabuco (1988) argumenta que o crescimento da produção agrícola na década de 80, em um quadro de escassez de crédito, só foi possível pelo fato de que os estabelecimentos agropecuários entraram em uma fase de auto-suficiência relativa de recursos financeiros, decorrente da abundância de crédito usufruída na década anterior. As empresas agrícolas passaram a reter parte dos recursos líquidos da safra anterior para reinversão, e se valeram, também, de outras estratégias, implementadas por cooperativas, como o preço diferenciado na aquisição de insumos.

(1) Citado na Gazeta Mercantil, edição de 15/02/90

Conforme já mencionamos anteriormente, a ação do Estado nos anos 80, via política agrícola e política cambial, permitiu a manutenção de privilégios de determinados complexos agroindustriais e de setores ligados à exportação de commodities, em detrimento dos pequenos produtores rurais e assalariados agrícolas.

A estratégia dos setores dominantes para os anos 90 parece apontar na direção de um liberalismo - conforme se pode observar nas suas propostas de Lei Agrícola - que se traduz em uma retirada do Estado como alavanca do processo de modernização. Com relação ao paradigma tecnológico, as oportunidades abertas pela biotecnologia representam uma "fuga para a frente" em relação ao esgotamento do modelo conhecido como "Revolução Verde", mas podem propiciar ganhos de produtividade para a agricultura dita "moderna", criando inclusive novas formas de acumulação para as grandes empresas do setor agroquímico.

Neste cenário, resta para os trabalhadores rurais a estratégia de politização de suas lutas e a construção de alianças que possam fortalecê-los diante dos grupos dominantes, possivelmente sem a mediação do Estado. Trata-se, na verdade, da busca de um modelo de um novo desenvolvimento na agricultura, que propicie novas formas de integração aos pequenos produtores rurais e assalariados agrícolas.

Bibliografia.

- BNDES/DEEST. Mudanças Estruturais nas Atividades Agrárias: Uma análise das relações intersetoriais no complexo agroindustrial brasileiro. Estudos BNDES n. 9, Rio de Janeiro, 1988.
- GASQUES, J. G., PAIVA, A. B.. Salários Rurais e Preços de Terras no Brasil. Dados Conjunturais da Agropecuária, (IPEA), Brasília 147: 16-29 (agosto de 1987).
- GASQUES, J. G., VERDE, C. M., SILVA, E. A. Gastos Públicos na Agricultura: Estrutura e Resultados. Dados Conjunturais da Agropecuária, (IPEA), Brasília 153: 13-35 (junho de 1988).
- GRZYBOWSKI, Cândido. Objetivos e Contradições do Desenvolvimento Agrícola no Brasil. mimeo, apresentado no "Seminario Internazionale Agroalimentare - Interdipendenza e Identità", promovido por Progetto Sviluppo/CBIL, em Bologna, Itália, de 18 a 20/04/89.
- MONTEIRO, Maria José Chylar. 1990 - "Perda real na década de 80". Gazeta Mercantil, 15/02/90, 1o. caderno.
- NABUCO, Maria Regina. Brasil e Minas Gerais: modernização e modernidade na agricultura. Anais do IV Seminário sobre a economia mineira. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. UFMS, 1988.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. mimeo, s. d.
- PEREIRA Jr., Plínio de Assis. Reforma Agrária e Gastos Públicos. mimeo, Projeto "Os Movimentos Sociais e o Déficit Público", ILDES, 1989.
- SILVA, José Graziano da. As Políticas da Crise: a trajetória da agricultura brasileira de 1981 a 1987. mimeo, apresentado no Seminário Internacional "La Agricultura Latinoamericana: Crisis,

Transformaciones y Perspectivas". Punta de Iralca (Chile), 1 a
4/09/88.

III. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SETOR AGROPECUÁRIO FLUMINENSE

O grande desafio que se coloca hoje para a agricultura fluminense é pensar novas alternativas para sua inserção no mercado nacional, que criem melhores condições de vida e trabalho para a gente do campo.

São aproximadamente 300.000 trabalhadores rurais, entre empregados e pequenos produtores envolvidos com a labuta diária da roça. Apenas 2/3 dos produtores são proprietários no estado (1985), proporção bem inferior à média regional (80%). Ao longo da década de 80, assistiu-se a uma progressão sensível dos parceiros e posseiros, o que indica estarem-se agravando as condições de acesso e permanência na terra. Provavelmente, não apenas em razão das pressões crescentes por parte de um novo empresariado rural, que com o apoio de linhas creditícias especiais (programas como o PROVARZEAS, etc, de caráter nacional), vem ampliando seu peso econômico e político no Rio de Janeiro, mas também em decorrência de um processo de urbanização alucinante, que tem como pressuposto a engorda, fácil e ousada, dos interesses imobiliários.

Um dos estados mais urbanizados do país, o Rio de Janeiro vem sofrendo muito nos últimos 20 anos com a incorporação especulativa de suas fronteiras internas (Zona Oeste, Baixada, eixo de Itaguaí) à acumulação imobiliária. Tal dinâmica penaliza bastante a atividade agrícola, ao elevar o preço da terra no mercado fundiário, contribuindo para uma substituição do uso do solo mais favorável a atividades outras (complexos turísticos em zonas rurais, loteamentos, etc), tal como ocorreu em antigas áreas agrícolas (Angra, Região dos Lagos).

X Apesar de transformações tão radicais, que levam à concentração da terra e à expulsão de muitos trabalhadores rurais, o número dos estabelecimentos agrícolas passou em 15 anos (1970-1985) de 72.000 estabelecimentos para 91.000 no estado, o que demonstra a determinação dos produtores em permanecer no campo. Ora, nesse mesmo período, a área total ocupada pelos estabelecimentos agrícolas aumentou de 3.287.000 ha para 3.310.000 ha., tão-somente 23.000ha., isto é 0,70% contra 20% de aumento das unidades de produção. Vale assinalar que a grande maioria desses novos estabelecimentos aparece entre 80 e 85, justamente na fase de agudização da crise econômica, quando a população foi levada a buscar novas alternativas de sobrevivência.

Esses dados indicam claramente que a demanda por terra foi muito superior à incorporação de nova áreas, o que significa fragmentação da propriedade ou da posse. De fato, foram os estabelecimentos com área inferior a 10 ha. que mais se multiplicaram nesse período: sobem de 37.000 em 1970 (51% do total) para 55.000 (62%) em 1985. Essa é outra característica da agricultura fluminense: ao contrário dos demais estados do Sudeste, por exemplo, onde os pequenos estabelecimentos constituem, em média, 1/3 do total, no Rio eles representam, proporcionalmente, duas vezes mais (2/3), cobrindo apenas 5% da superfície agrícola.

Esse perfil do Rio de Janeiro deve ser uma das razões que explica as dificuldades de penetração no estado do novo padrão

agrário e agrícola imposto ao conjunto da agricultura brasileira a partir dos anos 70. Padrão esse que se assentou na difusão de inovação tecnológica e na conseqüente concentração de capital nos estabelecimentos de médio e grande porte, deixando à míngua os pequenos, cuja superfície média no estado é de 3,1 ha. Para se ter uma idéia do atraso relativo da agricultura fluminense em relação à dos estados vizinhos, vale lembrar que aqui se verificam os índices mais baixos de uso de defensivos, fertilizantes e máquinas agrícolas, além de tratar-se do único estado onde a utilização de adubo orgânico ainda predomina sobre o químico em 1980.

Tomemos, por exemplo, o índice de tratorização da agricultura como ilustrativo do grau de modernização agrícola. Enquanto no Rio de Janeiro, em 1985, um trator trabalha, em média, 351 ha., em São Paulo essa relação é de 1 para 122 ha. Se procurarmos aplicar esse índice sobre a área cultivada por lavouras, o Rio leva certa vantagem sobre São Paulo: tanto em 80 quanto em 85, a área média de lavoura trabalhada por um trator no território fluminense é de 66 ha. enquanto em São Paulo estima-se em 41 ha.

Mas a modernização da agricultura vem rompendo barreiras através da irrigação (perto de 100.000 ha irrigados) - muito embora a taxa de crescimento da área irrigada no estado tenha caído bastante, sendo superada pelo desempenho de outros estados do país - e da intensificação da pecuária de leite e da produção hortícola. Entre 1970 e 1980, embora as pastagens naturais mantenham praticamente 50% da superfície agrícola, dobra a extensão das pastagens plantadas, o que denota investimentos consideráveis neste sub-setor. Nesta última data, o ano de 80, observamos que somadas as áreas ocupadas por lavouras temporárias e permanentes (23%), estas não alcançam o total da superfície agrícola não utilizada, segundo o IBGE, que é de 26%. Logo, há que buscar um aumento expressivo da produtividade da agricultura fluminense, através do cultivo de áreas abandonadas, situadas sobretudo no interior das grandes propriedades.

é bem verdade que o Rio de Janeiro não é dos estados brasileiros de maior incidência dos latifúndios. Pelo contrário, segundo o censo agropecuário de 1985, só existiriam 2 estabelecimentos no estado com área superior a 10.000 ha. Já dados da CPT-RJ indicam haver 6 propriedades com área acima de 10.000 ha, nos municípios de Macaé, Nova Friburgo, Parati, e Casimiro de Abreu. Apenas uma dentre elas estaria produzindo. Os estabelecimentos com área superior a 1.000 ha. cobrem 19% da superfície agrícola (ou seja, 623.000 ha.), representando apenas 0,32% do total das unidades produtivas.

Segundo dados do INCRA, a área aproveitável não-explorada corresponde no estado a 21% do total de terras disponíveis para a agricultura (1984). Considerando-se a exiguidade das terras agrícolas no estado e a pressão existente sobre elas, urge criar formas de incorporação desses estoques à atividade produtiva. Até porque é em duas regiões de forte tradição agrícola - Serrana Fluminense e Vassouras e Barra do Pirai - que se encontram os índices mais elevados de ociosidade, respectivamente 40% e 34%. É provável que a proliferação de residências secundárias voltadas para o lazer expliquem a existência de taxas tão elevadas.

Quanto ao perfil da mão-de-obra, além do forte incremento do pessoal ocupado registrado na primeira metade dos anos 80, e que ocorreu nos estabelecimentos menores (- 10 ha.), observa-se um aumento da ordem de 50% entre 70 e 85. O estado do Rio de Janeiro destaca-se pelo peso do trabalho familiar (ainda que não exclusivo, provavelmente): 60%. Ainda que não se possa deixar de reconhecer um ligeiro aumento da participação dos trabalhadores permanentes e temporários no estado, essa categoria de trabalhador e produtor mantém-se amplamente majoritária, mas acusando tendências a uma diminuição. Essa característica deve ser igualmente considerada na elaboração de um programa de revalorização agrícola do estado.

Dentre os cultivos que vêm crescendo, em termos de área e de produtividade, no Estado destacam-se o tomate, o café e o arroz. No entanto, o volume desta produção estadual é bastante inexpressivo em termos nacionais. O rendimento médio do arroz, por exemplo, passou de 2.77 t em 1980 para 3.22 t por hectare em 1988, situando-se bem acima da média nacional, estimada em 1.98 t nesta última data. O café também apresenta uma produtividade interessante, superior à média nacional, muito embora sua área no estado ainda seja extremamente reduzida, pois foi recentemente reintroduzido através de programas especiais subsidiados. No caso do tomate, o Rio de Janeiro tem pouca expressão em termos de volume da produção a nível nacional. Em 1988, a produção do estado foi estimada em aproximadamente 130.000 toneladas, superior, portanto, em 16.000 t ao ano de 1984, mas a produção brasileira, concentrada em São Paulo, Pernambuco e Bahia, foi de 2.300.000 t. Vale lembrar que o tomate produzido no estado não se destina à agro-indústria (fator de grande impulso na última década à expansão deste cultivo). Trata-se do tomate de mesa.

A cana-de-açúcar é igualmente um cultivo de grande expressão no estado do Rio, representando a maior área ocupada por lavouras temporárias. No entanto, e muito embora tenha sido objeto de políticas de incentivo altamente subsidiadas, registra um fraco desempenho em termos de produtividade, pois seu rendimento médio - 46.2 t/ha. - é bem inferior à média brasileira (63 t./ha.).

A laranja e a banana são dois outros cultivos tradicionais, outrora de grande destaque para a economia fluminense, e que vêm perdendo terreno. Ambos já chegaram a representar 10% da produção nacional e hoje participam com cerca de 3-4%. A banana tem sido prejudicada pela perda da sua superfície de produção, pois as áreas de tradição neste cultivo têm sido investidas por novas atividades de grande porte, como os complexos turísticos. O Rio de Janeiro é o 8º produtor de bananas do país (89). O caso da laranja é distinto, uma vez que sua decadência no estado remonta ao pós-guerra, quando passou a enfrentar a concorrência da laranja produzida no estado de São Paulo, destinada à agroindústria de sucos. A laranja fluminense, até agora tipicamente de mesa, ao contrário da sua concorrente, vem observando modificações importantes, tal como a introdução de espécies voltadas para a produção de sucos cítricos. Em 1989 o Rio de Janeiro apresentou praticamente a mesma área plantada e a mesma produção de 1980, o que demonstra estagnação. São Paulo foi responsável por 82% da colheita no ano de 1989, sendo seguido por Sergipe, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul.

O feijão também vem apresentando uma recuperação positiva no estado, tendo seu volume de produção aumentado entre 75 e 88 em 88%. A produção de leite é outra atividade que registra certa constância no seu crescimento desde o início da década passada.

Apesar de certa recuperação da agropecuária fluminense, vale lembrar que o PIB agrícola do estado é de apenas 2% contra 12% em termos nacionais. Sem dúvida, um dos maiores problemas atuais do estado é sua fraca integração ao CAI, tanto a montante quanto a jusante da produção, pois sua agricultura além de pouco intensiva, como procuramos caracterizar acima, não apresenta vinculações expressivas com a indústria processadora de alimentos e matérias-primas (à exclusão da cana).

BIBLIOGRAFIA

- LAVINAS L. e SANDRONI P.A Modernização da Agricultura do Sudeste e seus Impactos Sócio-Econômicos, IPPUR-UFRJ, 1987, convênio SERSE-IPPUR, 2 tomos, 357 p., Rio de Janeiro.
- Agroanalysis, Retrospectiva da Agropecuária Anos 80, Fundação Getúlio Vargas, 1990, Rio de Janeiro.
- ROMEIRO A. "Estrutura e Desempenho da Agricultura Fluminense", in Economia Fluminense, UFF, volume 2, nº 5, julho de 1989, Niterói.

IV. GOVERNOS ESTADUAIS E AS DIRETRIZES PARA O SETOR AGRÍCOLA

Neste tópico, examinaremos a atuação do governo estadual no setor agrícola do estado do Rio de Janeiro, a partir das diretrizes, estratégias e programas elaborados nos últimos quinze anos.

Com este propósito, focalizaremos os governos Faria Lima, Chagas Freitas, Leonel Brizola e Moreira Franco, procurando identificar os diferentes enfoques adotados no tratamento da problemática agrícola fluminense.

O trabalho divide-se em dois segmentos. O primeiro analisa as diretrizes e os programas que compõem os planos de ação dos governos estaduais para a agricultura tentando contextualizá-los no conjunto das metas gerais de cada plano, e identificando setores e espaços privilegiados pela ação pública. No segundo segmento é realizado um breve comentário a respeito das diferenças básicas existentes entre os enfoques dados, por cada governo, ao desenvolvimento agrícola do estado.

Neste sentido, o trabalho constitui um exercício de sistematização das ações do poder público estadual no setor agrícola fluminense, configurando um quadro referencial para estudos futuros.

IV.1. Diretrizes e Programas para o Setor Agrícola dos Governos Estaduais no período 75/90

Procura-se aqui apresentar e analisar as diretrizes e os programas que integram os planos de atuação dos governos Faria Lima, Chagas Freitas, Leonel Brizola e Moreira Franco no setor agrícola do estado. Tal análise baseou-se nos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social e nos orçamentos previstos para cada gestão.

A) Governo Faria Lima (1974-1979)

A atuação do setor público estadual teve como referência o I PLAN-RIO, elaborado com o propósito de desenvolver integralmente o 'novo' Estado do Rio, constituído pela fusão, em 1974, dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

Articulada às estratégias do desenvolvimento do governo federal de então, consubstanciado no II PND, a integração política e administrativa dos dois estados representou a eliminação dos obstáculos à implantação de uma política nacional de desenvolvimento metropolitano que visava a consolidação, no estado, do segundo pólo de desenvolvimento do país. Neste sentido, o I PLAN-RIO espelha, em sua essência, as diretrizes do II PND, servindo de veículo para implantação de um padrão de organização administrativa capaz de dar suporte ao modelo nacional de desenvolvimento econômico e social. (1)

(1) Com base na concepção de pólos de crescimento, o II PND integrou uma política metropolitana através da criação de Regiões Metropolitanas nos principais centros urbanos do país. Tal recorte regional servia de base para a implantação de um nível administrativo do poder público, intermediário à municipalidade e ao governo estadual, capaz de atuar como instrumento de intervenção conjunta dos governos federal, estadual e

Tomados como parâmetros básicos para a definição da política de desenvolvimento do Estado, os objetivos e diretrizes emanados da Política Nacional de Desenvolvimento, contida no II PND e de interesse estadual, podem ser resumidos nos seguintes tópicos:

- Em relação ao Setor Industrial, realização de investimentos que beneficiem indústrias básicas, desenvolvimento científico e tecnológico e infra-estrutura de energia, transporte e comunicações;
- Em relação ao setor Agropecuário, política de uso racional da terra, modernização técnica e empresarial do setor, estratégia de ocupação de novas áreas para expansão da fronteira agropecuária, política de abastecimento, extensão rural e concentração setorial de incentivos para a produção intensiva;
- Em relação ao Desenvolvimento Social, conjugação da política de emprego com a política de salários, valorização de recursos humanos, integração social e defesa do consumidor;
- Em relação ao desenvolvimento urbano-regional, implantação de Regiões Metropolitanas, definição de pólos secundários, descentralização intra-regional, planejamento da ocupação urbana e rural das áreas contíguas às metrópoles nacionais;
- Em relação à política ambiental, proteção do meio ambiente na área urbana, preservação de recursos naturais e defesa e proteção da saúde humana.

Balizado pelos objetivos gerais do planejamento federal, o I PLAN-RIO abarca em seu conteúdo e em sua metodologia de ação um nítido caráter urbano-regional, calcado na criação de pólos de desenvolvimento e na modernização capitalista das atividades produtivas.

Sob esta ótica, o plano estadual de desenvolvimento enfatiza, em sua linha de ação, os setores que viabilizam a integração capitalista do estado. A tabela 1 mostra os setores com maiores participações no orçamento previsto para a consecução do plano.

e municipal através de políticas metropolitanas. A criação da RM do Rio de Janeiro, no entanto, tornava-se problemática uma vez que todo o entorno metropolitano da cidade (então Estado da Guanabara) pertencia a outro estado (RJ). Desta forma, a fusão representava a solução técnica para tal situação.

TABELA 1 - Investimento do Setor Público Estadual para o Período 1976/1979 - Os cinco setores com maior proporção de recursos.

Setores	Participação no Total dos Investimentos (%)
Transporte	45,7
Energia	7,6
Saneamento	7,0
Educação e Cultura ⁽¹⁾	6,2
Setores Terciários e Quaternários ⁽²⁾	5,4
Comunicações	5,0

FONTE: I PLAN-RIO

⁽¹⁾ Foi incluído o setor Educação Física e Desportos.

⁽²⁾ Inclui comércio, Turismo e Intermediários Financeiros.

Observa-se que, com exceção da Educação e Cultura, os demais setores contemplados com as maiores parcelas de investimentos públicos são aqueles que integram o chamado Setor de Infra-Estrutura. Vale mencionar que a expressiva participação do setor terciário, relaciona-se, em grande parte, a uma política de desenvolvimento do setor financeiro que objetiva a expansão e modernização das atividades de intermediação financeira em geral.

Neste sentido podemos caracterizar a proposta administrativa do governo Faria Lima pelo seu comprometimento com as diretrizes do desenvolvimento nacional, voltadas, sobretudo, para a criação das condições necessárias ao desenvolvimento pleno das atividades capitalistas.

Inserido neste contexto, o setor agrícola possui pequena participação relativa no orçamento 1,9%. Ainda assim os recursos previstos voltam-se para a execução de uma política condizente com as linhas gerais do plano federal.

Neste sentido foram elaboradas para o setor agrícola as seguintes metas:

- dinamização das atividades, através de elevação da produtividade dos fatores;
- diversificação e especialização regional do desenvolvimento agrícola, em função das vocações regionais e das diferentes dotações de fatores;
- maior participação da produção rural no consumo interno, com ênfase na Região Metropolitana e maior expansão da produção voltada para outros mercados;
- maior participação do produtor nos resultados econômicos da produção.

As diretrizes e estratégias resultantes dos objetivos acima mencionados voltam-se, sobretudo, para a integração econômica das áreas rurais ao setor urbano através da modernização das atividades produtivas. Tal fato pode ser visualizado nas linhas de ação específicas:

- instrumentalização institucional que agilize a estrutura administrativa do setor, promovendo o entrosamento dos órgãos setoriais específicos com o do sistema financeiro e outras instituições;
- implantação de infra-estrutura econômica de apoio, em particular, quanto a rodovias vicinais, à implantação de cooperativas de eletrificação rural, e à melhoria do sistema de abastecimento e comercialização. Associam-se a essa estratégia as ações voltadas para a implantação de agro-indústrias;
- integração de ações para dotar de melhores bases empresariais os estabelecimentos rurais e as cooperativas;
- estímulos à participação intensiva do setor privado, vale dizer, de capitais urbanos, seja nas atividades ligadas ao processo produtivo, seja nas atividades complementares de processamento e comercialização;
- expansão da fronteira agrícola em áreas até agora improdutivas, por condições insatisfatórias de drenagem ou por serem excessivamente arenosas;
- elevação das condições de vida da população rural, com ênfase nos problemas de saúde, higiene, educação e treinamento.

Coerentes com esta orientação, os programas e projetos desenvolvidos para o setor dividem-se em: a) Programas e projetos destinados ao Aumento da Produtividade Agrícola; b) Programas e projetos destinados à Expansão da Área Agrícola; c) Programas e projetos destinados à implantação de Infra-Estrutura de Apoio à Produção; d) Programa e projetos destinados a Organização Rural e Bem-estar Social.

a) Programa e projetos destinados ao Aumento da Produtividade Agrícola

- Pesquisa e experimentação, mobilizando a PESAGRO-RIO⁽¹⁾ e seus estabelecimentos agrícolas, no melhoramento das culturas e criações prioritárias;
- Projetos relacionados à difusão de sementes, mobilizando a PESAGRO, ⁽¹⁾ SIAGRO, ⁽²⁾ EMATER, ⁽³⁾ e o Departamento Agropecuário; Projeto de Difusão do Uso de Corretivos e Fertilizantes, a cargo da SAA;

(1) Empresa Estadual de Pesquisas Agropecuárias.

(2) Empresa de Insumos Básicos para a Agropecuária.

(3) Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Prestação de serviço de apoio direto à produção agropecuária, que inclui o projeto de mecanização agrícola, sob a responsabilidade da SIAGRO-RIO; o Projeto Integrado da Fazenda de Italva (fazenda modelo) - SIAGRO-RIO; projetos de defesa e fiscalização vegetal e animal, e projetos voltados para controle de pragas e doenças vegetais;

Sistema estadual de assistência técnica e extensão rural, sob a coordenação da EMATER-RIO, abrangendo os seguintes projetos: cana-de-açúcar, pecuária de leite, citricultura, bananicultura, oleicultura, pecuária de corte, mandioca, arroz, avicultura, suinocultura, culturas complementares, conservação dos recursos naturais, juventude rural;

Projetos Integrados (de natureza integrada e interinstitucional);⁽¹⁾

- Projeto de Desenvolvimento das Várzeas da Região Norte Fluminense. Objetivo: possibilitar o aproveitamento hidro-agrícola de baixo custo, de aproximadamente 50.000 ha da região Norte Fluminense, em sistema de rotação de rizicultura com culturas hortícolas. Área de ação: Itaperuna, Miracema, Cambuci, Itaocara, São Fidélis, Laje do Muriaé, Porciúncula, Natividade e Bom Jesus do Itabapoana.

- Projeto de Desenvolvimento de Áreas PáraRurais. Objetivo: intensificar o aproveitamento dos segmentos pára-rurais localizados na Região Metropolitana e no seu entorno, através de núcleos de prestação de serviços. Áreas de ação: municípios da Região Metropolitana e, eventualmente, alguns segmentos pára-rurais de Teresópolis, Angra dos Reis, Parati, Cachoeira de Macacu e Saquarema.

- Projeto de Desenvolvimento de Bacias Leiteiras. Objetivos: aumentar a produtividade do rebanho bovino fluminense, através da intensificação de apoio técnico, econômico e financeiro. Área de ação: Região Industrial do Médio Paraíba, Região Serrana e Norte Fluminense.

- Programas de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros (PRODHORT). Objetivos: promover melhorias no sistema de comercialização de produtos hortigranjeiros, através da concentração de esforços em termos de pesquisa, assistência técnica, prestação de serviços e crédito orientado. Área de ação: Região Industrial do Médio Paraíba, Região Serrana, Norte Fluminense e Baixada Litorânea.

(1) Projetos que envolvem diferentes órgãos da Administração Pública Estadual e Federal.

b) Programas e Projetos relativos à Expansão da Área Agrícola

. Projeto de Desenvolvimento dos Vales dos Rios São João, Macaé e Imbê. Objetivos: possibilitar o aproveitamento agrícola de 150.000 ha de terras saneadas, através da criação de novas unidades agrícolas, de forma a que se tornem importantes centros produtores de hortigranjeiros. Áreas de ação: Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Macaé e Campos.

c) Programas e Projetos Relativos à Infra-Estrutura de Apoio à Produção

. Programa de Abastecimento. Objetivos: melhorar as condições de fornecimento de gêneros alimentícios aos mercados consumidores e elevar a participação do produtor no preço final do produto, melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios, proporcionando alternativas de comercialização ao produtor rural. Área de ação: todo o Estado.

. Programa de Estradas Vicinais. Objetivos: melhorar as condições de acessibilidade da produção às áreas de comercialização. Área de ação: Região Norte, Serrana, Industrial do Médio Paraíba e das Baixadas Litorâneas.

. Programa de Eletrificação Rural. Objetivo: expansão das atividades agropecuárias e melhoria das condições de vida da população. Área: todo o Estado.

d) Programas e Projetos Vinculados à Organização Rural e Bem-Estar Social

. Produtores de baixa-renda, assistidos pela EMATER-RIO, visando a organização de associações de produtores, a orientação familiar para a diminuição de doenças, e a melhoria do índice de matrículas no 1º grau e frequência às aulas;

. Assistência às Comunidades Pesqueiras, através de convênio SAA/SUDEPE, visando a melhoria das condições sócio-econômicas das comunidades pesqueiras;

. Treinamento de Mão-de-Obra e Juventude Rural, visando o treinamento e capacitação de mão-de-obra rural nos Centros de Treinamento da SAA;

. Programa relacionado à restauração do sistema cooperativista do estado, que inclui zoneamento, educação cooperativista, assistência técnica, treinamento gerencial e integração de cooperativas.

O exame dos programas elaborados no Plano de Desenvolvimento do Governo Faria Lima permite identificar o caráter modernizante das ações governamentais para o setor. O enfoque predominante é o do aumento da produtividade via programas que envolvem pesquisas e extensão rural. Os programas de cunho mais social se limitam a ações assistencialistas voltadas para o atendimento de serviços básicos - educação e saúde - e à formação e preparação da mão-de-obra rural com vistas ao trabalho especializado. A prior-

riedade dada à pesquisa e à extensão rural pode ser atestada na tabela 2 que mostra os sub-programas mais importantes em termos de participação no total do orçamento previsto para o setor agrícola.

TABELA 2 - Participação Relativa dos Sub-Programas no Orçamento Previsto para o Setor Agrícola - Período 76-79

Sub-Programas	Participação no Orçamento para o Setor %
Extensão Rural	37,0
Pesquisa Científica e Tecnológica	34,1
Promocção Agrária	7,4
Defesa Sanitária Animal	6,4

FONTE: IFLAN-RIO.

Observa-se que mais de 70% dos recursos para o setor se destinavam ao desenvolvimento tecnológico da agricultura fluminense. Ainda que falte uma análise dos resultados dos programas e projetos implantados, podemos inferir que os investimentos direcionados para o setor destinaram-se, em grande parte, para tais atividades. Cabe ressaltar que os investimentos em infra-estrutura (rodovias, saneamento e eletricidade), por contarem com recursos oriundos de órgãos ligados a outras secretarias e com a participação, em alguns casos, de órgãos federais, não estão inseridos no orçamento acima apresentado. Neste sentido, não foi possível dimensionar a importância, que acreditamos ter sido considerável, das obras de infra-estrutura no setor durante o governo em questão.

A apreciação dos programas e projetos permite também identificar segmentos espaciais privilegiados com ações específicas do poder público estadual. O Norte Fluminense, por exemplo, além de se constituir em área de atuação da maior parte dos programas e projetos, foi contemplada com projeto especialmente direcionado para o aproveitamento de suas várzeas. Da mesma forma, os vales dos Rios São João, Macaé e Imbê são objeto de políticas específicas, voltada para o saneamento e aproveitamento agrícola de áreas pantanosas. No caso destas áreas, o interesse governamental se justificava pelo grande potencial agrícola que apresentavam os vales, com a realização de obras de dragagem e retificação dos rios, iniciados em 1976.

B) Governo Chagas Freitas (1979-1983)

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Chagas Freitas contempla, a grosso modo, objetivos e metodologia de atuação bastante semelhantes às do governo anterior.

No entanto, a articulação do plano às diretrizes do governo federal se faz a um nível mais geral sem o aprofundamento das es-

estratégias de desenvolvimento nacional, como foi elaborado no IPLAN-RIO. Sobre este aspecto, a única referência de articulação à política de desenvolvimento do governo federal diz respeito à prioridade ao setor agropecuário. Tal comprometimento se reflete em uma maior participação do setor agrícola no orçamento previsto em relação ao plano anterior - 2,6%. Todavia esta participação é pequena se considerarmos os outros setores da administração estadual (tabela 3).

TABELA 3 - Funções com Maiores Participações nos Recursos Orçamentários para o Período 1980-1983

Função	Participação no Orçamento Global - %
Educação e Cultura	35,4
Transporte	30,4
Indústria, Comércio e Serviços	10,7
Energia e Recursos Minerais	8,1

A tabela 3 mostra o dimensionamento dado ao setor educacional pela administração estadual, o que sugere, de certa forma, uma inversão de estratégia em relação ao governo anterior. No entanto, as demais funções infra-estruturais ou produtivas apresentam ainda peso majoritário no orçamento estadual.

Em relação ao setor agrícola, as estratégias globais se aproximam muito do enfoque modernizador do plano anterior, sendo praticamente retomados os mesmos pontos. Tais estratégias podem ser assim sumarizadas:

- . levantamento das potencialidades agropecuárias visando a elevação da produção;
- . assistência técnica e crédito aos produtores;
- . ampliação da fronteira agrícola via melhoria da infraestrutura de apoio;
- . apoio ao Programa estadual do Alcool;
- . modernização e expansão do sistema de abastecimento;
- . melhoria da rede de armazéns e silos;
- . preservação dos recursos renováveis;
- . incentivo irrestrito ao programa de florestamento;
- . desenvolvimento da pesca;
- . ampliação da pecuária de corte e leite;
- . criação da rede de distribuição de insumos agrícolas.

Observa-se que as questões relacionadas ao aumento da produtividade, via crédito e extensão rural, e a expansão da fronteira agrícola permeiam as metas propostas no plano. Como propostas inéditas, destacam-se o apoio ao Programa Estadual do Alcool, em

consonância com objetivos do governo federal, e a preocupação ambiental. Com base nas estratégias acima apresentadas, a atuação do governo estadual vai-se direcionar de um lado para a implementação de programas que abrangem o setor como um todo, e de outro para o desenvolvimento de projetos especiais, voltados para determinada área ou atividade.

a) Programas

- . Pesquisa Agropecuária. Introdução e competição de novos cultivares, melhoramento genético vegetal, testes de resistência a pragas e doenças e da análise da economicidade das diferentes tecnologias;
- . Produção Vegetal. Atividades de apoio que incluem defesa sanitária, uso de corretivos e fertilizantes, produção de sementes e mudas melhoradas, irrigação e conservação dos solos;
- . Abastecimento, Melhoria nos sistemas de produção e comercialização dos alimentos;
- . Produção Animal. Defesa sanitária, inspeção e classificação de produtos, melhoramento dos rebanhos, desenvolvimento da pesca;
- . Desenvolvimento de Recursos Naturais Renováveis. Atividades de reflorestamento e/ou florestamento, implantação e manutenção de parques florestais e reservas biológicas;
- . Promoção e Extensão Rural. Fortalecimento de cooperativas, extensão rural e promoção agrária.

b) Projetos Especiais

- . Prodevárzea. Aproveitamento hidroagrícola do Norte Fluminense;
- . Prodevale. Desenvolvimento integrado dos vales dos rios São José e Macaé: regularização fundiária, desenvolvimento agrícola, infra-estrutura de apoio à produção, conservação de recursos naturais e promoção de serviços sociais;
- . Pólos Agrometropolitanos. Preservação dos remanescentes agrícolas da região contra a acelerada urbanização e intensificação do aproveitamento agrícola;
- . Proflora. Garantia à definição de áreas prioritárias para florestamento e reflorestamento e à implantação de distritos florestais;
- . Propesca. Diversificação de captura, elevação da produtividade, melhoria dos meios de desembarque, conservação e comercialização do pescado.

Além da aproximação, ao nível das estratégias para o setor agrícola, do plano estadual em questão com o anterior, outro aspecto em comum diz respeito ao enfoque urbano-industrial.

Como estratégia de ação, o plano dá "continuidade ao processo de planejamento compatível com a vocação de cada região, bem como a dinâmica do desenvolvimento econômico e social do Estado". A questão da integração econômica e social do espaço fluminense é novamente colocada, tendo em vista "os desequilíbrios constatados na estrutura espacial do território fluminense". Neste sentido maior ênfase foi dada ao desenvolvimento urbano-regional, através da "Programação Integrada Urbano-Regional", concebida como um instrumento de coordenação das ações setoriais no espaço regional e de conjugação de esforços dos governos federal, estadual e da iniciativa privada, com vistas à implementação de programas e projetos ligados à política estadual.

Partindo da divisão regional elaborada para o I PLAN-RIO, qual seja a das Regiões-Programa (mapa 1), a Programação Integrada Urbano-Regional abarcou as seguintes diretrizes: a) racionalização do uso dos recursos naturais, b) descentralização dos investimentos, c) indução ao crescimento do nível de produção e produtividade das atividades econômicas, d) dinamização das funções urbanas de apoio às atividades produtivas de maior expressividade local e/ou regional, e) ordenamento do uso do solo urbano e de oferta de infra-estrutura e da prestação de serviços, f) criação de condições para fixar a população nas Regiões-Programa, g) articulação do sistema viário atendendo ao escoamento de produção e uma maior integração inter e intra-regional.

Neste sentido, os Programas de Ação Regional que compõem a Programação Integrada Urbano-Regional envolvem:

- Programas de Desenvolvimento Rural, visando dotar o meio rural fluminense dos instrumentos necessários ao aproveitamento de seu potencial produtivo;
- Programas de Desenvolvimento Urbano-Regional, que visam o fortalecimento dos centros urbanos e do sistema de transporte e comunicações;
- Programas de Desenvolvimento Urbano-Local, visando dotar as prefeituras municipais de instrumentos para o disciplinamento da urbanização e da racionalização do solo urbano;
- Programas de Proteção Ambiental, voltados para a preservação e recuperação da qualidade ambiental e dos recursos naturais;
- Programas especiais, que envolvem mais de um programa, mais de uma Região-Programa e são em grande parte, de caráter prioritário.

Serão aqui destacados os Programas de Desenvolvimento Rural e os Programas Especiais de cada região-programa, uma vez que nelas estão embutidas as estratégias de maior interesse para a presente análise.

- Região Metropolitana

Diferentemente das outras regiões-programa, a Região Metropolitana foi objeto de estratégia própria de atuação, consubstanciada em uma Política Metropolitana. Entre as diretrizes que a compõem, apenas duas se destinam às atividades pesqueiras e a de racionalizar e modernizar o sistema de abastecimento e comercialização de produtos agrícolas, através da criação de uma rede de mercados, armazéns e silos.

- Região das Baixadas Litorâneas

1. Programa de Desenvolvimento Rural

- promover o aproveitamento das obras de drenagem para a implantação de sistema de irrigação, especialmente no vale do São João, mediante articulação com o DNOS, e a difusão de técnicas correspondentes;
- incentivar ou promover a criação de postos de distribuição de insumos agrícolas;
- promover a integração da citricultura, desde o plantio até a comercialização e industrialização;
- incentivar a cultura da cana, com vistas ao programa do álcool;
- melhorar e implantar estradas vicinais e a eletrificação rural;
- promover a formação de mão-de-obra via escola técnica rural.

2. Programas Especiais

- dar continuidade ao PRODENOR;
- apoiar o Programa Nacional de Terminais Pesqueiros;
- apoiar o PROÁLCOOL.

- Região Norte

1. Programas de Desenvolvimento Rural

- ampliar a rede de estradas vicinais e a rede de eletrificação rural;
- dinamizar o sistema de comercialização, através da criação de Mercados do Produtor, construção de silos, armazéns e de cooperativas de produtores;
- fornecer assistência técnica para elevar a produtividade da cana, mandioca, milho, feijão, oleicultura, e melhorar rebanhos e pastagens, via PESAGRO e EMATER;

- estimular a produção do café, via financiamento;
- promover a formação de mão-de-obra rural;
- incentivar a pesca tradicional, através de cooperativas.

2. Programas Especiais

- apoiar o PROVÁRZEAS e o PRODENOR;
- dar suporte ao PRÓÁLCOOL;
- fornecer incentivo ao Plano de Revigoração de Cafezais - IBC;
- estimular Programa Nacional de Terminais Pesqueiros;
- tentar, junto ao governo federal, estender à região os incentivos fiscais de que se beneficia o Espírito Santo.

- Região Serrana

1. Programa de Desenvolvimento Rural

- incentivar a pecuária leiteira;
- desenvolver a fruticultura, a floricultura e a olericultura;
- apoiar a suinocultura e a avicultura;
- ampliar a rede de eletrificação rural;
- ampliar o sistema de comercialização.

- Região Industrial do Médio Paraíba

1. Programas de Desenvolvimento Rural

- apoiar a pesquisa e a utilização de fertilizantes e outros insumos não degradantes;
- incentivar e fortalecer o cooperativismo na cafeicultura, olericultura, bovinocultura, suinocultura e avicultura;
- melhorar a rede viária para o escoamento da produção.

- Região do Litoral Sul

1. Programa Especial

- apoiar o Programa Nacional de Terminais Pesqueiros.

AA partir do exame das estratégias regionais, acima expostas, podemos identificar o cunho racionalizador e modernizante da política estadual para o setor como um todo. Observa-se, por exemplo, que os programas visam o aumento da produtividade das lavouras, ao aproveitamento de vales, o incentivo às culturas comerciais e ao melhoramento da infra-estrutura, sem tocar na questão fundiária, aproximando-se muito das propostas contidas no I PLAN-RIO.

Modavia, algumas diferenciações ao nível regional merecem atenção. Em relação à Região das Baixadas Litorâneas, observa-se a intenção de se desenvolver ali uma agricultura em moldes modernos através de programas de infra-estrutura e extensão rural. Constitui-se a região em fronteira interna para o capital, tendo como suporte para o seu desenvolvimento a ação conjunta do poder público estadual e federal.

No tocante à Região Norte vale destacar os programas de assistência técnica à produção alimentar e o apoio aos diversos programas federais ali implantados, além da preocupação em dotar a economia regional de condições de competitividade com a agricultura capixaba, via incentivos fiscais.

Por último destaca-se a preocupação ambiental na Região Industrial do Médio Paraíba, área que apresenta solos bastante desgastados pela cafeicultura e um nível considerável de poluição fluvial.

CC) Governo Leonel Brizola (1984-1987)

CD Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Leonel Brizola representa uma ruptura com os padrões de atuação da esfera pública estadual até então vigentes. Configurando uma proposta socializante de governo, o plano em, sua introdução, questiona o modelo econômico adotado no país ao afirmar que "o quadro nacional, nesta primeira metade dos anos 80, configura uma crise de graves proporções geradas pelo fracasso do modelo econômico, preocupado em manter seus laços articulados com o mercado internacional, particularmente à comunidade financeira, impelindo o país para uma recessão profunda". Mais adiante é afirmado que "a inexistência de um projeto de desenvolvimento nacional que atenda aos anseios de todos os setores da sociedade brasileira se explica pela falta de iniciativa do poder constituído em encaminhar as inúmeras propostas que já resultaram no debate democrático".

Observa-se, assim, uma postura de oposição direta ao poder federal, diferentemente dos outros planos que buscavam nas diretrizes gerais do planejamento federal o balizamento de suas propostas.

Com base numa postura crítica em relação ao modelo de desenvolvimento, define-se um novo conceito de planejamento (afastando-se daquela de caráter tecnocrático) capaz de garantir a racionalização da ação governamental e mobilizar todos os recursos possíveis, e ao mesmo tempo assegurar a participação da comunidade nas decisões que a afetam.

Dispondo deste instrumento de ação, a proposta do governo Leonel Brizola consiste em "mobilizar os mecanismos à sua disposição no sentido de um desenvolvimento equilibrado, voltado para atender às necessidades básicas dos trabalhadores, em termos de educação, saúde, habitação, saneamento e transporte coletivo, procurando revestir o quadro de carências cristalizado nos últimos anos". A prioridade que se dá às questões sociais representa o principal corte da proposta analisada em relação às metas dos governos anteriores. Constituindo-se no primeiro governo eleito por voto direto, após vinte anos de regime autoritário, a administração Leonel Brizola direciona seu plano de desenvolvimento econômico e social para o atendimento dos setores sociais que lhe deram suporte eleitoral, sobretudo, os trabalhadores urbanos.

Neste sentido, os setores sociais da administração são contemplados com maior parcela dos recursos orçamentários, como pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4 - Funções que apresentam maiores participações no orçamento previsto para 1986

Função	Participação no Orçamento Global %
Administração e Planejamento	40,3
Educação e Cultura	20,6
Defesa Nacional e Segurança Pública	8,7
Assistência e Previdência	8,3
Saúde e Saneamento	5,0

FONTE: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1986.

A grande participação da função administração e planejamento demonstra a preocupação em reestruturar a máquina administrativa de forma a adequá-la às novas diretrizes do poder público. Integram esta função uma reforma administrativa e um programa de 'valorização' do funcionalismo público. As demais funções com participações expressivas no orçamento previsto referem-se à infra-estrutura social, o que distancia mais uma vez a proposta deste governo com as dos anteriores.

Dentro desse contexto, o setor agrícola possui uma participação bastante reduzida (0,5%) dentro do orçamento global, demonstrando, uma vez mais, a ação prioritária do governo estadual na esfera social, relegando a segundo plano a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da atividade produtiva. (1)

Seguindo as diretrizes gerais do plano, a promoção social é privilegiada, nas metas para o setor agrícola, como veremos a seguir:

- . mobilização dos pequenos e médios produtores para a produção de gêneros básicos - hortigranjeiros, leite, aves, suínos, caprinos e pescado;
- . fortalecimento econômico e social do interior;
- . ampliação da participação do Estado na defesa dos recursos naturais renováveis;
- . aparelhamento do Estado na área do abastecimento;
- . fortalecimento do cooperativismo como unidade básica da organização rural.

A preocupação com a pequena produção, a maior intervenção do Estado na defesa ambiental e no circuito da comercialização representam inflexões significativas em relação à ação governamental de até então. Estas inflexões podem ser melhor visualizadas ao examinarmos os programas que integram a ação do governo no setor, a seguir sumarizados:

- . Pesquisa agropecuária
 - prioridade para os produtos de abastecimento alimentar;
 - adequação das pesquisas às condições sócio-econômicas, via tecnologias acessíveis e de baixo custo;
- . Assistência Técnica e Creditícia
 - difusão de tecnologia agropecuária e gerencial voltada para os pequenos e médios produtores;
 - estímulo ao associativismo formal (cooperativas, sindicatos) e informal (grupo de produtores e donas de casa, clube 4-S, comissões comunitárias, etc.);
 - envolvimento das lideranças locais, através da formação de conselhos comunitários;
 - definição de uma política de financiamento da produção compatível com as prioridades escolhidas: Realizar investimentos capazes de aumentar a produção e a auto-suficiência dos estabelecimentos, diminuindo a dependência de insumos industriais.

(1) A função Indústria, Comércio e Serviços é destinado apenas 0,2% dos recursos previstos.

Serviços e Insumos Agropecuários

- recuperação e ampliação da Patrulha Mecanizada, atendendo aos pequenos e médios produtores e suas cooperativas;
- ativação da Fazenda Estadual de Italva;
- aproveitamento da estrutura de armazenagem, formação de estoques de milho para atender à avicultura e a suinocultura.

Política Agrária

- identificação e discriminação de terras devolutas estaduais para serem objeto de assentamento de pequenos agricultores com garantia de assistência integral em crédito, extensão rural e comercialização;
- aproveitamento das terras ociosas vale dos rios São João, Macaé, São Pedro, Imbé e Magé;
- apoio às iniciativas dos trabalhadores rurais, na defesa de posseiros, contra a violência de grileiros e falsificação de títulos dominiais.

Recursos Naturais Renováveis

- ação fiscalizadora do Estado;
- implantação, proteção e restauração ecológica, regularização jurídica dos parques, aquisição de equipamentos e ampliação do corpo técnico-administrativo;
- programa de reforestamento.

Comercialização e Abastecimento

- estímulo à presença dos produtores agrícolas no mercado atacadista do Rio e nos mercados regionais;
- presença mais marcante do setor público na normalização e fiscalização do comércio de alimentos;
- retormar a participação do Estado em programas de venda de alimentos para população de baixa renda.

Ampliação da Disponibilidade de Leite

- ampliação da distribuição gratuita de leite para as faixas de população com risco de desnutrição;
- estímulo à produção estadual de leite; extensão e financiamento dos órgãos governamentais do estado;
- participação ativa na campanha dos produtores fluminenses.

Pesca

- capitalização do produtor direto, através da intervenção governamental, na aquisição da produção dos pescadores e sua colocação junto ao consumidor de baixa renda;
- apoio às iniciativas de criação de cooperativas ou outras formas associativas;
- investimentos localizados, através da instalação de pequenas unidades de frigorificação, recuperação/ampliação dos cais de descarga;
- definição de linhas adequadas de financiamento;
- presença do poder público na proteção dos direitos das comunidades pesqueiras;
- difusão da piscicultura em águas interiores.

Notamos que as novidades contidas no plano de ação do governo referem-se ao novo direcionamento dado à questão do desenvolvimento agrícola. Esta maneira, até então inédita, de tratar o agrário envolve a apreciação de problemas pouco ou nunca focalizados pelos governos anteriores: promoção econômica e social ao pequeno produtor, o incentivo à organização e participação comunitária dos produtores, o tratamento da questão fundiária através de uma política agrária, e uma ação mais efetiva no tratamento da questão ambiental. Outro aspecto a ser destacado é a atenção dada à produção leiteira, objeto de programas específicos destinados à alimentação da população carente, dos centros urbanos.

O peso e a importância dos diferentes programas no conjunto de ações governamentais podem ser avaliados na tabela 5 que mostra a distribuição percentual dos recursos previstos para o ano de 1986 por funções.

Tabela 5 - Recursos para o Setor Agrícola - Demonstrativo por Funções - 1986(*)

Função	Participação no Total de Recursos (%)
Promoção e Extensão Rural	24,5
Ciências e Tecnologia	21,9
Administração	14,5
Abastecimento	12,9
Programas Integrados	12,7
Preservação de Recursos Naturais Renováveis	5,9

(*) São apresentadas na tabela as funções que possuíram as maiores participações percentuais.

À primeira vista, podemos notar que as duas funções de destaque são aquelas ligadas a modernização tecnológica da agricultura, tradicionalmente privilegiadas pelo poder público. No entanto, a prioridade ao pequeno produtor e à produção de gêneros básicos identificada anteriormente nos programas de ação, permite-nos afirmar que, em sua essência, tais funções se distanciam do modelo de modernização conservadora de agricultura. Cabe ressaltar também que em relação ao abastecimento, mais de 90% dos recursos a ele destinados se voltam para a assistência financeira ao produtor.

A tabela apresentada, no entanto, não é capaz de nos fornecer a importância dada à questão fundiária, uma vez que a ação do governo do estado nesta problemática não se fez no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

O tratamento da questão fundiária mereceu atenção do governo estadual, através da criação em 1984, da Comissão de Assuntos Fundiários, ligados à Secretaria de Estado de Justiça e Interior, e posteriormente (1986), da criação da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários/Assentamentos Humanos e Projetos Especiais. A criação de um órgão autônomo com status de secretaria visou "dar solução definitiva aos conflitos, realizar os assentamentos humanos decorrentes e executar projetos especiais". O objetivo do programa fundiário pode ser resumido nos seguintes pontos:

- promover assentamentos urbanos e rurais em terras públicas ou privadas.
- disciplinar a forma de ocupação de áreas de interesse social.
- estimular a utilização racional e produtiva das pequenas e médias propriedades.
- promover a regularização fundiária das áreas públicas.
- elaborar e executar projetos especiais, na área rural, em consonância com a política fundiária.
- apoiar o desenvolvimento de cooperativas.
- promover e apoiar a comercialização da produção das áreas de assentamento.
- estudar e propor contratos, acordos e convênios com órgãos públicos ou privados, objetivando assentamentos em áreas rurais.
- manter articulação com o Departamento de Patrimônio Imobiliário da Secretaria do Estado de Justiça e Interior, objetivando o estudo e proposta de normas e diretrizes para a alienação de terras devolutas e patrimoniais bem como para as operações de compra e venda de imóveis rurais para assentamento.

Até 1987 a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais atendeu quatro

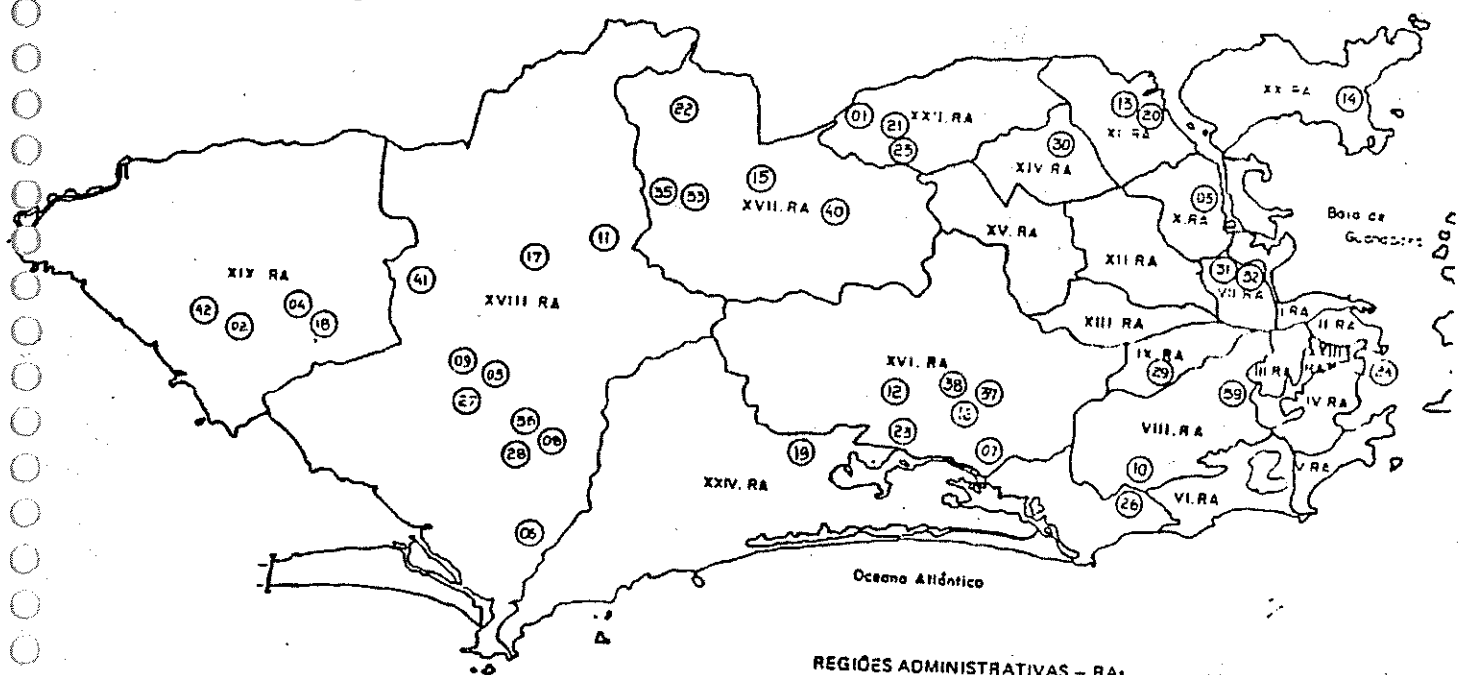
tipos de comunidades envolvidas em conflitos fundiários: a) trabalhadores rurais; b) população de baixa renda, residentes na periferia ou nas favelas; c) pescadores artesanais; e d) índios. Foram assistidos mais de 100 conflitos pela posse da terra, em grande parte localizados na Região Metropolitana (cartograma 1).

Podemos, portanto, caracterizar as diretrizes do governo Leonel Brizola para o setor agrícola como integrantes de um modelo de desenvolvimento econômico e social no qual o estado atua, não como subsidiador do capital, e sim relevando sua função social. Neste sentido, o plano de ação estadual se distancia, em sua essência, dos anteriores.

Conflitos pela posse da Terra assistidos no Governo Leonel Brizola(*)

A) Conflitos do município do Rio de Janeiro

no. - uso	nome	área	no. famílias	Decreto no.	proc. ad.	
01	urbano	Anchieta	2.735	n2	179	E-06/14037/85
02	urbano	Bairro Barcelos	53.900	n2	2500	E-06/14061/84
03	urbano	Bairro Monteiro				E-06/14174/85
04	urbano	Bairro Rolas	1.600.000	n2	3000	E-06/14058/84
05	urbano	Baixa do Sapateiro				E-06/14392/85
06	urbano	Caquinho do Abreu				E-06/14152/85
07	urbano	Curva do Pinheiro	6.800	n2	65	E-06/14181/85
08	rural	Engenho Novo	2.763.365,80	n2	270	7461 de 09/08/84
09	urbano	Estrada do Magarça	8.000	n2	200	E-06/14004/84
10	urbano	Estrada das Furnas	619.641,75	n2	27	E-06/14254/85
11	urbano	Estrada do Portinho				E-06/14107/85
12	urbano	Estrada do Sertão	51.070	n2	48	8842 de 12/02/86
13	urbano	Favela Chega Mais	2.000	n2	50	E-06/14021/84A
14	urbano	Favela do Dendê	20.000	n2		E-06/14065/85
15	urbano	Favela São Miguel				E-06/15012/85
16	urbano	Favela Tancredo Neves				E-12/4138/85
17	urbano	Faz. Pau Picado				E-06/14023/85
18	urbano	Fomento				E-06/14161/85
19	urbano	Fonteira				E-06/15973/84
20	urbano	Grotão	277.065	n2	20	7470 de 22/08/84
21	urbano	Guadalupe	19.000	n2	450	8550 de 06/11/85
22	rural	Guandú do Sena	4.528.000	n2	400	8551 de 06/11/85
23	urbano	Guaranguê	9.200	n2	265	8936 de 24/04/86
24	urbano	Ladeira Santa Isabel	900	n2	60	8554 de 06/11/85
25	urbano	Marechal Heráas				E-06/14216/85
26	urbano	Mata Machado	57.200	n2	900	9339 de 06/11/86
27	urb e rur	Mato alto e Cabuçu de Baixo	660.340	n2	800	8553 de 06/10/85
28	urb e rur	Matriz	485.582,65	n2	150	7206 de 15/03/84
29	urbano	Morro do Andaraí	30.095,11	n2	16	8560 de 12/11/85
30	urbano	Parque Boa Menino	16.436,60	n2	250	E-01/0830011/83
31	urbano	Parque dos Mineiros	45.430	n2	160	8258 de 12/07/85
32	urbano	Parque Erédia de Sá				E-06/14076/85
33	urbano	Parque Real	2.100	n2		E-06/14133/86
34	urbano	Praia da Imouca	18.105	n2	40	8938 de 25/04/86
35	urbano	Saco do Viegas	200.000	n2	200	E-01/3032/83
36	rural	Santa Leopádia				E-06/14053/84
37	urbano	Sítio do Anil	90.595	n2	100	8259 de 12/07/85
38	urbano	Sítio do Baibusinho	237.710,50	n2	60	E-06/14039/84
39	urbano	Tijuquinha	5.000	n2		E-06/14094/85
40	urbano	Vila Brasil				E-06/14200/83
41	urbano	Vila do Céu				E-06/14012/85
42	urbano	Vitor Dumas	250.000	n2	40	8555 de 06/11/85



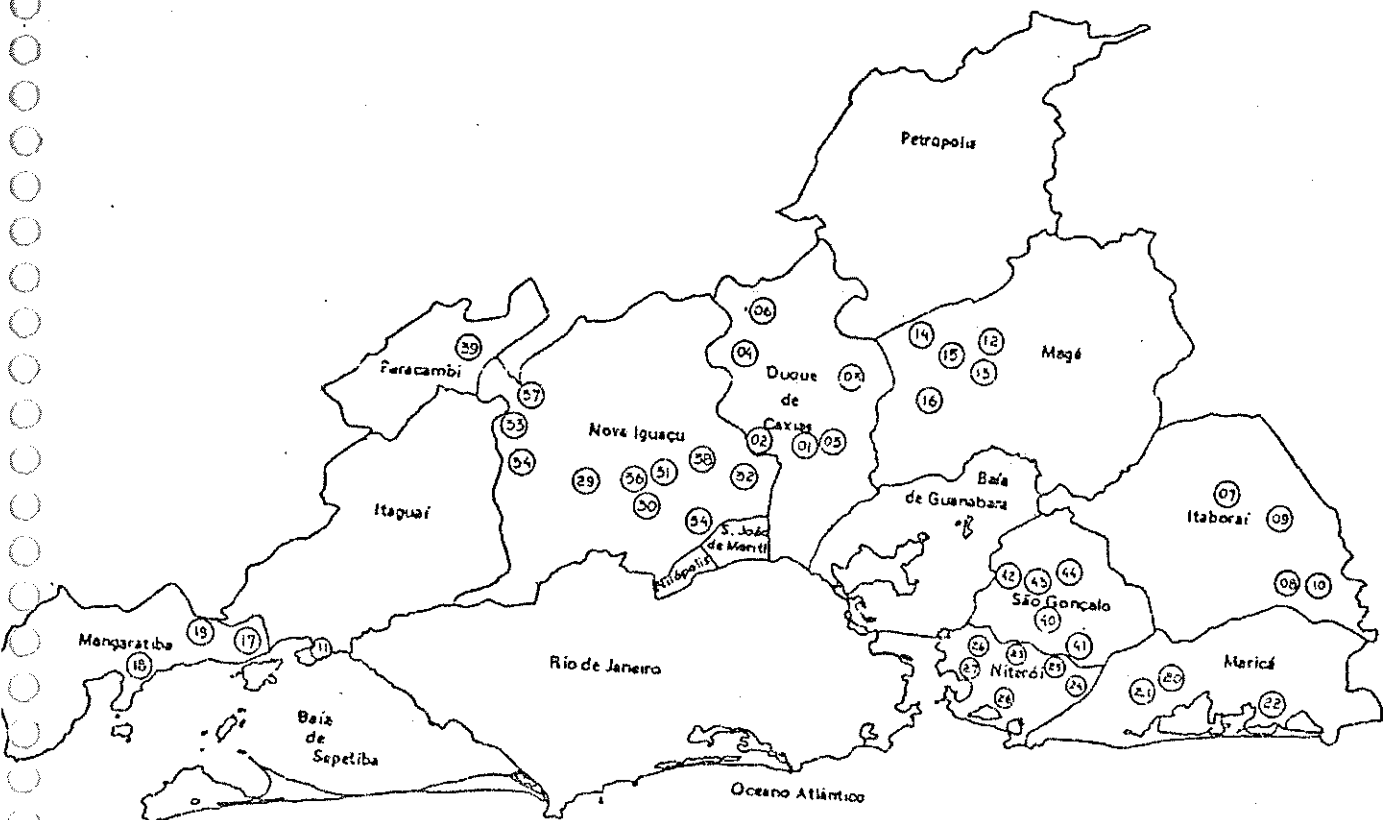
REGIÕES ADMINISTRATIVAS - RAs

- I - Portuária
- II - Centro
- III - Rio Comprido
- IV - Botafogo
- V - Copacabana
- VI - Lapa
- VII - São Cristóvão
- VIII - Tijuca
- IX - Vila Isabel
- X - Ramos
- XI - Penha
- XII - Meier
- XIII - Engenho Novo
- XIV - Ináid
- XV - Madureira
- XVI - Jacarepaguá
- XVII - Bangu
- XVIII - Campo Grande
- XIX - Santa Cruz
- XX - Ilha do Governador
- XXI - Piquete
- XXII - Anchieta
- XXIII - Santa Teresinha
- XXIV - Barra da Tijuca

(*) Nestas tabelas e mapas estão representados apenas os conflitos que envolvem comunidades, ficando de fora aqueles envolvendo apenas uma família.

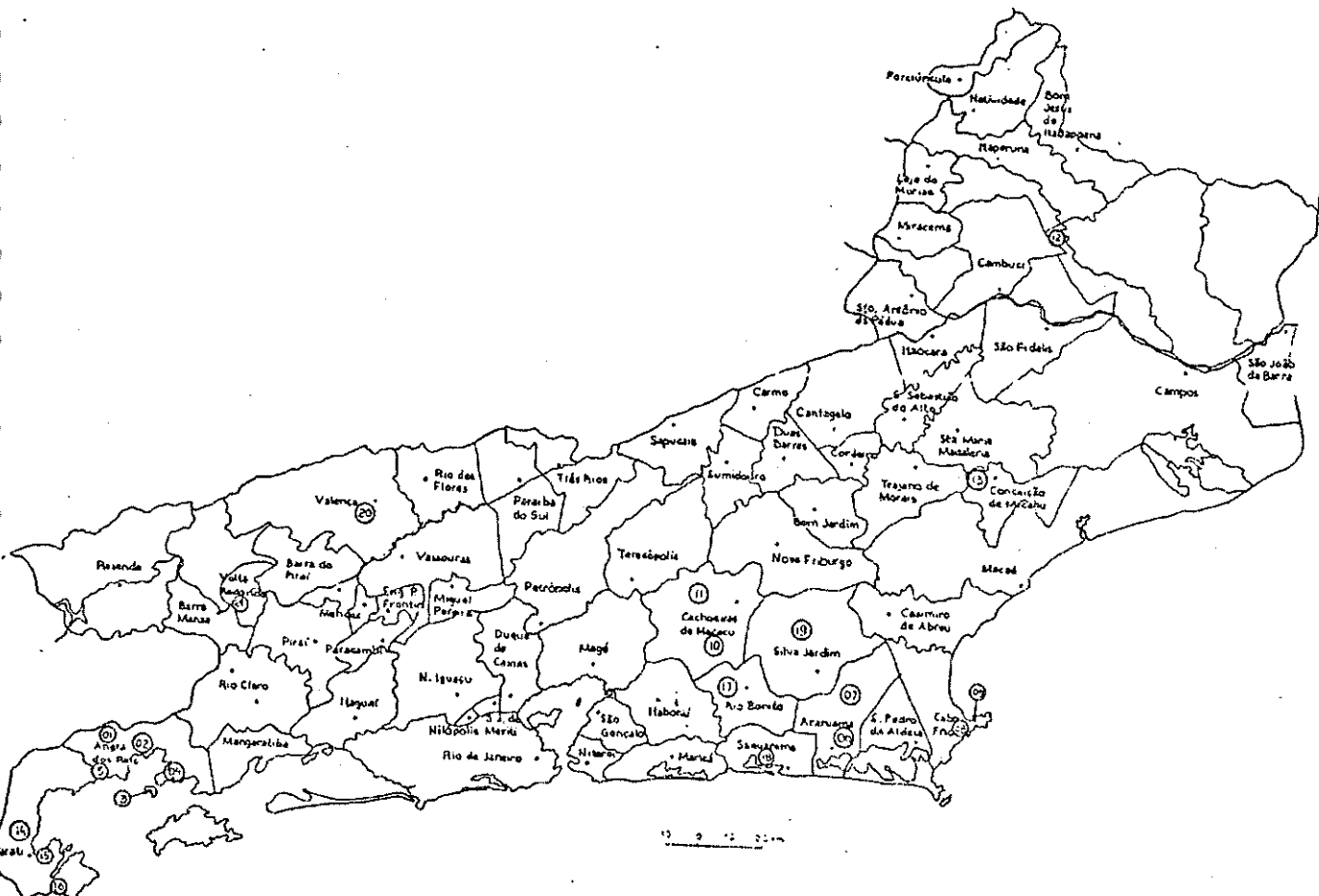
B) Conflitos na Região Metropolitana

no.	uso	nome	Município	área	no. famílias	Decreto no.	proc. adm.
01	urbano	Brasil Novo	Duque de Caxias	11.298,47	n2	62	
02	rural	Capivari e Anapí	Duque de Caxias	3.850.000	n2	200	E-06/14007/84
03	rural	Faz. Quebra Coco Grande	Duque de Caxias	747.310	n2		E-06/20526/82
04	rural	Fazenda São Lourenço	Duque de Caxias	900.000	n2	10	7588 de 1961
05	urbano	Licão	Duque de Caxias	95.875,68	n2	800	E-06/14021/84
06	rural	Terão	Duque de Caxias	3.185.454,00	n2		E-06/14026/85
07	rural	Faz. Engenho D'água	Itaboraí	4.500.000	n2	18	
08	rural	Fazenda Guissana	Itaboraí	770.000	n2		E-02/02066/85
09	rural	Itapacorá	Itaboraí	144.000	n2	48	E-06/14017/85
10	rural	Posse dos Coutinhos	Itaboraí	15.000.000	n2		E-06/14019/85
11	urbano	Estrada do Engenho	Itaguaí	5.700	n2	08	9319 de 29/10/86
12	rural	Estrada da Cachoeira	Magé	3.278.400	n2	110	7955 de 28/12/86
13	rural	Fazenda Santa Rosa	Magé	305.047	n2	20	8521 de 21/10/85
14	rural	Inhoápolis	Magé			300	E-06/14016/85
15	urbano e	Morro das Cinzas	Magé	1.800.000	n2	130	9364 de 14/11/86
16	urbano	Pau Grande	Magé	3.580	n2	60	E-06/14033/85
17	urbano	El Ranchito	Mangaratiba			200	E-06/14014/88
18	rural	Faz. Santana	Mangaratiba	2.400.000	n2		E-06/14036/84
19	rural	Fazenda Rubião	Mangaratiba	45.000.000	n2		
20	rural	Faz. Itapeba	Maricá	15.000.000	n2		E-06/14032/85
21	urbano e	Inoá	Maricá	772.853,62	n2	504	7956 de 29/12/84
22	rural	Ponta Negra	Maricá				E-06/14028/84
23	urbano	Favela Coronel Ledício	Niterói				E-06/14324/85
24	rural	Fazenda Engenho do Mato	Niterói	25.160.000	n2	18	7577 de 02/08/61
25	urbano	Itioca	Niterói				E-06/14066/84
26	urbano	Morro do Estado	Niterói	2.735	n2	50	8408 de 09/09/85
27	urbano	Morro do Iná	Niterói	34.351,72	n2	390	9317 de 14/11/86
28	urbano	Pendoliba	Niterói	2.000.000	n2	5000	8889 de 10/03/86
29	rural	Caço Alegre	Nova Iguaçu	20.590.000	n2	600	9345 de 13/02/87
30	urbano	Chatuba	Nova Iguaçu	5.800	n2	80	8843 de 12/02/86
31	urbano	Estrada da Posse	Nova Iguaçu	2.551	n2	45	8858 de 12/02/86
32	urbano	Fazenda Baby	Nova Iguaçu	100.100	n2	70	8844 de 12/02/86
33	rural	Fazenda Norbandia	Nova Iguaçu	1.200.299	n2		E-06/
34	rural	Guandu	Nova Iguaçu	3.000.000	n2		E-06/14166/85
35	urbano	Mesquita	Nova Iguaçu	5.800	n2	50	8843 de 12/02/86
36	rural	Parque Estoril	Nova Iguaçu				E-02/02229/..
37	rural	Pedra Lisa	Nova Iguaçu	1.000.100	n2	40	8952 de 07/05/86
38	rural	Sítio Velho	Nova Iguaçu	826.000	n2	40	E-06/14077/85
39	rural	Fazenda Vitória da União	Paracambi	108,9 alq (geo)		61	8437 de 21/09/85
40	urbano	Guasandiba	São Gonçalo				E-06/14125/86
41	rural	Itaitindiba	São Gonçalo	7.495.200	n2	200	8973 de 15/05/86
42	urbano	Morro do Juruaenha	São Gonçalo	55.218,50	n2	300	9340 de 08/11/86
43	urbano	Tribobó	São Gonçalo				E-12/5558/85
44	urbano	Tenente Jardim	São Gonçalo	107.510	n2	96	8552 de 06/11/85
							E-06/14080/86
							E-06/14001/84



C) Conflitos no Restante do Estado

no. uso	nome	Município	Área	no. família	Decreto no.	proc. ed.	
01	Indígena	Bracuí	Angra dos Reis	7.000.000	n2	9347 de 13/11/86	E-06/14023/83
02	rural	Faz. Garatucáia	Angra dos Reis		50		E-06/14272/83
03	urbano	Ilha da Gírdia	Angra dos Reis		5		E-06/14187/85
04	rural	Japuíba	Angra dos Reis	1.070.000	n2	300	E-22/000099/83
05	urbano e ru	Praia Vermelha	Angra dos Reis		14	9317 de 29/10/86	E-06/14217/86
06	rural	Sapucaia Nova	Araruama		27		E-06/14110/86
07	rural	São Vicente de Paulo	Araruama	2.250.000	n2		E-06/14166/86
08	rural	Faz. Campos Novos	Cabo Frio	2.500.000	n2		E-06/14015/85
09	rural	Fazendinha	Cabo Frio	988.182	n2	27 8751 de 06/05/86	E-06/14002/84
10	rural	Fazenda Jororó	Cachoeira de Macacu				
11	rural	Fazenda Santa Fé	Cachoeira de Macacu	42.500.000	n2		E-06/14069/86
12	rural	Italva	Campos				E-06/14045/84
13	rural	Fazenda FEEN	Conceição de Macabu	12.870.900	n2	Área do Estado	E-86/14013/84
14	rural	Iriníria	Paraty				E-02/03779/
15	rural	Paratiníria	Paraty				E-06/0016/84
16	rural	Praia do Sono	Paraty	930.000	n2	57 9655 de 23/02/86	E-06/14046/84
17	rural	Cachoeira dos Bagres	Rio Bonito	3.805.620	n2		E-06/14078/85
18	rural	Faz. Monte Verde	Saquarema				E-06/14173/83
19	rural	Passarinho	Silva Jardim	39.000	n2	13	E-06/14020/84
20	rural	Fazenda da Conquista	Valença	6.200.000	n2	35 Área do Estado de	E-09/00142/200
21	urbano	Vila Americana	Volta Redonda	13.439,58	n2		E-06/14047/85



D) Governo Moreira Franco (1988-1991)

A proposta de ação do governo em foco é elaborada a partir da constatação de um quadro de estagnação do setor agrícola, quadro este inserido na problemática do esvaziamento econômico do estado. Com base neste argumento, o plano de desenvolvimento econômico e social vai direcionar suas metas no sentido de reverter esta situação de estagnação da economia, dando ênfase no apoio às iniciativas empresariais voltadas para o desenvolvimento de atividades alternativas capitalizadas e com alto nível tecnológico.

Neste sentido, o setor de infra-estrutura volta a ter uma participação expressiva na previsão orçamentária como mostra a tabela 6.

Tabela 6 - Distribuição dos Recursos Orçamentários (1988-1991)

SETORES	%
Econômico	9,4
Social	26,6
Infra-Estrutura	59,1
Segurança	4,3
Administrativo	0,6

FONTE:

O enfoque modernizante é resgatado, representando uma ruptura com a proposta do governo Brizola. A questão econômica é colocada novamente no centro da problemática estadual, e é a partir dela que se consubstanciam as estratégias governamentais. Parte-se do pressuposto de que a implantação de empreendimentos de ponta, como o Pólo de Tecnologia e o Pólo Petroquímico, constitui-se na principal via para a retomada da importância do estado na economia regional e nacional.

Inseridas neste contexto as estratégias governamentais para o setor agrícola contemplam:

- incentivo à agricultura empresarial intensiva em capital e tecnologia, priorizando a execução de um programa de irrigação no estado;
- apoio ao pequeno e médio produtor com vista ao aumento da produção e produtividade;
- apoio ao desenvolvimento de atividades não convencionais, tais como a produção de insumos genéticos e de bens de alto valor unitário.

Percebe-se que o aumento da produção e produtividade é retomado como preocupação fundamental das estratégias de ação, porém, com uma questão nova: a diversificação agrícola, no sentido da expansão de atividades altamente rentáveis.

O enfoque espacial também é resgatado, procurando-se elaborar, com base nas diretrizes gerais, estratégias regionais de atuação do poder estadual, expostas a seguir:

A) Região Metropolitana

- apoio a empreendimentos de base empresarial, bem como aos assentamentos de pequenos produtores;
- retorno das centrais de abastecimento de Irajá e Columbandê ao controle do governo estadual;
- realocação do Terminal Pesqueiro da Praça XV, fomento às atividades pesqueiras.

B) Região Noroeste

- aproveitamento hidroagrícola das várzeas e encostas localizadas nas bacias hidrográficas do Itabapoana e Paraíba do Sul;
- apoio à cultura cafeeira, em trabalho integrado com o IBC;
- resgate e expansão da estrutura regional de armazenagem, via ação da COCEA e SIABRO em articulação com o governo federal;

C) Região Norte

- intensificação da produção canavieira;
- diversificação de culturas, via ação da PESAGRO;
- assentamento de agricultores;
- apoio à pesca artesanal.

D) Região das Baixadas Litorâneas

- apoio aos empreendimentos empresariais nos vales dos rios Una e São João, principalmente aqueles voltados à produção rizícola;
- apoio aos assentamentos já existentes ou em organização, via atuação integrada do Incra e da SEAF;
- mobilização do sistema pesquisa-extensão-fomento para a citricultura;
- atuação no campo da armazenagem;
- apoio à pesca artesanal.

E) Região Serrana

- garantia de condições adequadas de infra-estrutura para a circulação da produção, via ação integrada com outras secretarias;

- implantação de estação experimental para o desenvolvimento da horticultura e fruticultura, aproveitamento de microbacias;
- institucionalização dos pontos naturais de comercialização da região.

F) Região do Médio Paraíba

- mobilização dos órgãos de pesquisa, extensão e fomento para o desenvolvimento da pecuária leiteira regional;
- apoio a empreendimentos empresariais em implantação na região Valença-Rio das Flores, bem como as pequenas propriedades voltadas à produção de hortigranjeiros;
- instalação de mercados do produtor;
- desenvolvimento da piscicultura.

G) Região Centro-Sul

- intensificação das atividades hortigranjeiras através da ação integrada do sistema pesquisa-extensão-fomento;
- desenvolvimento da pecuária leiteira.

H) Região da Baía da Ilha Grande

- melhoria das condições de produção e comercialização da bananicultura;
- apoio a programas de assentamento de produtores rurais em Parati e Angra dos Reis, sob a responsabilidade do governo federal;
- apoio às atividades pesqueiras, via atuação conjunta dos governos estadual e federal.

As diretrizes e estratégias regionais demonstram a preocupação com as atividades empresariais e agro-industriais e com a infra-estrutura de apoio à modernização agrícola, enfatizando-se o sistema pesquisa-extensão e a comercialização.

O Norte e o Noroeste Fluminense são as maiores beneficiárias das ações do poder público, visto tratar-se de áreas eminentemente agrícolas e objeto de programas federais (IBC, PRÓÁLCOOL, PROVÁRZEAS). Merece destaque, também o apoio aos empreendimentos empresariais em implantação nos vales dos rios Una e São João e na bacia do Rio Preto (municípios de Valença e Rio das Flores), a fim de se consolidar nessas áreas uma produção agropecuária em moldes capitalistas.

X A programação de atividades acha-se estruturada em quatro áreas de atuação: a) Desenvolvimento da Produção Agropecuária, b) Abastecimento, c) Pesca, e d) Desenvolvimento Institucional. A seguir mostraremos os programas que as integram:

a) Programas de Desenvolvimento da Produção Agropecuária

- . Desenvolvimento da Agricultura Irrigada (articulado ao Programa Nacional de Irrigação - PRONI. Objetivo: irrigação de 211 mil ha de terras do estado, através de ação integrada dos órgãos envolvidos no setor.
- . Produção e Distribuição de Insumos Físicos e Biológicos. Objetivos: produção de material genético básico (insumos biológicos); multiplicação, difusão, e exploração de insumos físicos.
- . Desenvolvimento da Pecuária Leiteira. Objetivos: adaptar às condições do Rio de Janeiro técnicas apropriadas para a exploração leiteira, no que concerne o treinamento, manejo adequado do rebanho, melhoria das condições agrostológicas e intensificação das atividades de defesa sanitária e melhoramento genético.
- . Microbacias Hidrográficas (vinculado ao Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas). Objetivos: desenvolvimento agropecuário integrado às condições ambientais, via integração institucional e comunitária.
- . Promoção de Produção Hortícola. Objetivos: promoção da intensificação das atividades hortícolas, visando o aumento de participação estadual no mercado interno e a geração de excedentes para exportação.
- . Promoção de Cultivos Alimentares Básicos. Objetivos: incremento da produção agropecuária, aumentando a receita dos produtores e a oferta de alimentos através de mecanismos de compra para oferecer garantia de mercado aos produtores.
- . Desenvolvimento da Produção Animal de Médio e Pequeno Porte. Objetivo: aumentar a produção e produtividade da cunicultura, apicultura e caprinocultura.
- . Promoção de Cultivos Industriais. Objetivo: promoção do desenvolvimento de culturas ditas industriais (seringueira, cana-de-açúcar, soja e café), introduzindo-se e difundindo-se sistemas racionais de produção.
- . Apoio à Reforma Agrária. Objetivos: prestar assistência técnica, difundir tecnologias e organizar 2.673 famílias de novos produtores rurais assentados em 21 projetos de reforma agrária já estabelecidos no estado, além de assentar, em 1988, 1390 famílias em 12 áreas.

b) Programas de Abastecimento

- . Comercialização Agrícola. Objetivos: consolidação de todas as ações tendentes ao aperfeiçoamento das funções de intercâmbio, das funções físicas de armazenagem e beneficiamento, das funções auxiliares de padronização e classificação e das funções de publicidade;

Abastecimento Periférico. Objetivos: fornecimento às famílias de baixa renda de alternativas de aquisição de produtos essenciais a preços reduzidos, e efetivação de uma política de redistribuição de renda em benefício das classes de menor poder aquisitivo da comunidade;

Estudos e Pesquisas em Abastecimento Alimentar. Objetivos: melhoria do conhecimento dos sistemas de produção agrícola e de distribuição de alimentos, medição dos diferenciais entre oferta e demanda, estudo do zoneamento da produção agrícola, reordenação do sistema de abastecimento, definição de sistemas e determinação de custos de produção, estudos do mercado em seus vários níveis de comercialização.

xc) Programas de Pesca

Implantação e Funcionamento da FIPERJ. Objetivos: articulação dos diversos setores de pesquisa, promoção e extensão e das relações com instituições federais e internacionais;

Pesca Marítima. Objetivo: geração, adaptação, difusão e fomento de pesquisas, definindo sistemas de produção, bases econômicas e tecnológicas;

Aquicultura e Pesca Continental. Objetivos: execução de pesquisa, extensão e fomento nos campos da aquicultura e da pesca continental.

xd) Programas de Desenvolvimento Institucional

Reequipamento Material da Secretaria. Objetivos: criar condições necessárias para a SEAA exercer as funções que lhe são destinadas, compreendendo a aquisição de veículos, máquinas, mobiliário, material de consumo permanente, e outros;

Reequipamento Imobiliário da Secretaria. Objetivos: fornecer condições em termos de alojamento para o exercício das atividades da SEAA.

Modernização Operacional da Secretaria. Objetivos: introduzir medidas e rotinas de administração financeira de pessoal compatível com os padrões modernos de administração, treinar e reciclar os recursos humanos, definir e implementar programa de informatização e definir uma nova e estrutura organizacional.

Articulação Interinstitucional na Formulação e Execução da Política Agrícola. Objetivo: aumentar a eficiência da utilização de diferentes instrumentos federais de execução da política agrícola que afetam o preço do produto, melhorar a competitividade da produção via providências interinstitucionais, estabelecer acordos e convênios de cooperação técnica internacional.

A partir do exame dos programas elaborados para o setor, podemos identificar a importância dada à função Desenvolvimento da Produção Agropecuária, que integra programas de modernização agrícola voltados para a irrigação, a distribuição de insumos físicos e biológicos, e o desenvolvimento de culturas agro-industriais, entre outros. Ao contrário do plano anterior, não é feita nenhuma referência à pequena produção, possuindo, portanto, tais programas um cunho eminentemente econômico. Destaca-se também o grande número de programas de desenvolvimento institucional, o que demonstra a necessidade do governo em estruturar o aparelho administrativo tendo em vista o redirecionamento político das diretrizes e estratégias contidas no Plano de Desenvolvimento.

A importância das áreas de atuação e dos programas nelas contidos pode ser visualizada na tabela 7.

Tabela 7 - Valor Global Estimado dos Programas por Área de Atuação
- 1987/1991

Áreas e Programas	Valor milhões de Cz\$)	%
Desenvolvimento da Produção Agropecuária	10.450,8	95,8
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada (PRONI)	10.014,8	91,8
Produção e Distribuição de Insumos Físicos e Biológicos	52,8	0,5
Desenvolvimento da Pecuária Leiteira	19,7	0,2
Microbacias Hidrográficas	40,0	0,4
Promoção de Produção Hortícola	43,3	0,4
Promoção de Cultivos Alimentares Básicos	161,6	1,5
Desenvolvimento da Produção Animal de Médio e Pequeno Porte	6,2	0,05
Promoção de Cultivos Industriais	12,0	0,01
Apoio à Reforma Agrária	99,3	0,9
Abastecimento	87,1	0,8
Comercialização Agrícola	58,8	0,5
Abastecimento Periférico	21,0	0,2
Estudos e Pesquisas em Abastecimento	7,3	0,1
Pesca	117,4	1,0
Implantação e Financiamento da FIPERJ	68,9	0,6
Pesca Marítima	35,9	0,3
Agricultura e Pesca Continental	12,6	0,1
Desenvolvimento Institucional	254,3	2,3
Reequipamento Material de Secretaria	127,4	1,2
Reequipamento Imobiliário de Secretaria	78,9	0,7
Modernização Operacional de Secretaria	48,0	0,4
Articulação Interinstitucional na Formulação e Execução da Política Agrícola	-	-
TOTAL	10.908,5	100,0

Fonte: Plano de Desenvolvimento Econômico do RJ - 1988/91

Podemos observar que, apesar dos inúmeros programas elaborados, a grande prioridade do governo estadual para o setor refere-se ao programa de irrigação; executado em conjunto com o governo federal, concentrando quase a totalidade dos recursos estimados. Confirma-se, assim, o papel do Estado como agente subsidiador da atividade econômica.

Por outro lado, a questão fundiária continuou sendo objeto de atuação do governo estadual, através da Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (SEAF), elevada à categoria de secretaria estadual em 1989. A programação da SEAF compreende os seguintes projetos:

- . Conhecimento da realidade sócio-econômica e fundiária do Rio de Janeiro. Objetivo: analisar o quadro atual de acesso aos mercados de terra e de habitação formal, de modo a saber quem está fora dele;
- . Ação fundiária em áreas urbanas e rurais. Objetivos: regularização da situação jurídica de aproximadamente 300 favelas no estado; fiscalização na aplicação da legislação agrária relativa a contratos de trabalho de arrendamentos e parceria, a contrato de imóveis públicos, à aquisição de imóveis por estrangeiros, à implantação de represas, estradas e projetos especiais que ocasionam conflitos fundiários, à arrecadação pelo Estado de imóveis abandonados e à obtenção de terras para assentamento de população de baixa renda.
- . Projetos Especiais Urbanos. Objetivos: urbanizar áreas residenciais, comercializar parte dos lotes valorizados pela urbanização em programas habitacionais de mercado e permitir que 100 mil famílias carentes se beneficiem com moradias a custo zero.
- . Projetos Especiais Integrados. Objetivos: assentamento em diferentes áreas do estado, através de integração entre a SEAF e outros órgãos afins;
- . Desenvolvimento de Assentamentos Humanos. Objetivos: atendimento à parcela de população que, na luta fundiária, está sendo desabrigada, que já foi reassentada em péssimas condições, ou que venha a ser deslocada devido à necessidade de obras;
- . Apoio Social aos Assentamentos Rurais. Objetivos: criação de condições de atendimento nas áreas de saúde, educação, trabalho e organização social da população assentada;
- . Desenvolvimento da Produção e da Infra-Estrutura nos Assentamentos Rurais. Objetivos: formação de Patrulhas Mecanizadas; assistência técnica e extensão rural; análise, correção e adubação dos solos; controle fitossanitário; armazenamento e comercialização de mudas e sementes; apoio à produção animal; reflorestamento econômico e ecológico; planejamento e ocupação do solo com práticas conservacionistas; projetos de eletrificação rural, projetos

de implantação, recuperação e conservação de estradas vicinais; projetos de construção de habitações rurais; projetos de irrigação e projetos de saneamento.

Como pode ser observado, a programação de Assuntos Fundiários prevê um leque de projetos que envolve desde a regularização de terras até a assistência econômica e social das famílias assentadas. Neste sentido a proposta se aproxima daquela formulada pelo governo Leonel Brizola. Todavia, a participação das comunidades envolvidas no processo de estruturação e organização das áreas de assentamento não é vislumbrada em nenhum dos projetos assentados, distanciando-se do enfoque anterior apoiado na participação popular.

A tabela 8 mostra a previsão orçamentária dos projetos apresentados. Podemos verificar que os projetos com maior volume de recursos previstos são aqueles voltados para a regularização fundiária e assentamentos, enquanto que os programas de assistência econômica e social à população assentada, apesar de serem bastante amplos em suas propostas, apresentam pequena participação no volume global previsto na programação.

Projetos	Cz\$	%
Conhecimento da Realidade Sócio-Econômica e Fundiária do Rio de Janeiro	35,1	0,1
Ação Fundiária em Áreas Urbanas e Rurais	10.163,4	42,5
Projetos Especiais Urbanos	4.307,0	18,0
Projetos Especiais Integrados	7.173,0	30,0
Desenvolvimento de Assentamentos Humanos	1.220,0	5,1
Apoio Social aos Assentamentos Rurais	103,2	0,4
Desenvolvimento da Produção e da Infra-Estrutura nos Assentamentos Rurais	922,1	3,9
TOTAL	22.925,8	100,0

Fonte: Plano de Desenvolvimento Econômico e Social - 1988/1991

A estratégia governamental para o setor agrícola, apresentada no Plano de Desenvolvimento do governo em questão, pode ser enquadrada no redimensionamento do papel de Estado enquanto subsidiador das atividades econômicas. Esta inflexão em relação ao governo anterior não implica, no entanto, o abandono total de sua função social. Temos, portanto, um plano de ação que prevê, de um

lado, um ambicioso projeto de irrigação que beneficia áreas de vale com grandes potencialidades econômicas, e de outro um elenco de programas voltados para a solução dos conflitos fundiários. O caráter contraditório que assume a atuação do governo estadual ao incentivar projetos empresariais e, ao mesmo tempo, propor uma arrojada política fundiária, nos mostra a necessidade de uma avaliação das realizações deste governo.

IV.2. Considerações Gerais

O exame das diretrizes e dos programas elaborados pelos diferentes governos estaduais releva direcionamentos diferenciados da atuação da esfera pública estadual no setor agrícola ao longo dos últimos quinze anos.

O governo Faria Lima apresenta um plano de ação voltado, sobretudo, para o aumento da produção e produtividade agrícolas, incentivando a modernização técnica através de projetos de mecanização, de difusão de sementes e fertilizantes, de ampliação da infra-estrutura básica, de aperfeiçoamento e qualificação da mão-de-obra, entre outros.

Da mesma forma, o governo Chagas Freitas apresenta estratégia bastante semelhante, ainda que menos ampla e com um enfoque regional mais acentuado, o que possibilita verificar a grande atenção dada porção norte do estado em termos de estratégia de atuação governamental.

As diretrizes do governo Leonel Brizola representam, por sua vez, uma mudança substancial nas prioridades da ação pública em relação ao setor. Através da leitura das metas e propostas fica evidente a preferência dada ao pequeno produtor e à lavoura alimentar, assim como se visualiza uma participação bastante expressiva do Estado no desenvolvimento agrícola. Contudo, o que assume maior destaque na mudança de enfoque da ação governamental é a introdução da questão fundiária no elenco de diretrizes e programas. A importância dos problemas fundiários passa a exigir tratamento especial por parte do governo estadual, a ponto de se criar uma secretaria especial, a de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos em 1987.

O enfoque social não foi, acompanhado, por sua vez, de um tratamento regional. Ou seja, trabalhou-se com as diferenças sociais e não mais com as diferenças espaciais, abandonando-se o discurso da integração espacial do estado do Rio. Esta integração só foi objeto de interesse governamental, traduzido em programa, na área dos vales dos rios São João, Macaé, São Pedro, Imbê e Magé, justamente a chamada fronteira agrícola do Estado, consolidada em 82 com a finalização das obras de dragagem e saneamento.

O governo Moreira Franco caracteriza-se por apresentar, de um lado, as preocupações dos dois primeiros governos com a modernização das atividades agropecuárias, muito embora com uma visão regional ainda mais acentuada e com propostas de ação mais abrangentes e diversificadas. Por outro lado, verifica-se, com base nos inúmeros projetos de assentamento e regularização da terra, uma preocupação em intervir nos conflitos fundiários através de medidas, em certo nível, ambiciosas.

Uma vez que o trabalho baseia-se em diretrizes e propostas de ação, torna-se impossível avaliar a atuação efetiva de cada governo no setor agrícola do estado. Neste sentido, o trabalho representa apenas um ponto de partida para a análise da atuação da esfera pública estadual no agro fluminense.

V. CRÉDITO RURAL, PROGRAMAS FEDERAIS E POLÍTICA AGRÁRIA

V.1. Financiamento

Conforme apresentado no capítulo II deste trabalho, vimos que o crédito rural sofreu forte retração nos anos 80 e só mais recentemente vem novamente expandindo-se. A tabela abaixo, elaborada com base no Anuário Estatístico do Banco do Brasil, mostra qual a participação relativa do estado do Rio de Janeiro no total do crédito agropecuário distribuído pelo BB entre 1980 e 1988.

QUADRO

Participação relativa do setor agropecuário fluminense no total do crédito distribuído pelo BB 80-88

ANO	RJ/BR
1980	0,0097
1981	0,0109
1982	0,0125
1983	0,0054
1984	0,0028
1985	0,0022
1986	0,0044
1987	0,0051
1988	0,0073

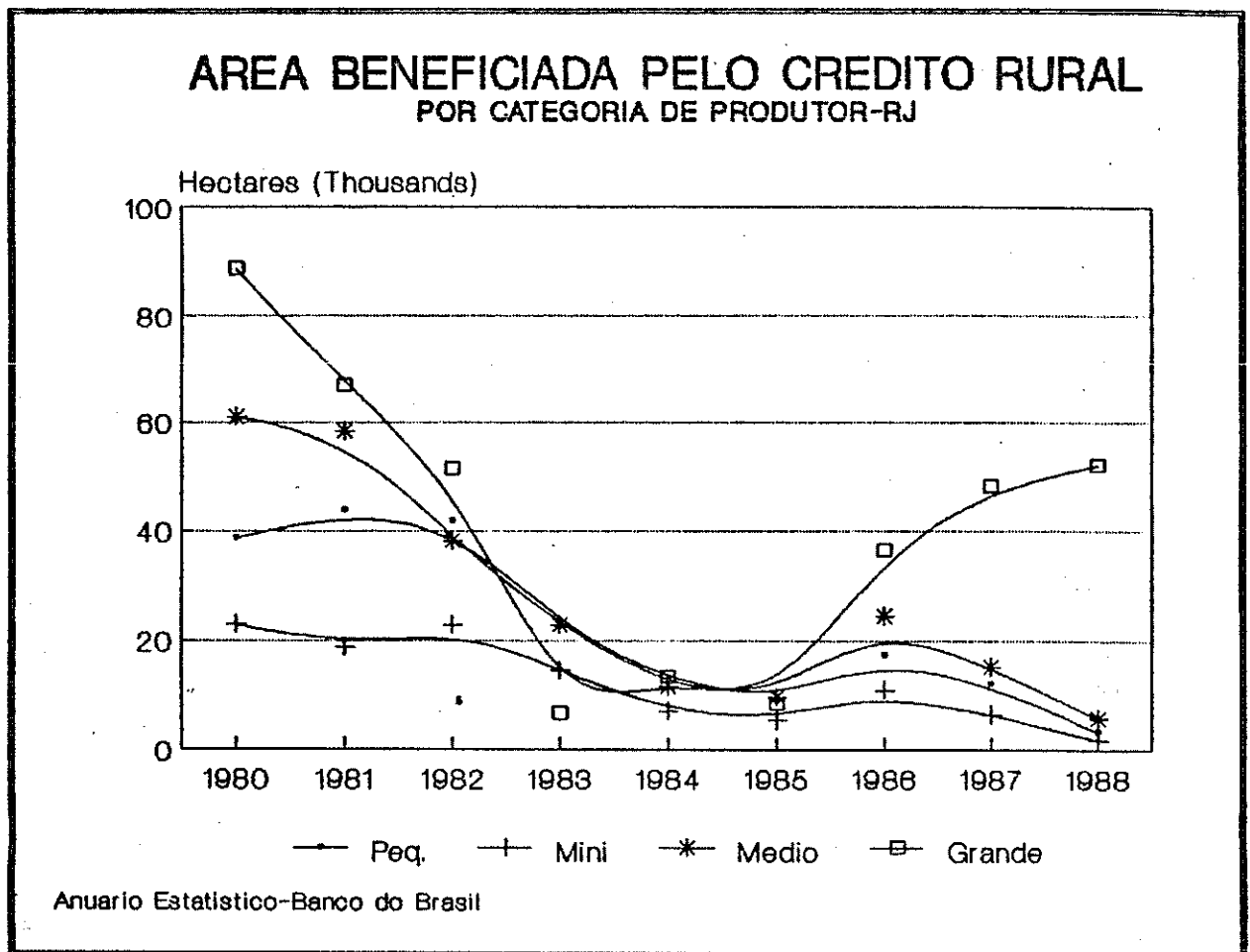
Fonte: Anuário Estatístico do Banco do Brasil

Apesar de sabermos que o setor agropecuário fluminense tem pouco peso no PIB estadual, surpreende ver a que ponto tem sido insignificamente contemplado com recursos financeiros federais. Aparentemente os anos de 81 e 82 foram aqueles onde o estado foi mais bem aquinhado na distribuição regional do crédito do Banco do Brasil (não nos foi possível obter os Anuários do Banco Central, nem tampouco informações do BANERJ - que ainda aguardamos -, para avaliar o desempenho deste banco estadual no apoio ao setor agropecuário fluminense). A partir de 83, fase em que a diminuição dos recursos creditícios é mais vertiginosa, sua participação relativa, já bastante irrelevante, degrada-se ainda mais.

Só de 86 em diante assistimos a uma ligeira recuperação do estado, mas mesmo assim sem alcançar a já crítica participação dos primeiros anos da década passada.

Com base nas mesmas fontes, procuramos caracterizar como se deu a distribuição do crédito rural, segundo dois cortes distintos, presentes nos anuários do BB: o tipo de produtor e o cultivo. Escolhemos, para tal análise, o crédito de custeio, sabendo que seu volume manteve-se mais constante que o do crédito de investimento, que sofreu reduções drásticas a partir de 79. Por outro lado, o custeio tem por finalidade assegurar um nível satisfatório de plantio para atender à demanda, o que suporia que sua distribuição atingisse mais igualmente a todos os produtores, sobretudo aqueles que cultivam alimentos para o mercado interno. Em outras palavras, poder-se-ia esperar que fosse uma linha de crédito menos

seletiva que a de investimento.



O gráfico A mostra que a área financiada pelo BB decresceu grandemente a partir de 1980, porém não da mesma forma para pequenos, mini, médios e grandes produtores do estado. Entre 80 e 82, os pequenos produtores conseguiram até inverter a tendência e ampliar sua participação no conjunto da área financiada. Da mesma forma, a categoria dos mini manteve praticamente inalterada a área financiada, sofrendo evolução negativa importante os médios e grandes produtores.

No período mais crítico, isto é 83-85, constatamos ter havido um certo nivelamento da retração do crédito para o conjunto das categorias existentes, com a consequente diminuição da área financiada para todos, ainda que mais violenta para os produtores detentores de grandes estabelecimentos.

Mas a informação mais interessante do gráfico é justamente aquela que mostra que a inflexão de tendência não se dá igualmente para todos, a partir de 85, mas favorece quase que exclusivamente a categoria dos grandes produtores. Ou seja a retomada da oferta de crédito vai beneficiar os grandes produtores que, dentre as 4 categorias, são os únicos a registrar crescimento constante da área financiada, alcançando já em 88 superfície superior à de 82. Os demais tipos de produtores esboçam entre 85 e 86 uma recuperação que não se afirma, certamente pelo fim decretado ao crédito subsidiado. O fôlego novo trazido pelo Plano Cruzado se esgota rapidamente com as novas taxas de juros reais, o que indica um grau extremamente elevado de descapitalização dos mini, pequenos e médios produtores do estado. Sua fragilidade é agravada pelas novas condições de acesso ao crédito rural.

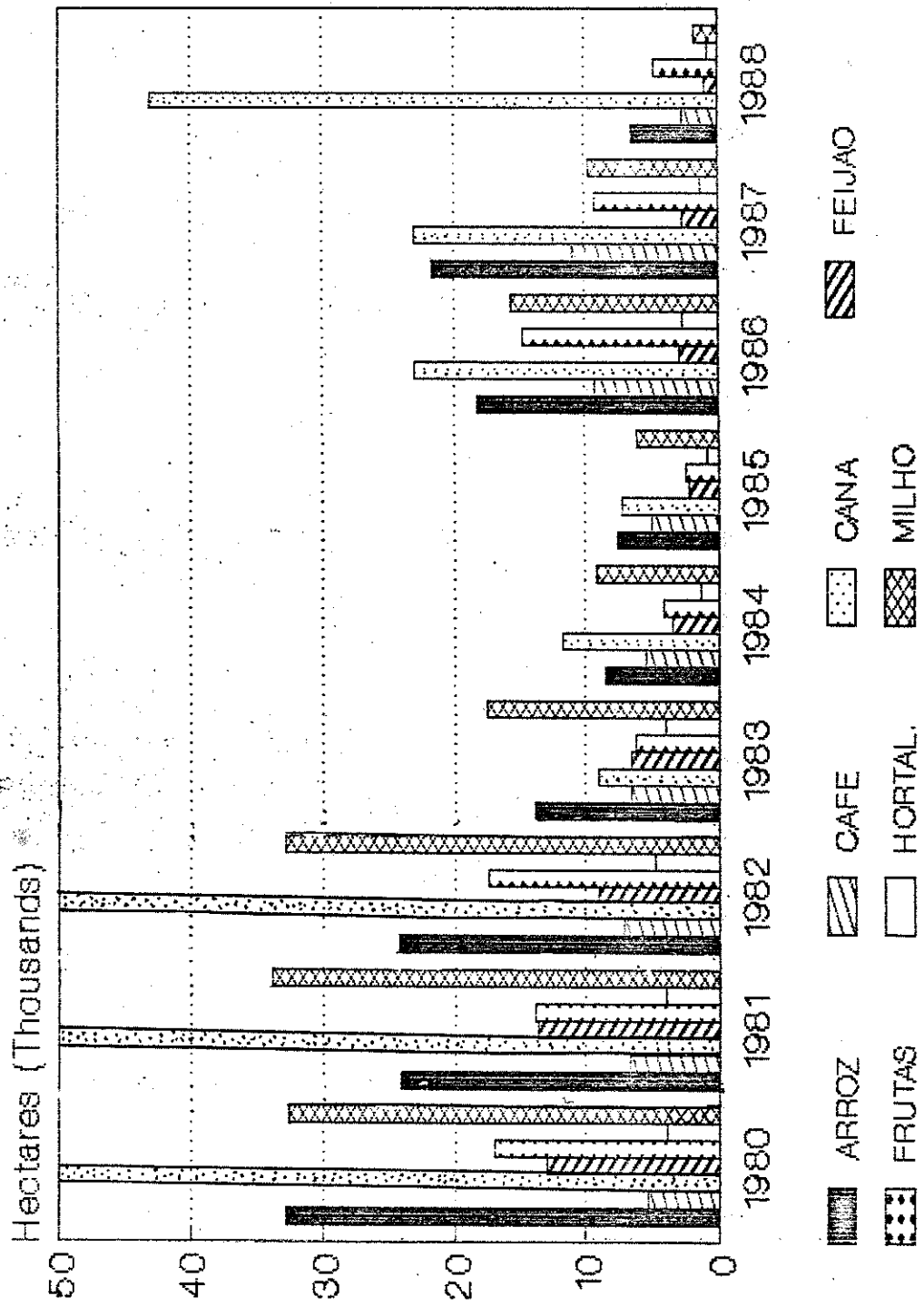
A observação do gráfico B indica quais os cultivos mais favorecidos pelo crédito de custeio do BB na década de 80.

Para garantir uma escala graficamente visível, retiramos a área financiada para a cana de açúcar, uma vez que alcançava em 80, 81 e 82 mais de cem mil hectares. Isso esmagava para os anos indicados a participação dos demais cultivos, prejudicando a compreensão do gráfico.

O gráfico, grosso modo, revela a mesma tendência apontada acima, qual seja os cultivos típicos de grandes propriedades no estado, como a cana, sofrem, a partir de 83, forte redução da área financiada. E a partir de 86 são aqueles que registram maior expansão da área financiada, logo maiores possibilidades reais de acesso ao crédito.

AREA BENEFICIADA PELO CREDITO DE CUSTEIO

POR TIPOS DE CULTIVOS-RJ



Anuario Estatístico-Banco do Brasil

AREA FINANCIADA PARA CANA : 1980 : 99.000 ha
 1981 : 189.000 ha
 1982 : 101.000 ha

O arroz conhece ao longo do período forte oscilação da área financiada. Sabe-se que é uma cultura que vem sendo beneficiada pela ampliação dos métodos modernos de irrigação no estado, o que deveria indicar para o ano de 88 patamares semelhantes aos registrados em 86 e 87. Há que se esclarecer se programas especiais como o Provárzeas e o Proni embutem nos seus orçamentos crédito de custeio para o arroz irrigado, o que nos parece pouco provável, mas que explicaria o decréscimo da superfície financiada para o arroz. Ainda assim, trata-se de uma das três culturas mais representadas em termos de área financiada até 84 e a segunda mais expressiva a partir de 85.

A área de café financiada manteve grande estabilidade ao longo da década (excetuando-se os anos de forte retração do volume do crédito) e parece indicar permanência provavelmente por ser objeto de um programa especial de reintrodução dos cafezais no estado.

O caso do feijão é inquietante, pois indica sua saída paulatina do quadro de cultivos do estado. Vemos que nesses anos, ~~mantém~~ constantemente sua participação no conjunto da área financiada. Enquanto alimento típico da cesta básica de consumo, como o arroz, observamos que não acompanha a mesma tendência deste (favorecida pelos vários programas de irrigação), passando a ser desprezado pelo crédito rural. Mesmo nas fases de expansão da área financiada, o desempenho do feijão fica muito aquém do que se poderia chamar de recuperação.

As hortaliças apresentam-se como o cultivo de menor superfície financiada durante toda a década, o que é compreensível dadas as suas características naturais. De qualquer forma, a constância da sua participação na primeira metade da década, não parece garantida na segunda metade da mesma. Outros cultivos parecem ter preeminência maior sobre o crédito que as hortaliças a partir de 86.

Causa surpresa constatar que apesar de não se destacar como um cultivo importante no Rio de Janeiro, o milho foi durante 5 anos o segundo cultivo em área financiada. Isso pode ser pensado como um subsídio indireto à pecuária fluminense, pois é provável que destine-se à alimentação do gado, criado ainda de forma bastante extensiva. Há que se verificar tal hipótese para se questionar a validade da primazia do milho na distribuição do crédito de custeio. Talvez trate-se de uma área de pequena produção mercantil, posto que torna a cair a partir da fixação de juros positivos, o que a penalizaria. Há que se buscar entender tal evolução.

De fato, a cana é o destaque em termos de área financiada pelo BB, o que não traz grande novidade. Apesar de ter sofrido retração extraordinária nos anos mais negros da crise, passa a ser novamente aquinhoadada com recursos importantes à medida que se abre a torneira do crédito de custeio, até alcançar o pico de 88, quando passa a concentrar a quase totalidade da área financiada no estado, mas numa desproporção bem maior que a assinalada no início da década.

O gráfico indica ainda uma retração absoluta da área financiada pelo crédito de custeio ao longo do período. O quadro abaixo

explicita mais claramente esta tendência:

QUADRO

Evolução da superfície agrícola financiada pelo BB Crédito de Custeio 1980-1988

ANO	HECTARES	VARIAÇÃO ANUAL
1980	210.989	
1981	291.615	38,2%
1982	202.787	-43,6%
1983	66.437	-67,2%
1984	44.802	-32,5%
1985	32.390	-27%
1986	89.007	174,7%
1987	81.912	-8%
1988	62.873	-23,2%

Fonte: Anuários Estatísticos do Banco do Brasil

O estado do Rio de Janeiro encontrava-se em 1980 dentre os 7 estados da federação com menos área financiada pelo crédito de custeio do BB, precedendo apenas Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Sergipe, Distrito Federal. Quanto à sua participação no volume total do crédito rural, seu lugar no ranking dos desprestigiados era absolutamente idêntico (19º). Em 1988, no entanto, sua performance piora em matéria de área total financiada (62.870 ha.), pois é ultrapassado por Sergipe e pelo Distrito Federal (respectivamente 67.000 ha. e 154.259 ha.). No tocante à distribuição regional dos recursos financeiros, o Rio, ao contrário do que se poderia esperar, melhora alguma coisa sua posição galgando para o 15º lugar do ranking nacional.

Vale à pena salientar que a área financiada pelo crédito de custeio do BB evoluiu positivamente entre 86 e 88, mas de maneira extremamente concentrada e favorável a apenas um dos estados da região: São Paulo.

QUADRO

Evolução da área financiada (HA) pelo crédito de custeio no Sudeste 1986 -1988

REGIÃO	ANOS		
	86	87	88
Sudeste	5.736.341	5.809.847	7.944.356
MG	2.343.796	2.300.938	1.360.350
ES	456.350	386.694	77.905
RJ	89.007	81.912	62.873
SP	2.847.188	3.040.303	6.443.248

Fonte: Anuários Estatísticos do Banco do Brasil

Se compararmos a superfície total financiada pelo crédito de custeio do BB em 1980 e 1985 com a área ocupada, nestas datas, com culturas permanentes e temporárias, segundo o IBGE, veremos quão grande e abrupta é a retração do crédito.

QUADRO

Área financiada pelo custeio/Área dos cultivos - ha

ANOS	CULTURAS TEMPORÁRIAS	CULTURAS PERMANENTES	ÁREA FINANCIADA	C/A+B
1980	456.298	145.115	210.989	35,08%
1985	475.710	164.676	32.390	5,05%
1988	475.710	164.676	62.873	9,81%

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1980 e 1985 (Sinopse Preliminar)
Anuários Estatísticos do Banco do Brasil

Nem por isso registrou-se retração da área cultivada. Pelo contrário, ela ampliou-se entre 80 e 85, fato que merece uma investigação mais aprofundada em razão do perfil pouco capitalizado da agricultura fluminense. O que estaria contribuindo para uma expansão da área cultivada paralelamente a uma forte contração da oferta de recursos creditícios? O aumento do número de braços ocupados no campo (IBGE, 1985) seria suficiente para esclarecer um crescimento extensivo do setor?

V.2. PROGRAMAS FEDERAIS: PRONI/PROFIR/PRÓVARZEAS

Neste tópico abordaremos os programas federais de irrigação da década de 80 implementados no Rio de Janeiro, tentando examinar sua importância do estado no contexto regional. Para isso é realizada; primeiramente, uma rápida caracterização da irrigação no estado no período 70/80, com base em dados censitários.

São apresentados, em seguida, os programas nacionais de irrigação implementados na década de 80 - PRONI/PROFIR e PRÓVARZEAS - e uma avaliação do seu peso no estado em termos de recursos alocados e hectares irrigados.

A falta de informações mais detalhadas a respeito do desempenho de tais programas impede-nos de avaliar com precisão o seu impacto no desenvolvimento recente da agricultura fluminense. Vale destacar tão-somente que apesar desta insuficiência, é amplamente conhecido que a grande maioria dos investimentos em irrigação no Rio de Janeiro é privada, o que explica parcialmente a dificuldade na coleta de dados.

A) Aspectos gerais da irrigação na região Sudeste e no Rio de Janeiro no período 70/80

No que se refere à região Sudeste, a participação da área irrigada sobre o total da superfície agrícola entre 70 e 80 é bastante pequena. Conforme pode ser observado na tabela , o percentual de área irrigada cresce de 0,3% para apenas 0,6%.

Tabela : Proporção de área irrigada - Sudeste - 1970 e 1980

Estado	1970			1980		
	Superfície Agrícola	Área Irrigada	%	Superfície Agrícola	Área Irrigada	%
MG	42.008.555	57.473	0,14	46.362.285	162.769	0,35
SP	24.416.024	91.464	0,45	20.160.996	180.625	0,90
RJ	3.287.814	25.514	0,78	3.181.383	63.137	1,98
ES	3.759.358	10.170	0,27	3.798.223	22.274	0,59
TOTAL	69.471.751	184.621	0,27	73.502.867	428.805	0,58

FONTE: A Modernização da Agricultura no Sudeste e seus Impactos Sócio-Econômicos. Convênio SERSE-IPPUR. Lena Lavinas e Paulo Sandroni, 1987.

Em relação à região, o estado do Rio de Janeiro é o que apresenta a menor área agrícola irrigada em termos absolutos. No entanto, supera os demais estados em termos relativos, tanto em 70 quanto em 80. Dados mais recentes indicam haver aproximadamente, nos dias de hoje, 100.000 ha irrigados no estado.

Para a região como um todo, a área média irrigada amplia-se em apenas 0,5 ha entre os dois períodos analisados, variando de 6,0 ha para 6,5 ha (tabela 2). Este crescimento, entretanto, deve-se principalmente ao expressivo aumento da área média irrigada

em São Paulo, o que não significa mudanças no perfil da área irrigada em toda a região. No Rio de Janeiro observa-se uma ligeira queda na área média irrigada, sugerindo que, no período analisado, o acréscimo de terras irrigadas foi menos expressivo que o aumento do número de estabelecimentos.

Tabela 2 - Área Média Irrigada (ha) - Sudeste - 1970 e 1980

ESTADO	ANO	1970 ha	1980 ha
MG		4,7	5,5
SP		7,6	10,0
RJ		5,9	5,3
ES		5,3	3,8

FONTE: A Modernização da Agricultura no Sudeste e seus Impactos Sócio-Econômicos. Convênio SERSE-IPPUR. Lena Lavinás e Paulo Sandroni, 1987.

Quando se observa a distribuição das terras irrigadas entre os estabelecimentos diferenciados por estratos de área para o Rio de Janeiro (tabela 3) percebe-se que um pouco mais da metade da área irrigada encontra-se nos estabelecimentos inferiores a 100 ha. Tal fato está relacionado à predominância dos pequenos estabelecimentos no recorte fundiário do estado e também à escala ideal para irrigação.

Tabela 3 - Distribuição percentual da área irrigada por estratos da área - Rio de Janeiro - 1970 e 1980

EXTRATOS (ha) DE ÁREA	ANO	1970 %	1980 %
- 10		14,5	17,5
10 - 50		27,0	25,0
50 - 100		12,9	11,7
100 - 500		30,2	22,8
500 - 1000		7,4	5,8
1000 - 10000		6,6	16,5
10000 e +		-	-

FONTE: A Modernização da Agricultura no Sudeste e seus Impactos Sócio-Econômicos. Convênio SERSE-IPPUR. Lena Lavinás e Paulo Sandroni, 1987.

Ap examinar-se o percentual de área irrigada por micro-região (tabela 4), constata-se a expressiva concentração da irrigação no Noroeste fluminense em 1970. Este quadro é alterado em 1980, com a sua expansão na região de Campos. Concluiu-se, portanto, que a porção norte do estado concentrou a maior incidência de investimentos em irrigação na década de 70.

Tabela 4 - Porcentagem de área irrigada por Microrregião no RJ - 1970 e 1980 - (3 maiores e 3 menores)

1970		1980	
> PARTICIPAÇÃO NO TOTAL		> PARTICIPAÇÃO NO TOTAL	
Itaperuna	34,3	Acucareira de Campos	24,8
Miracema	27,4	Miracema	21,2
Serr. Flumin.	10,2	Itaperuna	18,0
< PARTICIPAÇÃO NO TOTAL		< PARTICIPAÇÃO NO TOTAL	
Baía de Ilha Grande	-	Baía de Ilha Grande	-
Cabo Frio	0,5	Rio de Janeiro	0,5
Fluminense do Ed. Rio	0,8	Cordeiro	1,1

FONTE: A Modernização da Agricultura no Sudeste e seus Impactos Sócio-Econômicos. Convênio SERSE-IPPUR. Lena Lavinás e Paulo Sandroni, 1987.

A tabela 4 mostra que a região Serrana Fluminense, embora grande produtora de hortigranjeiros no estado, não se capitalizou mediante ampliação da área irrigada. Foi o setor mais integrado (cana) o mais beneficiado, passando a deter em 10 anos, a quarta parte do total de terras irrigadas. Dois terços da superfície irrigada fluminense encontram-se em 1980 nas MRH de Campos, Miracema e Itaperuna.

O potencial hídrico fluminense permite vislumbrar uma utilização mais ampla e sistemática da irrigação. Segundo Diagnóstico e Prioridades da Pesquisa em Agricultura Irrigada, realizado pela EMBRAPA (1988), o estado dispõe, através das suas bacias hidrográficas e dos mananciais, de condições ótimas para o desenvolvimento de uma agricultura irrigada em ampla escala. Estima-se a área irrigada potencial em 511.000 ha.

Tabela - Potencialidade, principais municípios e fontes hídricas

Região Administ.	Área Potencial (ha)	%	Municípios	Fontes Hídricas
Litoral Sul	4.000	0,7	Parati e outros	Mambucaba, Marcos, Nunes e dos Mares
Médio Paraíba	97.000	19,0	Vassouras, Barra Mansa, Valença (30.000); Três Rios, B. Pirai e outros (67.000)	Paraíba do Sul, Paraibuna, Preto, Pirai, Ribeirão das Lages
Metropolitana	44.000	8,6	Magé (23.500), São Gonçalo e outros (20.500)	Surui, Guapimirim, Guaiacú e Rio do Ouro
Serrana	19.000	3,7	Friburgo, Duas Barras (10.000), outros (9.000)	Grande, Paqueta, Negro, Resende, Macaé, Marisco e São José
Baixadas Fluminenses	127.000	25,0	Macaé (50.000); São Jardim (48.000); Rio Bonito, C. Macacu, Cas. Abreu (29.000)	Macaé, São João, Una, Bacaxá, Tangá, Macaçu, Guapiacú, Lagoa Juturnaíba
Norte	220.000	43,0	Campos (160.000); Itaperuna (20.000); Cambuci e Pádua (19.000); Itaocára e São Fidélis (6.000); outros (15.000)	Paraíba do Sul, Maricá, Pomba, Pira-petinga, Dois Rios, Negro, Colégio, Macabu, Muriaé e Lagoa Feia
TOTAL	511.000	100		

FONTE: Diagnóstico e Prioridades da Pesquisa em Agricultura Irrigada, EMERAPA, 1988.

O produto mais beneficiado por técnicas de irrigação no estado tem sido, no Norte fluminense, o arroz (aproximadamente 60% da área irrigada, ou seja 37.700 ha). Em segundo lugar, predominaria a cana de açúcar (Campos), seguida da olericultura, nas regiões Serrana e Metropolitana (*). O método mais usado e acessível ainda é o de inundação. Segundo a EMATER, os produtores de olerícolas utilizariam mesmo mangueiras e regadores como método de irrigação, o que denota o enorme atraso do estado na incorporação

de progresso técnico. Ainda assim tais métodos são computados indistintamente como técnicas de irrigação.

B) Os Programas Federais de Irrigação

a) PRÓVÁRZEAS/PROFIR

O Ministério da Agricultura, com o objetivo de promover a elevação dos níveis de produtividade da lavoura alimentar implementou em 1981 e 1982, respectivamente, o Programa Nacional para o Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis - PRÓVÁRZEAS NACIONAL - e o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação - PROFIR - cujas estratégias básicas de ação consistem no incentivo à adoção da prática de irrigação das propriedades rurais.

A implementação do PRÓVÁRZEAS no período que precedeu sua institucionalização nacional - 1975/1980, resultou no aproveitamento de 100.000 ha de várzeas, dos quais 63% em Minas Gerais e o restante em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

A observação da tabela permite identificar um padrão concentrador na distribuição regional dos recursos e áreas contempladas, segundo a avaliação para o ano de 1986.

Tabela 5 - PRÓVÁRZEAS - Resultados e previsões - 1986 - Participação Regional

REGIÕES	Realizado até 30/07/86		Programa de 01/08 à 31/12/86	
	ha	Crédito Rural (valor)	ha	Crédito Rural (valor)
NORTE	0,13	1,5	1,9	1,1
NORDESTE	4,6	6,4	24,8	17,7
SUDESTE	49,6	53,7	33,9	39,6
SUL	34,5	25,7	14,7	17,6
CENTRO- OESTE	11,1	12,7	24,7	24,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: (SEAU/SEPLAN/PRÓVÁRZEAS/PROFIR)

O Centro-Sul do país concentrou mais de 90% das áreas irrigadas e do crédito rural concedido no período analisado. A região Sudeste é a mais beneficiada, participando com aproximadamente 50% do total de área irrigada e de crédito concedido. Em relação à programação para o final do ano de 1986, apresentada na mesma tabela, verifica-se um aumento da participação do Nordeste, muito embora ainda se visualise uma concentração espacial dos investimentos em favor do Centro-Sul do país.

(*) ora, os dados censitários do IBGE de 1980, citados na pág. , indicam ser a MRH Açucareira de Campos aquela que concentra maior percentual da área irrigada do Estado, o que sugere contradições nesta avaliação.

Não obstante sua inserção na região mais beneficiada pelo PRÓVÁRZEAS, o Estado do Rio de Janeiro não teve pequena participação expressiva nesse programa em relação aos demais estados sudestinos (tabela 6).

Tabela 6 - PRÓVÁRZEAS - Resultados e previsões - 1986 - Distribuição percentual da área e do crédito para a região Sudeste

ESTADOS	Realizado até 30/07/86		Programa de 01/08 à 31/12/86	
	hectares	Crédito Rural (valor)	hectares	Crédito Rural (valor)
MG	67,5	51,6	26,4	34,3
ES	8,4	21,0	11,6	5,2
RJ	2,4	3,7	11,8	8,5
SP	21,7	29,6	50,2	52,0
SUDESTE	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEAU/SEPLAN/PRÓVÁRZEAS/PROFIR

Verifica-se que a atuação do programa em 1986 no território fluminense foi bem menos marcante que nos demais estados do Sudeste, mesmo se considerarmos o aumento relativo de sua participação, previsto para os quatro últimos meses daquele ano.

Desta forma, podemos afirmar, com base nos dados disponíveis, que o PRÓVÁRZEAS pouco contempla em sua programação o Rio de Janeiro. Cabe lembrar que os dados aqui utilizados referem-se somente ao ano de 1986, podendo este padrão ter sofrido alguma modificação nos anos posteriores.

O Programa de Financiamento para aquisição de Equipamentos de Irrigação - PROFIR, apesar de contemplar pequenos, médios e grandes produtores, vem atuando cada vez mais entre as duas últimas categorias, como pode ser comprovado pelo aumento da área média dos projetos entre 1983 e 1985, passando de 32 ha para 67 ha respectivamente. Segundo as diretrizes do programa, as regiões-alvo seriam Campos (380.000 ha), Macaé (185.000 ha) e São João da Barra (153.000 ha). Até 1982, 88% dos produtores favorecidos possuíam estabelecimentos com área inferior a 25 ha. Entretanto, em termos da superfície total irrigada, sua participação era bem inferior: apenas 22%. Na verdade, 68,4% da superfície beneficiada pelo PROFIR contemplava estabelecimentos nos extratos mais elevados: entre 50 ha e 5.000 ha.

A falta de informações adicionais referentes aos estados e regiões impossibilita a avaliação da importância deste programa no estado do Rio.

b) PRONI

Instituído em 1986, o Programa Nacional de Irrigação - PRONI - tem como objetivo elevar o nível de garantia das safras e aumentar a oferta de alimentos básicos para o abastecimento do mercado interno, viabilizando, através da irrigação, o aumento da produtividade e o uso racional dos recursos naturais e técnicos.

O programa tem como metas a serem atingidas no período 1986/1990 o aumento da produção de grãos, hortaliças e frutas via aproveitamento de 2 milhões de hectares irrigados.

Embora não contemple a região Nordeste do país, para a qual foi implementado um programa específico (PROINE), a distribuição regional dos investimentos do PRONI (tabela 7) revela um padrão igualmente concentrador, beneficiando, sobretudo, a região Sudeste, à imagem do PRÓVÁRZEAS.

Tabela 7 - PRONI - Dispêndios Públicos e Recursos para Crédito de Investimento para Regiões - 1986 (Cz\$ milhões)

REGIÕES	DISPÊNDIOS PÚBLICOS	CRÉDITO PARA INVESTIMENTO - BANCO DO BRASIL	TOTAL	%
NORTE	25,83	75,00	100,83	4,6
SUL	120,03	350,00	470,03	21,6
SUDESTE	246,76	675,00	921,76	42,3
CENTRO-DESTE	224,66	400,00	624,66	28,7
COMUNS A VÁRIOS ESTADOS	61,26	-	61,26	2,8
TOTAL	678,54	1.500,00	2.178,54	100,0

FONTE: PRONI - Plano Operativo - 1986

Quando se examina a distribuição dos recursos entre os estados da região Sudeste (tabela 8), verifica-se que o Rio de Janeiro recebe pequena parcela de recursos, quando comparado aos estados de Minas Gerais e São Paulo, que concentram cerca de 75% dos dispêndios públicos e do crédito (ver também tabela em anexo).

Tabela 8 - PRONI - Dispêndios Públicos e Recursos para Crédito de Investimento - 1986 - Estados do Sudeste (Cz\$ milhões)

ESTADOS	DISPÊNDIOS PÚBLICOS	CRÉDITO PARA INVESTIMENTO - BANCO DO BRASIL	TOTAL	%
SP	84,46	300,00	384,46	41,7
RJ	26,80	100,00	126,80	13,8
ES	25,00	75,00	100,00	10,8
MG	110,50	200,00	310,50	33,7
SUDESTE	246,76	675,00	921,76	100,0

FONTE: PRONI - Plano Operativo - 1986

As prioridades do PRONI no estado relacionam-se, sobretudo, à solução do déficit na produção de hortigranjeiros. Integram suas diretrizes básicas o apoio à produção de olerícolas na região Serrana, e a viabilização da irrigação nas bacias dos Rios Paraíba do Sul, Pomba, Muriaé, Macaé, São João e Itabapoana, visando o aumento da produção de grãos.

V.3 - POLÍTICA AGRÁRIA

Os conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro relacionam-se sobretudo à expansão urbana da metrópole carioca, apresentando-se como uma das dimensões concretas da concorrência entre diferentes usos do solo urbano e rural.

Esta expansão urbana abarca não somente a expansão do espaço de moradia como também das atividades de lazer, determinando vários eixos de transformação do uso agrícola do solo em uso urbano. Tem-se, desta forma, uma expansão do espaço construído para fins de moradia nas áreas periféricas ao núcleo metropolitano, sobretudo na Baixada Fluminense nos municípios localizados na borda oriental da baía e Guanabara (São Gonçalo e Itaboraí). De outro lado, expande-se o lazer semanal na porção sul do litoral fluminense (costa verde) como também em direção à região dos Lagos (costa do sol), e a região serrana, sobretudo Petrópolis, Teresópolis, Friburgo e Miguel Pereira.

Tendo como elemento principal a valorização da terra, a transformação do uso agrícola em uso urbano não se faz muitas vezes sem conflitos fundiários, onde enfrentam-se, de um lado, antigos proprietários, que com a valorização da terra passam a requerer o domínio de áreas já ocupadas, e empresas imobiliárias, promotores de loteamentos urbanos e/ou turísticos. Também pequenos produtores ocupantes, trabalhadores rurais sem terra e assalariados urbanos de baixa renda são agentes envolvidos nestes conflitos.

Levantamento da Fetag mostra que grande parte das fazendas que vêm sendo objeto de invasão de posseiros localiza-se nos municípios do grande Rio e nas regiões Litorâneas. Dentre os principais destacam-se Angra dos Reis, com 11 fazendas ocupadas, Parati, com 8, Cabo Frio e Magé, com 4 cada um. O mesmo trabalho apresenta o aumento do número de municípios que possuem conflitos de terra entre 1979 e 82, 15 e 22 respectivamente, revelando de certa forma o agravamento da questão fundiária na década de 80.

Segundo levantamento da SEAF em 1983 existiam cerca de 250 conflitos urbanos e rurais, envolvendo 30.000 famílias. As principais áreas de conflito em 1988 segundo a Secretaria, localizavam-se na Região Metropolitana e no litoral conforme a tabela.

TABELA - PRINCIPAIS ÁREAS DE CONFLITO

ÁRAS	MUNICÍPIOS
Fazenda Baby	Nova Iguaçu
Guandu do Sena	Rio de Janeiro
Saco do Viegas	Rio de Janeiro
Pau Grande	Magé
Fraia Vermelha	Angra dos Reis
Monte Verde	Saquarema
Fazendinha	Cabo Frio
Praia do Sono	Parati
Sol da Manhã	Itaguaí

A atuação do poder público estadual, através da regularização fundiária e de projetos de assentamento, tornou-se sistemática, a partir de 86 com a criação da Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários e Assentamento Humano - SEAF, órgão de intervenção direta do governo estadual na questão fundiária do estado (até então a cargo da Secretaria de Justiça). Como linhas básicas de atuação estão:

- O incentivo ao conhecimento, promovendo o aprimoramento profissional de seus quadros, ampliando a compreensão da realidade agrária do Estado do Rio de Janeiro, como forma de possibilitar uma maior eficiência na aplicação dos recursos disponíveis;
- O planejamento da ocupação do solo e gerenciamento das áreas de assentamentos, observando o uso conferido aos recursos naturais e promovendo "in loco" a integração das diversas instituições envolvidas no desenvolvimento rural;
- O efetivo apoio à produção nos assentamentos, possibilitando o acesso aos serviços e insumos básicos, drenagem, irrigação, eletrificação e comercialização;
- A recuperação de próprios estaduais, de terras devolutas e a aquisição de terras para sua incorporação no processo produtivo;
- A atuação integrada dos poderes públicos municipal, estadual e federal, no sentido de prover infraestrutura para as comunidades assistidas;
- A realização de assentamentos em terras arrecadadas;
- O apoio à organização comunitária e o desenvolvimento de linhas educacionais, programas de saúde e de geração de renda, apropriados ao meio rural, e especificamente, às áreas de assentamento.

As tabelas mostram os assentamentos realizados pela SEAF e pelo MIRAD até 1988. São apresentadas as áreas com população já fixada, produzindo para subsistência e mercado, com situação jurídica em fase de regularização.

Percebe-se que a atuação da SEAF é mais marcante na Região Metropolitana que nas demais regiões do Estado, onde a quase totalidade dos assentamentos está sob a responsabilidade do MIRAD. Tal fato pode ser explicado pela natureza dos conflitos nesta região, uma vez que os agentes envolvidos apresentam considerável grau de mobilização política.

Desta forma, dos assentamentos rurais considerados prioritários pela SEAF em 1988, 70% localizam-se na periferia urbana da cidade conforme tabela.

TABELA - ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REGIÃO	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	ÓRGÃO RESP.	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ÁREA (ha)
Nordeste	Italva	F.Ex. Italva	SEAF	210	1388
Norte	Campos	N. Fluminense	MIRAD	400	4335
	C. Macabú	S. Domingos	SEAF	56	1287
	Macaé	Imbuá	MIRAD	100	1206
Serrana	T. Morais	S. Inácio	MIRAD	50	705
	Teresópolis	Alpina	MIRAD	100	1108
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Campos Novos	MIRAD	270	3203
	C. Macacu	S. J. B. Morte	MIRAD	300	3903
	C. Abreu	Cantagalo	MIRAD	120	1749
	Silva Jardim	Aldeia Velha	MIRAD	40	363
Médio Paraíba	Piraí	Mut. da Paz	Indef.	100	500
	Valença	Conquista	SEAF	35	620
Centro Sul	-	-	-	-	-
Baía da Ilha Grande	Parati	S. Roque	MIRAD	30	750
	Parati	Taquari	MIRAD	70	958
	Parati	B. Grande	MIRAD	56	595
TOTAL:				1937	22670

FONTE: MIRAD, SEAF e EMATER-RIO.

Bracuí - Em Angra dos Reis, localidade de Bracuí existe Aldeiamento Indígena desenvolvido através de uma ação conjunta FI-NAI X SEAF X MUSEU DO ÍNDIO.

TABELA - ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	ÓRGÃO RESP.	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ÁREA (ha)
Rio de Janeiro	Engenho Novo	SEAF	150	276
Nova Iguaçu	Boa Esperança	MIRAD	49	278
	Campo Alegre	SEAF	530	2059
	Pedra Lisa	SEAF	26	100
	Normandia	SEAF	24	120
	Marapicu	Indef.	100	350
Paracambi	São Bernardino	MIRAD	31	181
	Sabugo	MIRAD	106	1386
	Vitória da União	SEAF	62	530
Itaguaí	Sol da Manhã	MIRAD/SEAF	80	405
Magé	Santa Rosa	MIRAD/SEAF	92	400
	Cachoeira Grande	SEAF	100	327
Caxias	São Lourenço	SEAF	8	90
	Morro Grande	MIRAD	25	317
Niterói	Engenho do Mato	SEAF	60	2516
Mangaratiba	Rubião	SEAF	07	(6500)*
TOTAL:			1450	9276

FONTES: MIRAD-RJ, SEAF e EMATER.

* Não incluído no total pelo atual grau de ociosidade da área.

ASSENTAMENTOS RURAIS - RIO DE JANEIRO

1988

ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA (ha)	CARACT. DOS ASSENTADOS	SITUAÇÃO JURÍDICA
Cachoeira Grande	Magé	100	327,8	produtores rurais	declarada p/fins de desapropriação em 1984
Campo Alegre c/ os 6 Regionais	Nova Iguaçu	600	2.059	produtores rurais e de desempregados urbanos	Decretada para fins de desapropriação em 1984
Fazenda São Lourenço	Duque de Caxias	08	90	produtores rurais	Desapropriada p/ Gov. Estadual em 1961
Fazenda Italva	Italva	210	1.388	produtores rurais	Imóvel público cedido em cessão de uso à Associação de Lavradores da F. Italva/1987
Fazenda Normandia	Nova Iguaçu	25	120	produtores rurais	Desapropriada em 1960
Pedra Lisa	Nova Iguaçu	26	77,5	produtores rurais e assalariados urbanos	Declarada de utilidade pública p/fins de desapropriação em 1986/1987.
São Domingos	Conceição Macacú	59	705	produtores rurais	Imóvel púb.p/o qual foram transferidos em 87 ocupantes de áreas da UFRRJ em Itaguaí
Sol da Manhã	Itaguaí	72	500	produtores rurais e assalariados urbanos	271 ha desapropriados pelo MIRAD em 1988 231 ha em procº desapropriatório por U.P.
Vitória da União	Paracambi	61	600	produtores rurais	Declarada p/fins de desapropriação em 85
Fazenda da Conquista	Valença	38	619,52	produtores rurais	Adjudicada pelo Estado em 1984, sendo ocupada em 1986.
TOTAL		1.315			

F O N T E: Superintendência de Assentamentos Rurais - SAR

Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos

A N E X O S

DISPÊNDIOS PÚBLICOS EM INFRAESTRUTURA COLETIVA DE APOIO À AGRICULTURA IRRIGADA
 PLANO OPERATIVO - 1986

	OBRAS E EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE SUPORTE À IRRIGAÇÃO	MACRODRENAÇÃO	CAPTAÇÃO DE ÁGUAS SUPERFICIAIS COL.	OBRAS E EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES		POÇOS E AQUEDUCES	TOTAL
				%	%		
NORTE	14.05	3,7	2.10	3.6	-	-	18.65
SUL	38.0	10.1	21.10	36.3	-	-	92.38
SUDESTE	134.00	35.7	27.90	48.0	-	-	210.56
SP	69.36	18.5	7.90	13.6	-	-	80.26
RJ	18.00	4.8	6.00	10.3	-	-	25.20
ES	17.00	4.5	5.00	8.6	-	-	23.50
HG	30.00	8.0	9.00	15.5	-	-	103.00
CENTRO-OESTE	188.56	50.3	7.00	12.0	3.00	100.0	249.96
TOTAL GERAL	374.97	100.0	58.10	100.0	3.00	100.0	571.55